



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CEZAR AMARIO HONORATO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE O CAPITAL DE MARX**

**FORTALEZA
2021**

CEZAR AMARIO HONORATO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE O CAPITAL DE MARX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes

**FORTALEZA, CEARÁ
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

-
- S237e Souza, Cezar Amario Honorato de.
A educação como ferramenta de valorização do capital: uma análise a partir de O capital de Marx /
Cezar Amario Honorato de Souza. – 2021.
160 f.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes.
1. Educação Escolar. 2. Capital. 3. Mais-valia. 4. Valorização-capital. I. Título.

CDD 370

CEZAR AMARIO HONORATO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE O CAPITAL DE MARX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes

Aprovado em: 09/12/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes (Orientador)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dra. Maria Das Dores Mendes Segundo

Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Francisca Maurilene do Carmo

Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Betânia Moreira Moraes

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dra. Maria Edna de Lima Bertoldo

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Netinha e Manoel Valdevino, pelas primeiras lições de vida, de exemplo e de amizade. Memória eterna.

Aos meus irmãos, pela força, amizade e incentivo nesta minha caminhada.

À minha companheira, Daiane Machado, pelo incentivo e compreensão, sobretudo a disposição de cuidar das nossas filhas nos meus momentos de estudo e escrita. Gratidão.

As minhas duas filhas, Heloísa e Helena, por alegrar nossas vidas. Minhas fontes de inspiração.

Aos amigos de trabalho, de troca de experiência e de construção de uma caminhada de luta e organização em defesa de uma educação pública, de qualidade e acessível aos filhos e filhas dos trabalhadores. Em particular, agradeço aos amigos que conheci e trabalhei no Liceu Estadual de Maracanaú e, atualmente, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

Aos camaradas da minha organização política, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, e aos camaradas do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra – MST.

Aos colegas de estudo e de compartilhamento do pensamento marxiano e marxista que conheci durante o mestrado e doutorado, em especial: Lenha Diógenes, Osmar, Clea, Manu, Barbara, Mario, Elandia, Adele e Thaís.

À linha de pesquisa Educação, Estética e Sociedade. Em especial aos professores e professoras da Linha que contribuíram sobremaneira com a minha formação acadêmica.

Agradeço especialmente a Professora Susana Jimenez pela sua força e incentivo antes e durante o meu mestrado e início do Doutorado. Uma referência de professora, de camarada e de intelectual comprometida com a luta e organização dos trabalhadores.

À banca avaliadora: Às Professoras Dra. Maria Das Dores Mendes Segundo e Dra. Maria Edna de Lima Bertoldo por ter participado das duas qualificações e compor esta defesa, contribuindo com a melhoria do texto. Às professoras Dra. Francisca Maurilene do Carmo e Dra. Betânia Moreira de Moraes, por participar da banca de defesa. Muito obrigado pelas contribuições de vocês.

Por último, e não menos importante, agradeço ao meu Orientador de Mestrado e Doutorado, Professor Dr. Valdemarin Coelho Gomes, pelas orientações, correções, disponibilidade e incentivo.

RESUMO

O presente texto objetiva analisar a educação escolar moderna como ferramenta de reprodução e expansão do capital. Apresenta como esse processo ocorre tanto na esfera das instituições privadas, por meio da venda de ensino, quanto nas instituições públicas, por meio da venda de mercadorias-pacotes-educacionais, sendo esta vendida também entre as próprias instituições educacionais privadas. Desta feita, parte de alguns elementos centrais: a) o professor como trabalhador produtivo para o capital; b) a instituição escolar como espaço de circulação de capital, por meio das suas formas: forma-dinheiro, forma-mercadoria e forma-produtiva; c) a reprodução ilimitada de capital no âmbito das instituições de ensino. Conclui que a educação escolar, ontologicamente, não deixa de cumprir sua função social de orientar os indivíduos em suas práxis singulares no âmbito da reprodução social. Contudo, na reprodução social do capital, a educação escolar também cumpre a função de produção de riqueza para o capitalista ou proprietário dos meios de produção. Assume como perspectiva teórica e metodológica o materialismo histórico e dialético, na forma como este é concebido por Marx e Engels. A pesquisa se restringiu à análise teórico-bibliográfica, em especial ao rastreamento das categorias principais da Economia Política e da educação, a partir da obra de Marx. A principal referência para o estudo apresentado são as contribuições de Karl Marx, mais especificamente nos Volumes I e II de *O Capital*; no Volume IV de *O Capital* – As teorias da mais-valia e no Capítulo VI – inédito de *O Capital*, mas assume outras formulações, a exemplo das que foram produzidas por Lukács e por autores como José Paulo Netto, Lessa, Saviani, Paro, com suas devidas distinções dentro do marxismo no Brasil.

Palavras – chave: educação escolar; capital; mais-valia; valorização-capital.

ABSTRACT

This research aims to analyse modern education in basic schools as a tool for capital replication and expansion. It also presents how such process takes place in both private and public educational institutions, by means of monetizing and selling teaching and learning to the former, and by selling commodity-like educational services for both the former and the later. Therefore, the research is going to approach some elements of greater importance: a) the teacher as a productive worker in benefit of the capital; b) the educational institution as a space for movement of the capital, considered as money-form, commodity-form and product-value; c) the unlimited capital replication in the framework of educational institutions. The final remarks underpin the fact that school education, in an ontological perspective, does not refrain from its social purpose of leading individuals to their own practices concerning social reproduction. However, regarding the social reproduction of the capital, the education in basic schools can also be considered in terms of its function as a tool for making money to the capitalist, or to the owner of the means of production. This dissertation is in line with the dialectical and historical materialism, once this theory is used as theoretical and methodological framework. The research was restricted to the theoretical-bibliographic analysis, especially the tracking of the main categories of Political Economy and education, from the work of Marx. The main references which sustain this research are the contributions of Karl Marx, specially the first and the second tomes of *The Capital*; the fourth tome of *The Capital: The Theories of Surplus Value*; and the sixth and unpublished chapter of *The Capital*. Nonetheless, this study also takes in other contributions, for instance, the ones put forward by Lukács and by the Brazilian researchers José Paulo Netto, Lessa, Saviani and Paro, with regards to their own differences as to how the Marxist thinking has been established in Brazil.

Keywords: education in basic schools; capital; surplus value; valorization of capital.

SUMÁRIO

1	PRIMEIROS PASSOS	8
1.1	Delimitação do objeto	8
1.2	Incursões teóricas e metodológicas de <i>o capital</i>	15
1.3	Notas sobre <i>O Capital</i>	22
1.4	Percurso Editorial de <i>O Capital</i> no Brasil.....	30
2	A MERCADORIA EM “O CAPITAL” DE MARX.....	34
2.1	As determinações do valor: substância e grandeza.....	37
2.2	A duplicidade dos trabalhos contidos nas mercadorias	44
2.3	O método de Marx e a manifestação do valor	49
2.4	A forma de manifestação do valor: valor de troca.....	51
3	PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CAPITAL: TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO	64
3.1	Processo de trabalho	64
3.2	Processo de valorização: produção de mais- valia e a apropriação de trabalho alheio no capitalismo.....	67
3.3	Trabalho produtivo e improdutivo no modo de produção capitalista	78
4	TRABALHO E EDUCAÇÃO: DA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA À PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA	88
4.1	Trabalho: Posições teleológicas primárias.....	88
4.2	Educação: Posições teleológicas secundárias.....	96
4.3	Trabalho e educação e a produção de mais-valia.....	105
5	EDUCAÇÃO ESCOLAR: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL.....	108
5.1	O processo cíclico de valorização do capital na forma dinheiro.....	121
5.2	A produção de mais-valia na esfera da educação escolar: o caso da venda de ensino e de mercadoria-pacote-educacional	129
5.3	As instituições de ensino privado e a produção ilimitada de capital	137
5.4	Reprodução ilimitada de capital no âmbito do ensino: o caso dos sistemas de ensino	145
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIA	158

1 PRIMEIROS PASSOS

A presente tese busca analisar o papel da educação escolar moderna como ferramenta de produção e valorização de capital. À luz da concepção teórica e metodológica fundada por Marx e Engels, esse estudo se integra às contribuições acadêmicas da Linha de Pesquisa *Educação, Estética e Sociedade*, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Ceará.

Nosso estudo tem como eixo norteador as contribuições dos fundadores do materialismo histórico-dialético, esboçado por Marx em colaboração com Engels, além das formulações teóricas de Lukács e de alguns autores marxistas brasileiros como José Paulo Netto, Saviani, Paro, respeitadas suas distinções essenciais.

1.1 Delimitação do objeto

Em nossa dissertação de mestrado, analisamos o caráter mercantilista presente no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024, Lei de nº 13.005). Nesse texto, apontamos duas formas pelas quais a educação escolar passa ou pode caminhar para um processo de mercantilização, a saber: *publicização e privatização*. A publicização consiste na oferta de serviço público por entidades privadas, porém financiado e, em tese, fiscalizado pelo Estado. A privatização, por seu turno, refere-se à venda de instituições ou serviços públicos para a iniciativa privada. Dessa análise, deparamo-nos com uma questão categorial relacionada à obra de Marx, em especial sua produção teórica mais acabada: *O Capital – Crítica da Economia Política*. Trata-se da categoria *mercadoria*. Naquele contexto, perguntávamos: em que sentido pode-se afirmar que a educação poderia vir a ser uma mercadoria? Foi justamente essa pergunta que orientou a elaboração do projeto de pesquisa apresentado junto à banca seletiva do certame do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, na Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, hoje nomeada Educação, Estética e Sociedade.

Após ingresso no Programa e por conta da primeira qualificação, defendemos que, conforme os estudos de *O Capital* que havíamos realizado até aquele momento, a educação escolar da instituição de ensino privada não era uma mercadoria, tendo em vista que o seu

resultado não tem cristalização de trabalho em nenhum produto, como ocorre com a *esfera da produção material*¹.

Nesse sentido, afirmamos, naquele momento, que a análise realizada de *O Capital*, de Marx, portanto, nos conduziu à compreensão, ainda que parcialmente, de que a mercadoria tem uma materialidade objetiva (Cap. I) e que o produto do trabalho se transforma em valor de uso (cap. V). Concernente ao que aponta o Cap. XIV do referido livro, conclui-se que, no caso da educação escolar, na sua acepção moderna de ensino, não se produz mercadoria, tendo em vista que seu produto final, a aula, não tem nenhum trabalho plasmado em um meio de produção ou meio de subsistência, porém, a atividade do professor dessa instituição de ensino gera *mais-valia* e *valoriza* o capital individual do capitalista.

Com isso, apontamos conclusivamente, naquele momento, que a partir das nossas observações, defendemos que a educação escolar moderna, nas sociedades divididas em classes, seja quando se trata de uma instituição de ensino privada, seja quando se trata de vendas de pacotes educacionais privados às instituições de ensino públicas, está inserida na lógica de reprodução e ampliação do capital, ou seja, “produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”, porém, ela própria não é uma mercadoria, visto que seu produto não tem cristalização de trabalho e, por isso, não tem uma materialidade.

Contudo, devido aos estudos posteriores e, sobretudo, às observações e indicações de leitura por parte da banca avaliadora, realizamos modificações importantes no nosso objeto de estudo, no tocante à questão da materialidade da mercadoria e, por consequência, se a educação pode ser considerada ou não uma mercadoria. A nosso ver, conforme apontaram os estudos avançados de *O Capital* e de outras obras de Marx², essa temática é irrelevante ou secundária, tendo em vista que a categoria *mercadoria* é apenas uma forma de manifestação do capital em seu processo de valorização. Conforme apontou Marx (2011, p. 60), o “[...] capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada [...]”, ou seja, o capital ora se apresenta como mercadoria, ora como dinheiro em seu processo de autorreprodução. Dessa forma, o objetivo do capitalista ao investir em uma empresa qualquer, seja na esfera da produção material, seja numa escola, não é simplesmente produzir mercadoria ou um produto qualquer, mas a obtenção de um valor maior do que ele adiantou inicialmente. Deste modo, o capitalista visa à expansão do seu capital,

¹ Marx, em *O Capital*, refere-se à esfera da produção material ao setor produtivo que transforma a matéria natural ou a matéria-prima em valores de uso.

² Fundamentalmente o Livro IV, *Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico* e o Capítulo VI inédito de *O Capital*, ambos sugeridos pelos membros da banca na primeira qualificação.

por isso é irrelevante se ele investe o capital na esfera da produção material, tendo que vender sua mercadoria após o processo produtivo, ou se investe numa escola na qual o seu capital tem retorno automático, sem passar por todas as fases de circulação do capital. O foco da análise, portanto, não deve ser a mercadoria, como havíamos defendido anteriormente, mas *apreender como a educação pode servir de valorização de capital*.

Por isso, entendemos que o fundamental é abordar a especificidade da educação na produção de *mais-valia* e, portanto, na *valorização do capital*, ou seja, como a educação pode estar a serviço da sua reprodução e expansão. Isso, independentemente de nos referirmos a uma instituição de ensino privada ou às instituições de ensino públicas, que realizam compras de pacotes educacionais à esfera privada.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a particularidade da educação escolar como uma das formas utilizadas pelo capital para a sua expansão ou como meio para a produção de mais-valia. Para tanto, investigamos as duas formas em que esse processo ocorre: 1) o processo de transformação do capital que investe no ensino privado, comprando meios de produção e força de trabalho, recebendo capital em troca do serviço oferecido, não tendo a mediação da mercadoria como ocorre na esfera da produção material. Explicando melhor. Nessa esfera de produção, o capitalista, com o seu capital, compra meios de produção e força de trabalho e, através do processo de produção, obtém uma mercadoria e, após sua venda, alcança seu objetivo: mais capital. Na esfera do ensino privado, contudo, ocorre algo diferente, ou seja, o capitalista compra meios de produção e força de trabalho, porém, em troca ele já recebe capital, não passando pelo intermédio da mercadoria, como ocorreu no processo anterior. É importante frisar que nos dois processos, o início e o fim são semelhantes, ou seja, em ambos encontram-se capital. Portanto, a finalidade é a mesma, mudando apenas a forma de sua valorização; 2) quando se trata da venda de produtos ou pacotes educacionais à esfera pública ou privada, ocorre algo semelhante à esfera da produção material. Em outros termos: em ambos os casos o capitalista compra meios de produção e força de trabalho, obtém um produto ou pacote educacional, portanto uma mercadoria, vendendo posteriormente e voltando a possuir capital que, em tese, deve ter um valor maior do que ele investiu inicialmente.

Nesse sentido essa tese está dividida da seguinte forma: introdução, quatro capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, analisamos a forma e o desenvolvimento do valor, ou seja, partimos da sua origem à sua forma de manifestação no valor de troca. Para tanto, seguindo as pistas deixadas por Marx, iniciamos pela análise da mercadoria, a qual, num primeiro momento, considera-se que ela é constituída de valor de uso e valor de troca. Contudo, ao partir dessa concepção provisória, chegamos à constituição do valor, como sendo o elemento

fundamental e, digamos assim, aquilo que se encontra escondido por trás do valor de troca das mercadorias. Esta, a partir de então, tem sua constituição fixada pelo valor de uso e valor. O valor de troca, então, é a forma de manifestação do valor. Ademais, da análise do valor, chegas-se, inevitavelmente, a sua substância geradora: *trabalho*, mas não qualquer trabalho, trabalho abstraído das suas formas concretas, trabalho humano em geral ou, conforme Marx, *trabalho abstrato*. Com isso, a magnitude, ou a grandeza do valor, conseqüentemente, é dada pela *quantidade ou tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso*. O trabalho específico do trabalhador, direcionado para uma finalidade, é o trabalho criador de valor de uso, ou seja, *trabalho concreto*. Por fim, analisamos, neste capítulo, a forma de manifestação do valor, a partir da sua forma simples, passando pelas formas desdobradas ou total, forma geral, até a forma-dinheiro. É importante ressaltar, por último, que uma das principais categorias que Marx analisa, na economia política, é a categoria valor. Não é à toa que ele inicia *O Capital* pela mercadoria, partindo dela para logo chegar ao valor, com ele, caminhará até o Livro IV.

No segundo capítulo, abordamos duas categorias fundamentais para a elucidação do nosso trabalho, além da já comentada categoria valor, a saber: *trabalho produtivo e improdutivo*, porém, iniciamos a análise a partir do processo de produção como síntese do processo de trabalho e processo de valorização. Desse diagnóstico, chegamos à produção de mais-valia ou valorização do capital. Com isso, o trabalho produtivo, na reprodução social especificamente capitalista, é aquele que ao atuar coletivamente produz mais-valia e expande capital. Nessa perspectiva, todo trabalhador assalariado, cuja origem do seu salário é o *capital* do proprietário da sua força de trabalho, é considerado um *trabalhador produtivo*. Por outro lado, todo trabalhador assalariado, cuja origem do seu salário é a *renda* do capitalista ou do Estado, é considerado *trabalhador improdutivo*. Nesse sentido, conforme Marx, trabalhador produtivo são todos aqueles trabalhadores que produzem mais-valia e, além disso, seus salários são pagos pelo capital acumulado pelos proprietários das suas forças de trabalho, por isso, tanto o trabalhador assalariado da esfera da produção material, quanto o professor de uma escola particular é um *trabalhador produtivo*.

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre as categorias trabalho e educação numa perspectiva ontológica. Para tanto, nos apropriamos das importantes contribuições do filósofo húngaro György Lukács, sobretudo a sua *Para Uma Ontologia do Ser Social II*. Lukács resgata a concepção ontológica da obra de Marx, a qual vinha sendo impactada negativamente pelas deturpações stalinistas, e dos aprisionamentos determinísticos fruto da análise de alguns estudiosos de Marx, como era o caso de Louis Althusser, além da influência positivista que a

obra de Marx recebeu da *Segunda Internacional* nos finais do Século XIX e início do Século XX.

Fundamentado em Lukács, sustentamos que trabalho e educação são ontologicamente distintos, ambos têm objetos e funções sociais específicos no âmbito da reprodução social. O trabalho tem como objeto a matéria natural e sua função social é a transformação da natureza em meio de subsistência ou meio de produção. A educação, por seu turno, tem como objeto outras consciências, ou seja, a relação entre os homens. Ela tem como função social induzir os indivíduos a tomarem decisões entre um conjunto de alternativas disponíveis de forma socialmente intencionada e mediada pela reprodução social, além de buscar prepará-los adequadamente para as situações novas e imprevistas que poderão ocorrer ao longo de suas vidas. Aparentemente temos aqui uma contradição, ou seja, por um lado a atividade do professor não pode ser considerada trabalho, contudo, por outro, se sua atividade acontece no interior de uma instituição de ensino privada, pela qual ele recebe um salário pago pelo capitalista e produz mais-valia, é considerado um *trabalhador produtivo*, conforme Marx. Afirmamos, porém, que não há contradição, pois do ponto de vista do capital, ele, o professor do ensino privado, está valorizando o capital, portanto, é trabalhador produtivo, porém, a sua atividade específica continua sendo a de orientar corretamente os seus alunos nas decisões entre as alternativas ao longo de suas vidas. Em suma, se analisarmos a atividade do professor como produtor de mais-valia, a sua atividade não se diferencia do trabalhador da esfera da produção material, ambos são trabalhadores produtivos, mas, cada um, nas suas atividades específicas, levando em consideração a reprodução social, tem objetos distintos e cumpre funções sociais totalmente diferentes.

No quarto e último capítulo examinamos a especificidade da educação, como uma das ferramentas, dentre muitas, utilizadas pelo capital para sua autovalorização. Desse modo, apresentamos as duas formas específicas pelas quais a educação escolar está a serviço da produção de *mais-valia* e *valorização* do capital. A primeira forma de reprodução do capital no âmbito da educação escolar é por meio da venda de ensino, pelas instituições privadas da educação básica e superior. A segunda forma de reprodução do capital a partir da educação escolar é pela produção e venda de *mercadoria-pacote-educacional* por instituições empresariais do ensino cuja finalidade é a sua venda para instituições de ensino públicas e privadas. Em ambas as situações, apresentamos, baseado na exposição do volume II de *O capital* de Marx, como esse processo ocorre.

Além disso, apontamos também que o modo de produção capitalista pode se reproduzir ilimitadamente no âmbito da educação escolar, seja qual for a sua forma de

valorização: venda de ensino ou na venda da *mercadoria-pacote-educacional*. Vale destacar, neste aspecto, que Saviani (1991) e Paro (2012), defendem justamente o contrário, isto é, pela especificidade da produção pedagógica, para os autores, o modo de produção capitalista só pode se manifestar na educação escolar de forma limitada e periférica.

Ademais, dialogamos com Saviani (1991) e Paro (2012), justamente pelo fato dos dois autores trazerem as principais categorias relacionadas a educação escolar, as quais tivemos como base para o exame daquelas duas formas pelas quais o capital se reproduz no âmbito do ensino, tais como: *o objeto da produção pedagógica, os saberes envolvidos na prática docente e o produto da atividade pedagógica*. Porém, partindo de Marx, apontamos as limitações das formulações elaborados por estes dois autores.

Outros autores brasileiros trazem importantes contribuições para o debate relacionados com a privatização e a mercantilização da educação escolar, porém não aprofundaram suas análises tal como Saviani (1991) e Paro (2012). Rodrigues (2007), ao analisar as frações da burguesia brasileira no âmbito das suas contradições em torno do caráter da educação, identifica duas perspectivas de educação escolar: a *educação-mercadoria*, defendida pelo capital comercial, vendedor de serviços educacionais; e a *mercadoria-educação*, produto por excelência procurado pela burguesia produtiva, ao buscar uma educação ou mercadoria-insumo capaz de agregar valor aos seus produtos. Na primeira perspectiva defendida pelo autor, *educação-mercadoria*, ele sustenta a tese de que importantes setores da sociedade brasileira têm investido seu capital nos serviços educacionais, tanto na abertura de instituições de ensino privadas, quanto em vendas de pacotes educacionais. Sguissardi (2008), adotando as mesmas categorias de Rodrigues (2007), analisa a expansão do ensino superior no Brasil, com ênfase no crescimento do ensino privado, ressaltando a *educação-mercadoria* e a *mercadoria-educação* como pano de fundo para a compreensão da privatização e, conseqüentemente, da mercantilização do ensino superior brasileiro. É importante destacar que os autores, sobretudo Rodrigues, não contextualizam seu conceito de *educação-mercadoria* dentro da obra de Marx, ou seja, eles já trazem como pressupostos o arcabouço categorial do autor alemão, sem, contudo, demonstrar, dentro da sua obra, de que forma ou por quais meios a educação poderá ser utilizada como valorização e reprodução de capital.

Roberto Leher (2015), outro estudioso da educação brasileira, também tem apontado nesse mesmo sentido ao tratar o surgimento da educação privada, e sua conseqüente mercantilização, como um espaço importante de reprodução do capital. Muito embora o foco principal de Leher, em seus estudos, em especial na sua tese de doutorado, seja demonstrar como a educação tem sido um importante instrumento de conversão ideológica das populações

dos ditos países de economias periféricas às recomendações ideológicas da globalização, em um período em que o capital se encontra em sua crise estrutural. Porém, na última década, o referido autor, vem chamando atenção para o novo tipo de mercantilização da educação brasileira: a oligopolização do setor educacional. As categorias marxianas, pelas quais o autor analisa o processo de mercantilização da educação, assim como a oligopolização do setor de ensino, também são postas implicitamente, ou seja, são pressupostas, mas não evidenciadas.

Em suma, no Brasil, no que diz respeito ao caráter da mercantilização da educação, a maioria dos autores que analisam essa temática, baseados no arcabouço teórico que acabamos de citar, já partem dos pressupostos categoriais desenvolvidos por Marx em sua obra madura, porém sem expô-los em seus detalhes. Nesse sentido, a nossa contribuição aos importantes estudos dessa temática é buscar justamente apresentar as duas formas pelas quais a educação poderá servir de valorização e reprodução do capital, a partir da obra de Marx, em especial *O capital*, Livros I e II.

É importante ressaltar, por último, que essa tese não se propõe a fazer um tratado ou rastrear as contribuições de Marx para a educação escolar, mas fundamentalmente buscar apreender metodologicamente como ela poderá vir a assumir na produção de mais-valia e, por conseguinte, na valorização do capital, a partir das categorias da economia política extraídas por Marx.

Por fim, nosso estudo se enquadra na perspectiva teórica e metodológica do materialismo histórico e dialético fundado por Marx e Engels. Metodologicamente, nosso trabalho se restringiu à análise teórico-bibliográfica, em especial ao rastreamento das categorias principais da Economia Política e da educação, a partir da obra de Marx, principalmente nos Livros I e II de *O Capital*. Além desses textos de Marx, utilizamos o Volume IV, *As teorias da mais-valia* e o *Capítulo VI – Inédito de O Capital*. É importante ressaltar que buscamos compreender a obra de Marx em sua totalidade, porém dando ênfase para a sua produção mais acabada, como esboçamos acima. Além disso, é oportuno assinalar que buscamos colaborações de autores importantes do marxismo, que, ao seu modo, contribuíram sobremaneira para a elucidação da obra de Marx, tais como György Lukács, José Paulo Netto, Leandro Konder, Francisco José Teixeira, Ivo Tonet, Saviani, Vitor Paro, entre outros.

Ainda nessa introdução, trouxemos três temáticas importantes relacionadas com *O Capital*. A primeira diz respeito ao método de Marx, com o qual ele buscou apreender o seu objeto de estudo. Nesse sentido, buscamos esboçar uma incursão teórica e metodológica do seu método. Entendendo que, como nossa tese tem como fundamento teórico e metodológico o materialismo histórico-dialético, faz-se necessário a compreensão desse método, tendo em vista

a compreensão correta da realidade a qual nos propomos: a correta localização da educação enquanto espaço de produção de mais-valia.

Em seguida, rastreamos, de forma sumária, a forma pela qual se deu a aproximação de Marx com as categorias da economia política até a elaboração e publicação de *O Capital*, uma vez que nossa análise teve como principal referência teórica e a mais depurada obra marxiana. Por fim, finalizamos com a temática relacionada com a publicação de *O Capital* no Brasil, destacando as três traduções diretamente do alemão para o português e alguns problemas de tradução, visto que neste trabalho adotou-se umas dessas três traduções. Ao finalizar essa temática relacionada com a tradução de *O Capital*, apontamos o porquê de adotarmos a tradução de *mais-valia* e não *mais-valor* da palavra *Mehrwert*.

1.2 Incursões teóricas e metodológicas de *o capital*

Todo começo é difícil; e isso vale para toda ciência.

Karl Marx.

Marx, ao contrário de outros pensadores das ciências sociais, não fez nenhum tratado sobre método de pesquisa. Durante aproximadamente quarenta anos de atividade intelectual, seus escritos sobre a questão metodológica são ínfimos, quando se comparado a *Max Weber* e *Émile Durkheim*, que juntamente com Marx se configuram como fundadores das ciências sociais. São poucos os escritos dele sobre essa problemática, restringindo-se a pequenas passagens em textos que, todavia, não tinham como objeto especificamente o método, mas, de maneira geral, a crítica da economia política. Especificamente, podemos apontar três momentos em que Marx expõe o seu método: *Grundrisse; Contribuição à Crítica da Economia Política*; e no posfácio da segunda edição alemã de *O Capital*. Ressalta-se, no entanto, que o *Grundrisse* não foi escrito para a publicação, mas, como veremos no tópico seguinte, foi o primeiro manuscrito de estudo de Marx visando à elaboração de *O Capital*. Além disso, o texto sobre o método da *Contribuição à Crítica da Economia Política* é o mesmo dos *Grundrisse*. Nesse sentido, de forma deliberada, Marx só escreveu dois textos sobre o método, de forma muito resumida, diga-se, para ser publicado. Referindo-se à introdução dos *Grundrisse*, Lukács (2012), chama a atenção para duas questões metodológicas fundamentais desse texto. Primeiro que o ser social existe independentemente de ser mais ou menos conhecido. Em segundo lugar, ele destaca a busca do método mais adequado para a sua inteira compreensão.

Nesse sentido, é a partir da década de 1840, quando iniciou seus estudos da economia política, em companhia de Engels, que Marx inicia a elaboração do método adequado para o conhecimento da realidade e, em particular, para a correta apreensão da sociedade burguesa pelo pensamento. Com efeito, os pilares fundamentais do método de Marx se encontram, por um lado, na dialética hegeliana, porém, invertida e oposta a ela, conforme o próprio Marx, e, por outro, no materialismo de Feuerbach (ver nota de rodapé 10), após sua análise crítica e a superação do seu caráter a-histórico.

Pensemos, por exemplo, no livro escrito em 1845 por Marx e Engels, *A sagrada família ou crítica da crítica-crítica*, no qual os dois teóricos, ao analisarem criticamente os filósofos hegelianos e feuerbachianos, os irmãos Bauer, apontam aspectos que superam tanto a filosofia idealista de Hegel quanto o materialismo de Feuerbach. Foi precisamente na *Ideologia Alemã*³, também escrita pelos dois, entre 1845 e 1846, que eles vão, além de superar de uma vez por todas o idealismo e o materialismo a-histórico, construir seus próprios entendimentos da apreensão do conhecimento pela consciência humana. Segundo os autores, diferentemente da tradição filosófica alemã, a qual “desce do céu a terra”, na concepção teórico-metodológica deles:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (MARX E ENGELS, 2007, p. 94)

No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, em 1859, treze anos após a escrita da *Ideologia Alemã*, Marx amadurece a concepção do materialismo dialético, conforme esta última citação, ao apontar qual deve ser o ponto de partida do seu objeto de estudo. Marx (2008, p. 45) afirma inequivocamente, que os “[...] homens entram em relações determinadas, necessárias, independente de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas. Desta forma, “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual [...]”. Por isso, não “[...] é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência [...]”. Cabe observar, todavia, que não há um determinismo nessa citação, conforme alguns de seus críticos ou detratores têm afirmado, visto

³ Marx e Engels não chegaram a publicar a *Ideologia Alemã*, em razão, segundo eles, de circunstância relacionada à gráfica. Porém, no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, ao se referir à *Ideologia Alemã*, Marx afirma que eles (Marx e Engels) tinham se dado por satisfeitos, tendo em vista que haviam alcançado seus objetivos, o de se auto esclarecer, ou seja, acertarem as contas com a filosofia contemporânea, em especial o contraste entre eles e os jovens hegelianos. Por isso, afirma Marx (2008, p. 47), “[...] abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos [...]”. Este livro, portanto, só veio a ser publicado em 1932, na antiga União Soviética.

que, para Marx (2008, p. 45), a “[...] totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência [...]”. Em outros termos, na análise do objeto de estudo, o sujeito deve partir da realidade empírica, das questões materiais. Como o objeto de estudo de Marx foi a sociedade burguesa e suas relações de produção da vida material, ele partiu justamente da sua base material, ou seja, da análise do conjunto das forças produtivas e das relações de produção por ela engendrada. Porém, ele ressalta que há uma totalidade e dentro dela, somente em última instância, os fatores econômicos são preponderantes.

Antes de prosseguir, cabe aqui um esclarecimento acerca da prioridade de determinadas categorias perante outras, para não se cair justamente no determinismo econômico ou na teoria fatalista como muitos dos seguidores de Marx fizeram. Lukács (2012) ao se referir à categoria da totalidade e, dentro dela, à questão da prioridade ontológica de determinada categoria frente a outras, mais especificamente, entre ser e consciência, observa:

[...]. Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação à outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É o que ocorre com a tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode haver ser sem consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente. [...]. (LUKÁCS, 2012, p. 307).

Nessa perspectiva, os homens, conforme Marx e Engels apontaram na *Ideologia Alemã*, precisam, antes de tudo, comer, beber, vestir-se, etc., ou seja, produzir suas condições de existência, antes de fazerem história, política ou arte. Isso significa, tão somente, que há uma prioridade ontológica do ser sobre a consciência, ou no caso, das categorias econômicas sobre as demais que constituem o ser social. Tais categorias, é importante ressaltar, têm uma relativa autonomia, mas se determinam reciprocamente, ou seja, uma categoria pode interferir em outra e vice-versa.

Na introdução dos *Grundrisse*, em 1857, aproximadamente 15 anos após iniciar seus estudos, é que Marx condensa, pela primeira vez, o seu entendimento sobre o método de captura da realidade. Ressalta-se, que durante esse período, como sumariamos acima, Marx simultaneamente vai delimitando seu objeto de pesquisa, a sociedade burguesa e as relações de produção por ela concebida, e o método adequado para a sua correta apreensão. No final, Marx elaborou uma teoria social, ou seja, extraiu as categorias que expressam tal sociedade e suas leis universais, não como uma fotografia do objeto, não como um objeto parado no tempo, mas

como algo em movimento, expresso através das suas leis tendenciais que, em última instância, poderá ser comprovado pela prática social.

Antes de seguir na exposição do método marxiano, é importante diferenciar a teoria social do método de pesquisa, conforme nos alerta Netto (2009). A *teoria*, para Marx, é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo pensamento, ou seja, é o objeto em seu movimento transplantado, através do método adequado, para a cabeça do sujeito, do pesquisador. Em síntese, é através da teoria que “[...] o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa (NETTO, 2009, p. 07). No posfácio da segunda edição alemã de *O Capital*, ao diferenciar seu método dialético em relação a Hegel, Marx (1983a, p. 20) afirma:

[...] meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Portanto, o “ideal não é nada mais que o material”, o objeto de pesquisa, transladado e interpretado pelo sujeito. Mas como isso pode ocorrer, ou seja, como o sujeito reproduz idealmente o seu objeto pelo pensamento? Através do método adequado, conforme Marx. No entanto, cabe uma observação preliminar. Para Marx (1983a, p. 20) o método de pesquisa difere do método de exposição.

É [...] necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.

Segundo Marx, a forma de análise do objeto, a maneira de apreensão da sua estrutura e dinâmica pelo pensamento, distingue-se da forma pela qual se faz sua exposição. Cabe observar, também, como herdeiro de uma tradição filosófica fundada desde os gregos, Marx faz a correta distinção entre a aparência do objeto, a sua forma de manifestação na realidade, e a sua essência, ou seja, a forma pela qual o objeto se apresenta empiricamente se distingue da sua estrutura e dinâmica. Nesse sentido, afirma Marx (2017, p. 880) “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente [...]”.

Na busca pela compreensão do objeto, portanto, o sujeito deve partir da sua aparência, da realidade imediata, das suas manifestações fenomênicas, elevar ao pensamento e

tratá-lo abstratamente⁴. A partir desse momento, ou seja, no caminho de ida, o pesquisador deve apreender detalhadamente o seu objeto, analisar suas formas variadas de desenvolvimento e, por fim, rastrear as conexões internas. Nas próprias palavras de Marx (2011, p. 54),

[...] se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples.

Ao extrair um elemento da sua totalidade, do seu contexto, e analisá-lo isoladamente, “por meio de determinação mais precisa”, o sujeito alcança progressivamente conceitos simples, ou seja, do objeto abstraído da sua totalidade, como “uma representação caótica do todo”, e através da análise, ele chegaria às “determinações mais simples”. Essas determinações mais simples são abstratas⁵, uma vez que não foram originadas da totalidade, mas são o resultado da análise das determinações mais concretas às mais simples, pelo pensamento. Aquelas têm sua origem na totalidade, enquanto essas são frutos do pensamento, uma vez que “do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples”. Todavia, chegando às determinações mais simples, através da análise, deve-se fazer o caminho de volta, conforme aponta Marx (2011, p. 54).

Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade. Por essa razão o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.

É justamente no caminho de volta que o concreto, a realidade, é representado pelo pensamento como uma “rica totalidade de muitas relações”, ou seja, as várias determinações simples, às quais se chegou no processo de análise, agora são expostas com uma “síntese de

⁴ Esse é um recurso imprescindível nas ciências sociais. Conforme Marx apontou no prefácio de *O Capital*, o recurso à abstração intelectual é fundamental para a elaboração teórica, visto que, diferentemente das ciências ditas naturais, as quais podem fazer experimentação empírica em laboratórios e utilizando microscópio, nas ciências econômicas tal procedimento é impossível. Daí porque o laboratório das ciências sociais é justamente o pensamento.

⁵ É importante diferenciar abstração de abstrato, conforme Netto (2009). Abstração é a capacidade intelectual de abstrair um elemento de uma totalidade e analisá-lo isoladamente. O abstrato, por sua vez, tem sua origem da análise do objeto pelo pensamento, não tem sua origem na totalidade, ou seja, é uma determinação mais simples, isolada do todo.

múltiplas determinações” e, sintetiza Marx, são a unidade na diversidade. Marx (2011, p. 54) assinala que “[...] na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento [...]”. Por isso, enfatiza Marx (2011, pp. 54-55), “[...] Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo [...]”. Contudo a maneira adequada de representação do concreto é através do “[...] método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto [...]”. Ascender do abstrato ao concreto significa que aquelas determinações mais simples, fruto das determinações mais concretas, são características ou elementos do ser, são momentos do ser decantado e apurado pelo pensamento, se materializando novamente no concreto, como a síntese de múltiplas determinações.

O concreto, portanto, é a síntese das múltiplas determinações abstratas, as quais são reproduzidas pelo pensamento como uma rica totalidade. Cabe observar, todavia, que o concreto não é um construto do pensamento, mas, pelo contrário, ele é o resultado das suas múltiplas determinações captadas pelo sujeito, conforme assinala Marx (2011, p. 55):

[...] Por essa razão, para a consciência para a qual o pensamento conceitualizante é o ser humano efetivo, e somente o mundo conceituado enquanto tal é o mundo efetivo [...] que, infelizmente, recebe apenas um estímulo do exterior [...] é correto na medida em que a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos.

Com isso, Marx (2011, p. 55), arrebatada, o “[...] todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível [...]”.

Nessa perspectiva as categorias segundo as quais Marx expôs a sociedade burguesa, ou seja, as categorias do modo de produção do capital, não foram fruto do pensamento ou uma elaboração apriorística do autor, mas a reprodução ideal do seu movimento real pelo pensamento. É oportuno salientar, contudo, que reprodução, nesse exato sentido, não significa um mero espelhamento ou descrição da realidade, mas o resultado, conforme já aludimos, da análise pormenorizada dos elementos constitutivos do modo de produção do capital, do seu desenvolvimento e da conexão das suas mediações internas, no caminho de ida, e pela concretização das determinações mais simples como síntese de múltiplas determinações,

realizada no caminho de volta, pelo pensamento. Além disso, a reprodução ideal, pelo pensamento, das categorias que expressam o modo de produção do capital, é justamente a reprodução do movimento do objeto, em sua processualidade histórica e determinada a este modo de produção particular.

Cabe observar, também, conforme Marx (2011, p. 59), que “as categorias expressam formas de ser” ou “determinações da existência”, ou seja, elas existem independentemente do sujeito, da consciência. Em resumo, as categorias são *ontológicas*. Nas palavras de Lukács (2012, p. 297),

[...] as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade ‘formas de ser, determinações da existência’, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo [...].

Porém, ao mesmo tempo, as categorias são *reflexivas*, na medida em que passam a ser capturadas, em sua processualidade histórica e transitória, pelo sujeito. Todavia, em seu reflexo pelo pensamento, cabe não hierarquizar ou sistematizar as suas formas.

Voltando algumas citações acima, na qual Marx afirmou que somente após o método de pesquisa é que se “pode expor adequadamente o movimento real”. Isso significa que a forma de expor as categorias do objeto de pesquisa, no caso de Marx as categorias que expressavam a sociedade burguesa, não deve seguir necessariamente a sua forma de desenvolvimento histórico, mas as suas próprias legalidades internas, ou seja, a forma de exposição deve levar em consideração a sua lógica interna, suas conexões próprias, independentemente da ordem do seu surgimento ao longo da história. Nesse sentido, conclui Marx (2011, p. 60),

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que parece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. [...]. Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa.

Desse modo, a exposição das categorias econômicas da sociedade burguesa corresponde a uma hierarquia dessas categorias no interior da sua totalidade, e não a sua forma histórica. Comprova esse fato o próprio livro de *O Capital*, no qual Marx inicia a exposição pela mercadoria, porém logo chegando a sua categoria fundamental, a saber, o valor. E, a partir

desse ponto, o levará em toda sua exposição. É apenas no capítulo 24 que Marx vai expor as formas sócio-históricas pelas quais ocorreu a acumulação primitiva do capital. É elucidativo também, quando Marx (2011) afirma que é a partir das categorias mais desenvolvidas e complexas que entenderemos o menos desenvolvido. A chave da anatomia do macaco, diz Marx, é o homem e não o contrário. Ou seja, para entender a sociedade burguesa atual é mister iniciar por ela, por suas categorias e as relações que estabelecem entre si, e não voltar ao passado para entender o presente. Porém, Marx recorre às categorias históricas, do passado, como momentos elucidativos do presente, não elidindo, em absoluto, a história.

Lenin, se contrapondo a Hegel, que escreveu a ciência da lógica, apontou corretamente que a Marx interessava, outrossim, a lógica do objeto, ou seja, Marx não escreveu uma lógica, ele capturou a lógica de *O Capital*. Marx inicia a exposição de *O Capital* pela mercadoria, chamando a atenção ao fato de ela estar presente no nosso dia a dia. Por que Marx parte justamente da mercadoria para expor, num conjunto articulado, as categorias sociais da economia política? Segundo ele, no primeiro prefácio de *O Capital*, em 1867, ao relacionar o corpo humano com a célula, o todo com a parte, é mais fácil analisar o corpo em sua completude do que a célula em particular. Por outro lado, diz Marx, diferentemente das ciências ditas naturais, as quais podem fazer experimentação empírica em laboratórios e utilizando microscópio, nas ciências econômicas, tal procedimento é impossível, por isso, deve-se utilizar a força da abstração, ou seja, isolar as categorias e levá-las ao pensamento. Nesse sentido, nas sociedades burguesas, acrescenta Marx, a forma-mercadoria ou forma de valor da mercadoria é a sua forma elementar. Dessa maneira, portanto, para se analisar corretamente a sociedade burguesa, deve-se partir da forma básica, elementar, ou seja, a própria mercadoria. Com isso, tem-se que levá-la ao seu laboratório mental, ao pensamento, apropriar-se em detalhes de todos os seus elementos, analisar suas formas de desenvolvimento e, por fim, descobrir seus nexos internos.

Dessa forma, seguindo o caminho de Marx, iniciamos nosso estudo pela análise da mercadoria, porém, tendo como referência fundamental a categoria valor. Este será sempre nosso referencial ao longo deste trabalho de pesquisa. Além da categoria valor, descaremos outras categorias que serão fundamentais para a elucidação do nosso objeto, tais como mais-valia, trabalho em geral, trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

1.3 Notas sobre *O Capital*

Marx foi o homem mais odiado e mais caluniado do seu tempo. Governos, tanto absolutos como republicanos, expulsaram-no; burgueses, tanto conservadores como democratas extremos, inventaram ao desafio

difamações acerca dele. Ele punha tudo isso de lado, como teias de aranha, sem lhes prestar atenção, e só respondia se houvesse extrema necessidade. E morreu honrado, amado, chorado, por milhões de companheiros operários revolucionários, que vivem desde as minas da Sibéria, ao longo de toda a Europa e América, até à Califórnia; e posso atrever-me a dizê-lo: muitos adversários ainda poderia ter, mas não tinha um só inimigo pessoal.

O seu nome continuará a viver pelos séculos, e a sua obra também!

Engels

Karl Marx (1818 – 1883) fundou, juntamente com seu principal colaborador, Friedrich Engels (1820 – 1895), as bases teóricas e metodológicas para a compreensão da sociedade burguesa e, por conseguinte, as bases de elaboração do socialismo científico. Marx era filho de família de classe média da Alemanha, mãe de origem holandesa e pai advogado e judeu, estudou direito na Universidade de Berlim, porém se formou em filosofia na Universidade de Jena⁶, cuja tese de doutorado⁷ defendida em 1841, aos 23 anos de idade, tinha como tema *A Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e a de Epicuro*⁸.

O jovem Marx, depois de trabalhar como Redator-chefe no jornal a *Gazeta Renana*, entre 1842 e 43, na província alemã de mesmo nome do jornal, depara-se com um problema político da época, o qual irá nortear toda a sua vida. Segundo Marx (2008), essa sua atividade o levou, pela primeira vez, a opinar sobre assuntos de interesses materiais, tais como delitos florestais, parcelamento da propriedade fundiária, entre outros. Após enfrentamento com o Estado prussiano, que num primeiro momento foi apoiado pelos donos do jornal, estes de tendências liberais e burguesas, Marx se desentende com seus patrões em razão de uma aliança entre eles (burguesia liberal) e o Rei Frederico Guilherme IV. Dessa época de jornal, assim como os motivos pelos quais ele foi demitido, Marx percebeu que os seus conhecimentos filosóficos e de jornalista eram insuficientes para dar conta daquela sociedade e, portanto, dos problemas sociais e econômicos ali surgidos. O seu problema inicial era compreender a relação entre o Estado e a sociedade civil. Por isso, dedicou-se a estudar os principais teóricos da política moderna (Rousseau, Montesquieu, Maquiavel, entre outros). Porém, foi a partir de uma leitura crítica do texto de Hegel⁹, *Princípios da Filosofia do direito*, escrito em 1821, sob influência do materialismo de Feuerbach, Marx inicia os estudos do seu objeto, ao qual dedicará toda a sua vida. É da leitura desse texto hegeliano que Marx percebe que, para enfrentar a

⁶ Segundo Konder (1999), por questões políticas, relacionadas ao novo Rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, o qual passou a perseguir a filosofia de Hegel e, por consequência, os jovens hegelianos de esquerda, Marx saiu da Universidade de Berlim e foi defender sua tese de doutorado na Universidade Jena.

⁷ Tese de doutorado na época equivale ao Trabalho de Conclusão de Curso atualmente.

⁸ Texto publicado recentemente pela Editora Boitempo.

⁹ Conforme Lukács (2018, p. 79), essa primeira crítica de Marx a Hegel “[...] é ainda a crítica de um democrata revolucionário [...]”.

questão do Estado moderno, era necessário analisar a sua gênese, a sua origem ou o seu ato fundante. Ele percebeu, portanto, que a gênese do Estado se encontra na sociedade civil, ao contrário do que defendia Hegel em seu texto da Filosofia do Direito, para o qual o Estado era o fundador dessa sociedade. Para tanto, naquele momento o jovem filósofo alemão ainda não tinha elaborado as bases teóricas e metodológicas para o enfrentamento do problema.

Dessa forma, em 1843, o jovem filósofo recém-casado, decide sair da Alemanha e morar na França onde, juntamente com seu amigo Arnold Ruge, tinha um projeto de fundar uma revista, a partir de Paris, os *Anais Franco-alemães*, para ser enviada para a Alemanha, através de contrabando, uma vez que o Estado prussiano havia censurado a imprensa. No primeiro e único número dessa revista, já em 1844, Marx publicou dois textos: *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* e *Sobre a questão judaica*. Na *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx já indicava a limitação do pensamento hegeliano, uma vez que o pensador alemão não levava em consideração as questões materiais para a efetivação das suas ideias. Para Marx (2010a, p. 151), portanto, “[...] a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material [...]”, ou seja, as ideias, por mais bem intencionadas que sejam, por mais bem elaboradas e críticas, necessitam de uma base material para a sua objetivação. Por isso, “[...] a teoria também se torna força material quando se apodera das massas [...]”. Já na *questão judaica*, contrapondo-se ao seu amigo, pertencente ao grupo dos jovens hegelianos, Bruno Bauer, que, frente ao problema dos judeus, defendeu a sua emancipação política, Marx vai além do jovem hegeliano, propondo a emancipação humana, independentemente da religião, se judaica ou cristã. Para tanto, tal emancipação necessitava, obrigatoriamente, ocorrer no âmbito das estruturas social e econômica de toda a sociedade e não apenas no domínio das ideias.

Percebe-se, portanto, que nesses dois textos, o jovem Marx já apontava claramente a necessidade de aliar o conhecimento teórico com as questões materiais. Nesse sentido, já se percebe a superação do idealismo hegeliano e a aceitação do materialismo feuerbachiano¹⁰ por parte de Marx. Além disso, a superação das relações de produção daquela sociedade, que o

¹⁰ Ludwig Feuerbach, filósofo alemão, precursor do materialismo moderno, se contrapôs a Hegel, para quem as ideias ou espírito absoluto (para alguns, Deus) haviam fundado a humanidade, ou seja, o homem. Para Feuerbach, contudo, em seu livro *A Essência do Cristianismo*, o homem em sua busca pela perfeição e pela incapacidade e impossibilidade de atingi-la, se alienava de si em uma figura superior, refletindo todas aquelas qualidades que ele buscava no seu cotidiano. Nesse sentido, era o homem quem fundava o ser superior, Deus, e não o contrário, como defendia Hegel. Com isso, Feuerbach lança mão do materialismo moderno. As ideias de Feuerbach tiveram uma grande aceitação pelos jovens hegelianos, especialmente Karl Marx. Muito embora, depois ele irá criticar o materialismo feuerbachiano, principalmente na *Ideologia Alemã* (1846), escrito conjuntamente por Marx e Engels, segundo o qual o materialismo à moda Feuerbach é a-histórico, apanhando o homem genérico e não o homem real, com seus correlatos problemas sociais como, por exemplo, as questões de classe.

jovem filósofo passara a estudar, só poderia ser viável quando as ideias revolucionárias fossem apropriadas pela classe trabalhadora. Aí estava, digamos assim, clareando na cabeça do jovem teórico e, logo mais, materialista, o seu objeto de estudo, com o qual ele terá, em breve, um encontro duradouro e para sempre.

Em Paris, além do contato com o movimento socialista da época, recebe um importante artigo para ser publicado na revista, enviado da Inglaterra por Engels, intitulado *Esboço de uma Crítica da Economia Política*. Esse texto foi fundamental para o enfrentamento teórico do objeto de Marx, o qual, no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, escrito em 1859, foi classificado por ele como um esboço genial às críticas das categorias econômicas ali realizadas por Engels.

A partir desse momento, além de uma parceria efetiva e duradoura com Engels, finalizando somente após sua morte, Marx inicia o estudo da economia política visando à elaboração completa das suas principais categorias. É importante frisar, contudo, que, assim como Engels, Marx num primeiro momento recusou a tese da teoria do valor-trabalho elaborada pela *Economia Política Clássica* (EPC) e refinada por seu grande e último pensador, David Ricardo. A partir de 1844, Marx, ao estudar os jovens ricardianos, os quais defendiam um socialismo ingênuo, percebeu que eles haviam incorporado a teoria do valor-trabalho de David Ricardo em seus escritos. Foi justamente nos seus estudos de 1844, nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, os quais vieram a ser publicados apenas em 1932, que Marx passou a pesquisar a fundo a economia política. Contudo, conforme defende Gorender (1983), foi somente no seu livro *Miséria da Filosofia*¹¹ que Marx aceitou plenamente a teoria ricardiana do trabalho como elemento constituidor de valor. Porém, é somente no *O Capital* que Marx supera as deficiências da teoria ricardiana e apresenta sua própria concepção da teoria do valor-trabalho, a qual ocupa fundamental importância em toda a sua obra principal.

Em 1857, treze anos após o seu encontro com a economia política, o filósofo, e agora estudioso das categorias econômicas, inicia o planejamento de escrita da sua principal e monumental obra: *O Capital*. O plano inicial de Marx era publicar *O Capital* em seis livros: 1) *O Capital*, 2) *A Propriedade Territorial*, 3) *O Trabalho Assalariado*, 4) *O Estado*, 5) *O Comércio Internacional* e 6) *O Mercado Mundial e as Crises*. Além desses livros, ainda pretendia publicar um livro sobre a história da doutrina econômica. Entretanto, à medida que a investigação ia avançando ele foi modificando e aprimorando a proposta de apresentação das

¹¹ Livro escrito por Marx em 1847 em resposta ao livro de Proudhon *Sistema das contradições econômicas: Filosofia da miséria*.

categorias econômicas em seu livro *O Capital*. Entre 1857 e 1867, Marx, se preparando para a publicação da sua obra, escreve três grandes manuscritos.

O primeiro manuscrito foi escrito entre 1857 e 1858, e somente veio ao conhecimento do público em 1939/41, a partir da sua publicação na antiga União Soviética, com o título *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Porém, fruto dos estudos condensados nesse manuscrito, Marx publica um livro, em 1859, o já comentado *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Este texto constituiu, com alguns aprimoramentos, o Capítulo primeiro de *O Capital*, conforme aponta Marx no seu primeiro prefácio. Todavia, é importante ressaltar que, nesse livro de 1859, Marx ainda não havia concebido a distinção conceitual entre valor de troca e valor, o que, somente em *O Capital*, ele faz. Em relação aos *Grundrisse* é relevante frisar um aspecto fundamental de ordem metodológica, conforme aponta Gorender (1883) na apresentação da primeira publicação de *O Capital* no Brasil. Em suas investigações, Marx costumava isolar as categorias e as levava ao seu limite. Nesse sentido, ele desenvolveu a ideia segundo a qual com o desenvolvimento das forças produtivas, pelo modo de produção do capital, chegar-se-ia ao ponto em que a contribuição do trabalho vivo na constituição do valor se tornaria insignificante em relação aos meios de produção, devido ao aumento da maquinaria e das ferramentas tecnológicas, ou seja, aumento do capital constante e diminuição quase a zero do capital variável. Dessa forma o trabalho deixaria de ser a principal substância formadora de valor. Em consequência, a teoria do valor-trabalho se tornaria ultrapassada por si só, ou seja, o próprio capital se autodestruiria, digamos assim. Essa tese, desenvolvida por Marx nos *Grundrisse* e que foi abandonada em seus escritos posteriores, foi apropriada por alguns setores do movimento operário em que se defende o fim do trabalho, ou seja, no atual momento histórico não tem sentido referir-se à luta de classes, pois já não existe mais o sujeito revolucionário, isto é, o trabalhador assalariado gerador de valor de mais-valia.

Entre 1861 e 1863, Marx escreve seu segundo manuscrito econômico e entre 1863 e 1865 redige o terceiro manuscrito. Nesses três manuscritos, Marx planejava publicar três livros de *O Capital*: volumes I, II e III. Todavia, ele conseguiu publicar em vida apenas o volume I de *O Capital*, em 1867. Além desses três livros, ele tinha pretensão de publicar um quarto livro sobre as teorias da mais-valia ou história das teorias da mais-valia.

Dessa forma, com o avanço das investigações, os planos iniciais de publicação de *O Capital* foram modificados. A ideia final de Marx, após várias elaborações e reelaborações de *O Capital*, foi a seguinte: o Livro I de *O Capital* corresponderia ao *Processo de Produção*

do *Capital*; o Livro II, *O Processo de Circulação do Capital*¹² e o Livro III, portanto, ele reservaria para fazer uma análise geral do capital, que ele denominou de *O Processo Global da Produção Capitalista*. É exatamente essa a estrutura dos livros de *O Capital* que temos contato atualmente, nas suas diversas edições e nas diferentes línguas.

É oportuno assinalar a relação orgânica existente entre os três primeiros livros de *O Capital*. Marx os organizou metodologicamente da seguinte forma: o Livro primeiro trata da produção de capital; o Livro segundo refere-se à circulação de capital; e o Livro terceiro refere-se a unidade de produção e circulação de capital. Nesse livro, Marx trata o sistema do capital em sua totalidade, uma vez que no primeiro livro ele abstraiu a circulação de capital, apenas pressupondo implicitamente, e no segundo livro abstraiu a produção de capital, apenas pressupondo sua existência. E, portanto, o Livro Terceiro é a reprodução ideal do movimento real da totalidade do capital, ou seja, nesse livro Marx reconstitui o capital como um todo, em suas ricas determinações.

A primeira edição de *O Capital*, em alemão, é datada de 25 de julho de 1867, 23 anos após o primeiro encontro de Marx com a economia política a partir do texto genial de Engels. No prefácio, Marx (1983a, p. 11), prevendo as possíveis dificuldades que os leitores poderiam encontrar, alerta que todo [...] começo é difícil; isso vale para qualquer ciência [...]. Após colher críticas e sugestões dos leitores de *O Capital*, Marx faz algumas modificações no seu livro, vindo a publicar a segunda edição, também em alemão, em janeiro de 1873. Nessa publicação, conforme ele aponta no posfácio, reorganizou algumas passagens, reelaborou outras partes, sempre buscando precisão das ideias ali defendidas. Marx, contudo, em seu posfácio da segunda edição, sente-se feliz pelo fato de seu livro ter sido acolhido por amplos setores da classe trabalhadora alemã. É importante ressaltar que é justamente nesse posfácio que Marx trata do seu método dialético de compreensão e de captura da realidade pelo pensamento. Em 1872, porém, *O Capital* foi editado na França, na forma de fascículo. Marx (1983a, p. 23), mais uma vez, não esconde o seu contentamento pelo fato da sua obra ser publicada em fascículos, pois, assim ela “será mais acessível à classe operária e, para mim”, diz Marx, “isso é mais importante do que todo o resto”. Em 1875, Marx edita uma segunda edição francesa de *O Capital*. Segundo ele, apesar da primeira edição ter facilitado o acesso aos trabalhadores, a forma de sua publicação em fascículos trouxe algumas discrepâncias de estilo. *O Capital* ainda teve mais três edições, duas alemãs e uma inglesa, ambas prefaciadas por

¹² É importante ressaltar que circulação de capital, tratado no Livro II, não é a mesma coisa de circulação de mercadoria. Aqui Marx descreve as formas com que o capital se metamorfoseia (forma dinheiro e forma mercadoria), em seu processo de valorização e reprodução.

Engels. É importante ressaltar que essas três edições tiveram como referência a segunda edição alemã editada por Marx em 1873. Além disso, a edição revisada de *O Capital*, em 1980, por Engels, é a versão utilizada por todos os tradutores brasileiros, como veremos no item seguinte.

Infelizmente não foi possível Marx publicar toda a sua obra, a qual visava à crítica da economia política, publicando “apenas” o Livro primeiro de *O Capital*. Isso ocorreu, entre outros fatores, devido às edições do seu primeiro Livro de *O Capital*, na qual Marx sempre se preocupava, além do conteúdo, da questão estilista do texto final, e de algumas polêmicas enfrentadas na época em que ele teve que parar seus estudos para responder a seus críticos. Além dos momentos conjunturais importantes, como foi a Comuna de Paris em 1871, e o seu empenho enquanto dirigente revolucionário a partir da fundação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT) em 1864.

Devido a sua morte em 1883, coube ao seu principal colaborador no enfrentamento das questões teóricas da economia política, Friedrich Engels, dar continuidade à publicação dos dois livros restantes. Marx, antes de morrer, havia deixado o material organizado, fruto daqueles manuscritos econômicos, citados linhas acima, com indicações e elaborações do que viriam a ser os Livros II e III de *O Capital*. Ele, prevendo sua fragilidade, confidenciou a sua filha Eleonor que o material ali organizado deveria ser entregue a Engels, para que fosse feito “alguma coisa”.

Segundo Engels (1983b), o grosso do material deixado para o Livro segundo de *O Capital* se encontrava nos manuscritos escritos por Marx entre 1861 e 1863, divididos em 23 cadernos, escritos à mão pelo próprio autor. Para o Livro terceiro, foi reservado o material dos manuscritos escritos por Marx entre 1864 e 1865, acrescentados alguns outros materiais escritos ao longo da década de 1870. Engels planejava, inicialmente, editar os dois volumes de *O Capital*, deixado organizado por Marx, além do livro sobre as teorias da Mais-valia, o Livro quatro. Dessa forma, editou o Livro segundo, cuja primeira edição foi em 1885 e a segunda em 1893. Esta edição, não continha, portanto, nenhuma mudança fundamental da primeira, apenas algumas correções de impressão e, conforme o editor, algumas modificações estilísticas. O Terceiro livro veio à tona em outubro de 1894, nove anos após a primeira edição do Livro segundo. Dez meses após a publicação do Livro terceiro e dez anos da publicação da primeira edição do Livro segundo de *O Capital*, falece o principal continuador e coautor da obra de Marx, sem, contudo, completar seu planejamento inicial de editar, além dos dois livros já

mencionados, as teorias da mais-valia, estas foram editadas pela primeira vez por Karl Kautsky¹³ entre 1905 e 1910.

Em nota de rodapé (p. 6) da edição brasileira de *O Capital* pela Editora Abril Cultural, *coleção dos economistas*, ressalta-se que essa edição, realizada pelo teórico da social-democracia alemã, continha “[...] toda uma série de desvios arbitrários em relação ao manuscrito de Marx, um falso ordenamento do material, bem como frequentes omissões de seções importantes. [...]”. Por isso, foi providenciada uma nova edição das teorias da mais-valia pelo *Instituto Marxismo-Leninismo* do Comitê Central do SED, que teve uma versão na língua russa, entre os anos de 1954 e 1961, e outra na língua alemã, entre 1956 e 1962.

Em relação ao trabalho de editor e de coautor dos Livros dois e três de *O Capital*, realizado por Engels, é importante fazer uma ressalva. O próprio Engels (1983, p. 05), no prefácio da primeira edição do Livro II de *O Capital*, datado de 1885, dois anos após a morte do seu companheiro, destaca que o seu papel na edição desses dois livros consistiu

[...] em reproduzir os manuscritos tão literalmente quanto possível, em modificar no estilo apenas aquilo que o próprio Marx teria modificado e inserir apenas frases intermediárias explicativas e conectivas onde fosse absolutamente necessário e, além disso, onde o sentido fosse indubitável. Frases cuja interpretação deixasse a mínima dúvida foram preferencialmente impressas ao pé da letra. As reformulações e intercalações feitas por mim não atingem, ao todo, sequer 10 páginas impressas e são de natureza apenas formal.

Contudo, Grespan (2019, pp. 18 e 19), em recente livro publicado pela Editora Boi Tempo – *Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista* -ao comparar os manuscritos de Marx, escritos entre 1864 e 1865, com a brilhante contribuição editorial de Engels nas edições dos livros segundo e terceiro de *O Capital*, como expusemos linhas acima, afirma que o companheiro de Marx “[...] no afã de dar a público *O Capital* como obra acabada, introduziu nos Livros II e III, sem aviso, complementos ao manuscrito que, embora necessários à compreensão, muitas vezes refletiam suas próprias [de Engels] opiniões [...]”.

Ressaltamos, portanto, que as edições brasileiras, que utilizamos nesse nosso trabalho, foram traduzidas diretamente do alemão para o português a partir das edições realizadas por Engels. Nesse sentido, é importante ressaltar, não tivemos acesso aos manuscritos analisados por Grespan (2019).

¹³ Kautsky, assim como Marx e Engels, tinha origem alemã, foi um dos principais precursores e intelectuais da social-democracia daquele país e um dos principais dirigentes políticos da Segunda Internacional Socialista.

1.4 Percurso Editorial de *O Capital* no Brasil

Em aulas ou grupos de estudo sobre *O Capital* é recorrente a pergunta sobre qual a melhor edição desse livro. Buscaremos a seguir trazer o percurso editorial do Livro *O Capital* de Marx no Brasil, a partir da tradução do original em Alemão. Destacaremos elementos importantes de cada edição, assim como alguns apontamentos críticos.

O Capital foi traduzido e publicado para o Brasil, a partir do original alemão, por três editoras: *Civilização Brasileira*, *Editora Abril Cultural* e *Editora Boitempo*. Cada uma dessas edições buscou enfatizar aspectos diferentes ou trouxe contribuições próprias para o público leitor brasileiro. É importante frisar que até 1961 todas as traduções de *O Capital* aqui no Brasil eram traduções indiretas, ou seja, não tinham sua origem no alemão, mas em outras línguas.

No Brasil, a *Editora Civilização Brasileira* foi a primeira a traduzir e publicar a principal obra de Marx, *O Capital*, diretamente do alemão, em 1968, 101 anos após sua primeira edição. O editor e proprietário da *Editora Civilização Brasileira*, Ênio Silveira, havia planejado inicialmente publicar integralmente *O Capital*, ou seja, os Livros I, II, III e IV. O livro I saiu em dois Tomos (1968), o Livro II, em um Tomo (1972) e, por fim, o Livro III, em três Tomos (1973). Além da edição desses três volumes, o editor da *Civilização Brasileira* preparou a edição do Livro IV. No entanto, pouco tempo depois da publicação do Livro primeiro, a ditadura Civil-Militar brasileira baixou o Ato Institucional nº 5 (AI5), no dia 13 de dezembro de 1968. Este Ato Institucional endureceu as ações da ditadura contra seus adversários, censurando a imprensa e fechando jornais e editoras, cuja linha editorial era considerada subversiva, segundo entendimento dos fardados. Por isso, a *Editora Civilização Brasileira*, após sofrer perseguição e atentados, foi vendida para outra empresa, de origem estrangeira. Dessa forma, o Livro IV, apesar de receber os direitos editoriais da *Editora Civilização Brasileira*, foi publicado, entre 1980 e 1985, pela empresa que assumiu o seu controle acionário: *Difusão Europeia de Livros -Difel*¹⁴. Em síntese, a *Editora Civilização Brasileira* traduziu os Livros I, II, III e IV, porém só publicou os três primeiros, ficando a publicação do Livro IV para a *Editora Difel*. Além disso, diferentemente dos Livros I, II e III, que tiveram outras traduções e publicações no Brasil, o Livro IV só foi traduzido e publicado uma única vez.

¹⁴ A partir de 1996 o controle acionário dessa empresa foi passado para o *Grupo Editorial Record*.

A tradução de *O Capital* pela *Civilização Brasileira* foi realizada pelo economista Reginaldo Sant'Anna. Segundo José Paulo Netto¹⁵, Sant'Anna havia se preparado durante 12 anos, estudando o alemão, para a tradução de *O Capital*. Ademais, o tradutor não tinha ligações políticas com nenhuma organização partidária e nem se vinculava ao ideário comunista, porém se interessava pelo estudo de algumas categorias econômicas de *O Capital*. Alguns especialistas em *O Capital* encontraram problemas nessa tradução da *Civilização Brasileira*, em que o tradutor não seguiu fielmente a ideia original de algumas categorias, principalmente no Livro III, como destaca José Paulo Netto em palestra proferida na Universidade de Lisboa (Nota de rodapé nº 15).

Conforme o tradutor da *Civilização Brasileira*, o Livro primeiro foi traduzido da quarta edição de *O Capital*, datada de 1890 e revisada por Engels, enquanto a tradução do livro segundo foi retirada da segunda edição de 1893 e o Livro terceiro da primeira edição de 1894, ambas editadas por Engels. Já a tradução do Livro quarto, conforme o tradutor, foi retirada da edição organizada pelo *Instituto Marxismo-Leninismo*, e não a edição de Karl Kautsky, pelos motivos já apontamos no item anterior.

A segunda edição e publicação de *O Capital* no Brasil foi realizada pela *Editora Abril Cultural*, na coleção *Os Economistas*, durante a década de 1980, cujo editor e proprietário era Victor Civita. O Livro primeiro foi publicado em dois Tomos, o segundo, em apenas um Tomo e o Livro Terceiro, dois Tomos. Essa edição foi coordenada pelo economista Paul Singer e traduzida por dois especialistas na língua alemã e conhecedores da obra de Marx: Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Além disso, o Livro primeiro teve como apresentador o baiano e comunista Jacob Gorender. Segundo os tradutores, a tradução do Livro primeiro foi editada a partir da quarta edição de *O Capital*, revisada por Engels em 1890.

Essa tradução da *Editora Abril Cultural* é reconhecida pelo público brasileiro como uma das melhores traduções da obra de Marx diretamente do alemão para a língua portuguesa, em razão da sua fidelidade e precisão às categorias de Marx em *O Capital*. No entanto, devido aos tradutores terem seguido uma linha de tradução similar ao texto alemão, ganhou-se, por um lado, maior rigorosidade em suas categorias, em comparação, por exemplo, com a tradução de Reginaldo Sant'Anna da edição da *Editora Civilização Brasileira*, por outro, perdeu-se em seu estilo, ou seja, ganhou-se em conteúdo, porém a forma de exposição, em muitas passagens, ficou empobrecida ou, no mínimo, confusa. Os próprios tradutores (BARBOSA, RÉGIS;

¹⁵ Palestra realizada no III Congresso Internacional Marx, em maio de 2018, no Anfiteatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TGYYR30tvfg>. Acessado em: 23/07/2021.

KOTHE, FLÁVIO R. 1983, p. 04), reconhecem que procuraram, “[...] sempre que possível, traduzir tanto a forma quanto o conteúdo do texto original [...]”.

A terceira tradução e publicação de *O Capital* de Marx no Brasil, diretamente do alemão para o português, foi realizada pela *Editora Boitempo*, a partir de 2010. Uma vantagem importante dessa publicação de *O Capital* foi o fato de que os Livros I, II e III não foram subdivididos em Tomos, como ocorreu nas duas traduções e publicação anteriores, facilitando a leitura e o manuseio pelo leitor, além do fato de ser economicamente mais viável. Assim como as traduções anteriores aqui no Brasil, a tradução da *Boitempo*, no tocante ao Livro primeiro, seguiu a quarta edição de *O Capital* revisada por Engels em 1890. Esta edição da *Boitempo* é introduzida por três textos: uma apresentação de Jacob Gorender, a mesma utilizada na edição da *Editora Abril Cultural*, porém reduzida; advertência aos leitores, de Louis Althusser; e considerações sobre o método, de José Arthur Giannotti.

A tradução dessa edição foi realizada por Rubens Enderle e também é reconhecida, pelo público especialista na obra de Marx, como uma excelente tradução. No entanto, Enderle resolveu fazer uma tradução literal de alguns termos ou palavras utilizadas por Marx, implicando, desta forma, em várias modificações linguísticas no conjunto dos livros de *O Capital*, não seguindo uma tradição dos tradutores a nível nacional e internacional. Uma dessas modificações, a qual ressaltaremos, diz respeito à categoria *Mehrwert*. Rubens Enderle a traduz por *mais-valor*, ao contrário dos outros tradutores, os quais traduzem por *mais-valia*. Ele, contudo, não comenta tal problemática na sua nota do editor.

Entretanto, outro importante tradutor da obra de Marx, diretamente do alemão para o português, Mario Duayer, o qual traduziu *os Grundrisse* para a *Editora Boitempo*, defende que a versão correta da palavra *Mehrwert* é *mais-valor* e não *mais-valia*. Na opinião dele, *Mehrwert*

“[...] tradicionalmente vem sendo traduzida como ‘mais-valia’. [...] é impossível justificar tal tradução, seja em termos literais ou teóricos. Literalmente ‘*Mehrwert*’ significa ‘mais-valor’. Poderia também ser traduzida como ‘valor adicionado’ ou ‘valor excedente’. Uma vez que não é tradução literal de ‘*Mehrwert*’, o uso de ‘mais-valia’ teria de ser justificado teoricamente. Essa tarefa é impossível, pois, como ‘valia’ nada significa nesse contexto, não há como justificar ‘mais-valia’ do ponto de vista teórico pela simples anteposição do advérbio [...] (DUAYER, 2011, p. 23)

Contudo, os tradutores do livro *O Capital* da *Editora Abril Cultural*, Régis Barbosa e Flávio R. Kothe, já havia comentado sobre essa problemática. Segundo eles “[...] seria um purismo injustificável retraduzir, por exemplo, *Mehrwert* por *mais-valor* (em analogia com *mais-trabalho* e *mais-produto*), quando a expressão *mais-valia* é o vocábulo consagrado em português [...]”. Marx, todavia, no posfácio da edição francesa de *O Capital*, em 1875, já

chamava atenção para o fato de se traduzir sua obra diretamente do alemão para outras línguas, no caso a francesa, de forma literal, tal qual a sua versão em alemão, pois poderia trazer prejuízos na sua leitura.

Salienta-se que uma versão em Inglês, a qual temos em mãos, publicada pela *Editora Progress Publishers* da antiga URSS, também traduz a palavra *Mehrwert* por *Surplus-Value*, que significa *mais-valia*. Numa edição espanhola, traduzida direto do alemão para a língua espanhola, por Pedro Scaron, a palavra *Mehrwert* é traduzida por *plusvalor*, a qual também significa *mais-valia*. Concluimos, portanto, que a tradução da palavra *Mehrwert* por *mais-valia* é uma tradição não somente utilizada pelos tradutores de língua portuguesa, mas também de outras línguas, como, por exemplo, as línguas inglesa e espanhola.

Nesse nosso trabalho, portanto, utilizamos como referência a edição da *Editora Abril Cultural*, da Coleção os Economistas, razão pela qual utilizaremos a tradução *mais-valia* da palavra *Mehrwert*, com exceção, contudo, das citações em que utilizamos outras obras de Marx, as quais foram traduzidas pela *Editora Boitempo*. Ademais, é oportuno ressaltar que, ao tratar da categoria *mais-valia*, tivemos o cuidado de cotejar a sua essência com todas as três traduções brasileiras e as traduções da língua inglesa e espanhola visando evitar comprometimento teórico da categoria ora apresentada.

2 A MERCADORIA EM “O CAPITAL” DE MARX

Marx inicia a exposição de *O Capital* pela mercadoria, como a categoria mais simples e abstrata do modo de produção do capital. Inicialmente, ele apresenta a mercadoria com uma dupla determinação: *portadora de valor de uso e valor de troca*. São poucos os parágrafos de Marx sobre o valor de uso. Contudo, ele parte justamente do valor de troca, da aparência da mercadoria, para chegar a sua essência, ao valor. No valor ele destaca a sua substância formadora, que é o trabalho humano em geral, abstraído das suas determinações concretas. Em seguida, Marx retorna ao valor de troca, não como uma totalidade caótica, mas já como uma síntese de múltiplas determinações, ou seja, como uma forma de manifestação do valor. Aqui ele destaca a gênese constitutiva do dinheiro, partindo justamente da sua forma mais simples à forma mais geral.

É importante ressaltar que a análise de Marx em *O Capital*, se restringe a um contexto histórico e social específico, ou seja, às sociedades cuja reprodução social é determinada pelo modo de produção capitalista: a sociedade burguesa. A riqueza dessa sociedade, diz Marx (1983a), figura-se como uma grande quantidade de mercadorias e, por sua vez, a mercadoria tomada individualmente, aparece como sua forma elementar. A riqueza, nesse contexto histórico particular de reprodução social “que domina o modo de”, é mensurada pela quantidade de mercadoria que determinada sociedade possui ou consegue produzir. O estudo e as determinações essenciais da sociedade capitalista, isto é, da sua riqueza, iniciam-se, portanto, pela análise da sua forma elementar que é a mercadoria.

Conforme Marx (1983a, p. 45), a mercadoria tem uma objetividade, pois, ela é considerada, “antes de tudo”, “um objeto externo”, ou seja, “uma coisa” que, pelas suas características naturais “satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”. Além disso, enfatiza Marx (1983a, p. 45), “[...] a natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa [...]”. Dessa forma, na sociedade capitalista as necessidades individuais são mediadas pela mercadoria, ou seja, para que as pessoas consigam satisfazer suas necessidades essenciais, como comer, vestir, calçar, etc., necessitam primeiramente comprar mercadorias, para em seguida saciar-se. A satisfação, portanto, das necessidades básicas, nesse contexto social particular que Marx está analisando, é mediada, em última instância, pela compra (do ponto de vista do comprador) ou pela venda (do ponto de vista do vendedor) de mercadorias.

Vale assinalar que quando Marx afirma que “a natureza” das “necessidades” pode se originar da “fantasia”, ou seja, do âmbito do desejo, não está apontando para nenhuma natureza simbólica, imaginária ou imaterial da mercadoria. Esta, em sua objetividade, pode servir às necessidades humanas de forma variada, não importa se a sua origem surgiu de uma exigência estritamente de ordem de sobrevivência humana, quando se trata de necessidades, digamos, de primeira ordem, como é o caso da alimentação, ou se essas necessidades são do âmbito do seu desejo ou vontade, quando se trata de um produto do trabalho humano que não esteja relacionado diretamente com suas necessidades biológicas. Assim, por exemplo, uma pessoa que deseja uma televisão, esta, que é fruto de objetividade humana, cumpre uma função do desejo. Marx (1983a, p. 45) aponta que o “desejo inclui necessidade”, ou seja, “é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo”. Em seguida ele acrescenta: “a maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito”.

Por isso, afirma Marx (1983a, p. 45), “não se trata de como a coisa”, ou seja, o objeto externo com suas características naturais “satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo”, através dos produtos de primeiras necessidades (os alimentos e vestuário, por exemplo), “ouse indiretamente, como meio de produção”, os meios de trabalho e objetos de trabalhos.

Em suma, a mercadoria, através de suas propriedades naturais (físicas, químicas, biológicas etc.), satisfaz as necessidades humanas de forma variada, seja como meio de subsistência, seja como meio de produção.

Para Marx (1983a) a mercadoria, tal como aparece nas relações de troca do cotidiano, é constituída pelo valor de uso e valor de troca. Essa definição é provisória, é apenas, digamos assim, a porta de entrada que Marx fará da mercadoria e de seus elementos constitutivos. Para que a mercadoria possa ser vendida ela precisa ter uma utilidade, uma serventia qualquer, sem a qual ela será inútil, não sendo comercializável. É justamente essa utilidade de um objeto ou coisa qualquer que faz da mercadoria um valor de uso, ou seja, que faz com que os indivíduos a adquiram através da compra, do seu valor de troca, porém essa utilidade não é condicionada por nenhuma entidade sobrenatural ou nenhuma convenção abstrata, é fruto das necessidades objetivas do mundo dos homens, por isso, o valor de uso que confere uma utilidade às coisas está condicionado às propriedades materiais da corporalidade da mercadoria, ou seja, o valor de uso depende das propriedades físicas, químicas, biológicas ou das qualidades naturais do seu corpo. Disso decorre que a própria mercadoria, como ferro, tecido, carro, blusa etc., deve ser necessariamente um valor de uso, mesmo que o mercado busque insistentemente diminuir a sua importância. Com isso, afirma Marx (1983a, p. 46), o

caráter do valor de uso “[...] não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho [...]”, além disso, “[...] o valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo [...]” que se faz de seu corpo, através de suas características naturais. Em síntese, a mercadoria, através do seu valor de uso, do seu corpo e de suas propriedades físicas, químicas, biológicas etc., desempenha uma necessidade humana, ora como meio de subsistência, ora como meio de produção¹⁶.

Outro aspecto importante, a ser analisado, dos valores de uso das mercadorias é o fato de eles “[...] constitu[í]rem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca” (MARX, 1983a, p. 46). Os valores de uso, portanto, constituem “o conteúdo material da riqueza”, independentemente da sua “forma social”, seja na sociedade escravista, feudal ou capitalista. A riqueza de qualquer sociedade será, sempre, medida pelo seu “conteúdo material”, ou seja, pela quantidade de valores de uso que constituem determinada sociedade. Na sociedade capitalista, todavia, os valores de uso “[...] constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca” (MARX, 1983a, p. 46). Isso implica que os valores de uso, em certas proporções, como veremos a seguir, podem estabelecer uma relação de troca entre si. Em outras palavras, “[...] a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias [...]’” (MARX, 1983a, p. 45), porém essa riqueza, para ser expressa, necessita do seu “conteúdo material”, que é o valor de uso.

No entanto, no modo capitalista de produção, os valores de uso dos produtos do trabalho são rebaixados à condição de suporte de valor de troca. Isso significa, pois, que nessa sociedade, onde reina o modo produção capitalista, o indivíduo só terá acesso ou só usufruirá do valor de uso da mercadoria se ele efetuar antes o seu valor de troca. O valor de uso, portanto, está subsumido ao valor de troca, ou seja, a produção não visa às necessidades materiais dos indivíduos, mas a produção de valores de troca. É nessa perspectiva que Marx, no capítulo dois do Livro primeiro, após expor a gênese lógica do dinheiro, no qual apresenta o processo de troca, afirma que as mercadorias precisam se realizar primeiro como valores, antes de se realizarem como valor de uso.

¹⁶ É oportuno ressaltar que esta caracterização da mercadoria, ou do seu valor de uso, faz parte da exposição do início do Capítulo 01 de O capital de Marx e, por isso, ele estar levando em consideração a mercadoria enquanto um objeto material, com características físicas, biológicas e químicas determinadas. Porém, em outros textos (Capítulo VI – Inédito, Teorias da Mais-valia e Grundrisse), Marx também leva em consideração o efeito útil do trabalho humano no qual não se cristaliza trabalho em um objeto útil, porém se produz capital. Aprofundaremos este aspecto no quinto capítulo.

Contudo, para que o produto do trabalho humano se transforme numa mercadoria, fazem-se necessárias duas condições: primeira, “[...] ele [homem] não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social [...]” e segunda, “[...] é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1983a, p. 49). Portanto, a mercadoria precisa ser transferida para quem vai utilizá-la, “por meio da troca” “como valor de uso”, ou seja, como uma “coisa” ou um produto externo, que tenha utilidade ou que seja útil de alguma forma.

Cabe frisar, contudo, que a atenção reservada por Marx ao valor de uso, em termos de escrita em *O Capital*, se reduz a poucos parágrafos, porém, isso não significa que Marx não tenha dado a devida atenção ao valor de uso, uma vez que ele é o suporte material do valor de troca, sem o qual ele não existirá. Portanto, troca-se um produto do trabalho humano por outro, este produto contém, além do próprio valor de troca, um valor de uso, um produto cuja utilidade sirva como meio de produção ou meio de subsistência¹⁷.

2.1 As determinações do valor: substância e grandeza

A mercadoria não pode ser vista apenas sob a ótica da sua forma unilateral, ou seja, ela não é constituída apenas de valor de uso, com suas propriedades naturais e materiais. Nesse sentido, deve-se analisar, sobretudo, o seu aspecto social. Deste modo, defende Marx (1983a, p. 53), a mercadoria deve ser vista sob “forma dupla”, isto é, “forma natural e forma de valor”.

Nesse sentido, afirma Marx (1983a, p. 46), no cotidiano a mercadoria *aparece* também como um *valor de troca*, ou seja “[...] como a relação quantitativa, à proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço [...]”. A relação de troca, tal qual se manifesta no cotidiano das sociedades mercantis, se modifica em seu tempo histórico e nos diversos tipos de sociedade. Em outros termos, a quantidade que uma mercadoria A pode ser trocada por uma determinada quantidade de uma mercadoria B pode se modificar no período de um ano, um mês, etc., ou pode variar entre países ou regiões diferentes. Essa é uma característica importante, que faz parte do mundo das mercadorias, ou seja, a sua variabilidade se modifica constantemente no tempo e no espaço. O que determina o valor de troca de uma mercadoria não é a necessidade do indivíduo, nem muito menos o seu valor de uso. É exatamente essa

¹⁷ Importante análise do valor de uso foi feito pelo marxista Roman Rodolsky, em seu livro *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*.

determinação que Marx, a partir de agora, busca analisar, ou seja, observar “mais de perto” as relações de troca entre as mercadorias.

Em relação ao valor de troca ou à forma pela qual determinada mercadoria é trocada por outra, acrescenta Marx (1983a, p. 46), “[...] parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeu rintensèque*), portanto uma *contradictio in adjecto* [...]”. Essa casualidade e relatividade em que “o valor de troca aparece, de início”, “um valor de troca imanente” “à mercadoria”, é uma contradição, posto que um valor de uso não pode ser trocado por outro de forma acidental ou casual, levando em conta apenas as suas características internas, sem, contudo, levar em consideração as propriedades do valor de uso da mercadoria que está sendo permutada. Em outros termos, a variabilidade do valor de troca entre as mercadorias, tal qual aparece no cotidiano, sugere que o seu valor é uma manifestação interna do seu próprio corpo e não da relação com a mercadoria que está sendo trocada, isto é, aparenta apagar as relações sociais estabelecidas pelas trocas entre as mercadorias.

Dessa forma, Marx propõe analisar esse aspecto “mais de perto”, ou seja, deixar de lado a aparência do fenômeno, do valor de troca, para buscar as suas determinações essenciais. É importante assinalar que a partir desse ponto, Marx abstrai a casualidade e a variabilidade dos valores de troca e passa a observar tais relações a partir de outra perspectiva, ou seja, ele busca analisar os elementos ocultos, que estão por trás dos valores de troca. Por isso, passa a observar o que possibilita a troca entre duas mercadorias qualitativamente diferentes, tomadas agora isoladamente do conjunto das demais mercadorias. Marx, então, busca responder a seguinte indagação: o que possibilita a troca entre duas coisas, cujas propriedades físicas, químicas e biológicas, e as próprias utilidades, são qualitativamente diferentes? Lembrando, Marx pressupõe que no processo de troca, os possuidores de mercadorias não querem sair perdendo, ou seja, a troca deve ser justa para ambos.

Nesse sentido, Marx avança sua análise partindo do valor de troca, utilizando dois exemplos. Em primeiro lugar ele considera a troca entre “1 *quarter* de trigo”, e “x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro” (MARX, 1983a, p. 46), em suma, a troca entre trigo “por outras mercadorias nas mais diversas proporções”. O que se pode encontrar em comum nessas mercadorias? Dessa relação de troca ele retira algumas conclusões. Em primeiro lugar, diz Marx, se apanharmos separadamente x de graxa de sapatos, y de seda e z de ouro como valores de troca de uma quarta de trigo, isso significa que esses produtos são, também, permutáveis entre si (x de graxa pode ser trocado por y de seda, y de seda pode ser trocado por z de ouro, e assim por diante), possuindo, portanto, algo igual. Segue-se, então, que os valores

de troca da mesma mercadoria (de uma quarta de trigo, por exemplo) expressam algo em comum, ou seja, expressam alguma substância que existe e é comum em ambos, no trigo e nas mercadorias que estão sendo trocadas por ele; além disso, o valor de troca só pode ser a forma de expressão, ou seja, a forma de manifestação de algo ou substância que dele (valor de troca) pode ser diferenciável. Em suma, o valor de troca expressa algo diferente dele e comum a todas as mercadorias que estão sendo permutadas entre si.

Para buscar expressar esse algo em comum, expresso no valor de troca, é necessário que se analisem as trocas entre as mercadorias, ou pelo menos entre duas mercadorias, e não uma mercadoria isoladamente. Dessa forma, Marx abstrai as determinações fenomênicas do cotidiano do mundo das mercadorias e passa a analisar a troca entre duas mercadorias. Nesse sentido, ele propõe observar uma situação em que ocorre a troca entre trigo e ferro, levando em consideração determinada quantidade de trigo se igualando a determinada quantidade de ferro.

Nesta equação, portanto, ocorre a seguinte situação: alguma coisa em comum e de mesma grandeza existe em objetos diferentes e é exatamente essa coisa em comum que permite a troca entre objetos distintos. Além disso, a coisa em comum, que existe entre objetos distintos, é igual “[...]a uma terceira, que em si e para si não é nem uma nem outra [...]”, ou seja, essa terceira coisa não é nem trigo nem ferro, mas um terceiro elemento, diferente das mercadorias que estão sendo trocadas. Por isso, “[...] cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira [...]” (MARX, 1983a, p. 46). Dessa forma, para que duas mercadorias sejam trocadas deve se buscar algum elemento presente simultaneamente nas duas e, após isso, esses elementos devem ter a mesma quantidade em ambas as mercadorias.

Todavia, ressalta Marx, essa propriedade comum, existente em duas mercadorias no âmbito da troca, não pode ser uma propriedade física, química, geométrica ou qualquer propriedade natural das mercadorias, que possam ser observáveis de forma imediata pelos sentidos. Essas propriedades e sua utilização caracterizam justamente os valores de uso das mercadorias, conforme nossa exposição linhas acima. Assim, diz Marx (1983a, p. 47), as mercadorias são como valores de uso, “[...] antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso [...]”. Ou seja, enquanto valor de uso, a mercadoria tem uma materialidade que pode ser “de diferente qualidade”; enquanto valor de troca, ela não expressa nenhuma materialidade natural, mas uma objetividade ou materialidade posta socialmente, isto é, não contém “nenhum átomo de valor de uso” e se relaciona entre si segundo determinada quantidade.

Aqui Marx abstrai as determinações naturais que fixam ou imprimem qualidades aos corpos das mercadorias, ou seja, deixa de levar em consideração as suas propriedades naturais que podem ser observadas empiricamente, tais como tamanho, peso, cor, etc. Por isso, ele propõe desconsiderar o valor de uso que constitui os corpos das mercadorias e, a partir dessa abstração, afirma, então, “[...] resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho [...]” (MARX, 1983a, p. 47). Ou seja, se desconsiderarmos os valores de uso da mercadoria, o que continua em comum, entre os diversos corpos das mercadorias, não são os aspectos físicos, corpóreos ou alguma característica natural (cor, espessura, tamanho, cheiro, etc.), mas uma única propriedade, a saber, o fato de que as mercadorias são resultado de trabalho humano. Ao desconsiderar os valores de uso dos corpos da mercadoria, por sua vez, abstrai-se “[...] também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso [...]” (MARX, 1983a, p. 47). Assim, o produto do trabalho não é mais um objeto com propriedades específicas, ou seja, não é mais mesa, cadeira, etc. nem é mais o produto de uma pessoa ou profissão singular, como o carpinteiro, o pedreiro, o fiandeiro, ou qualquer “trabalho produtivo determinado”. Em seguida, afirma Marx

[...] Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1983a, p. 47)

Se não nos interessa mais as qualidades úteis dos objetos, os seus trabalhos úteis também são indiferentes. O trabalho do carpinteiro é qualitativamente diferente do trabalho do fiandeiro, este é qualitativamente distinto do trabalho do marceneiro e assim por diante, porém todos esses tipos de trabalhos produtivos específicos, trabalhos orientados a um fim, os quais produziram valores de uso diferentes, são agora considerados apenas e tão somente em sua totalidade, enquanto trabalho humano em geral. Para Marx, o trabalho humano em geral, todos esses trabalhos específicos distintos têm o mesmo dispêndio de energia, força, músculo, atividade cerebral, etc., por isso, ele denominou esse trabalho humano em geral de *trabalho abstrato*.

Marx (1983a) nos apresenta duas categorias importantíssimas para a conclusão a que ele chegará posteriormente e, por assim dizer, para o conjunto da sua obra: *trabalho concreto útil e trabalho abstrato*. Para ele, então, o “trabalho produtivo determinado” ou trabalho concreto e útil é aquele que produz uma “coisa útil”, como o “trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro” (MARX, 1983a, p. 47), entre outros. O trabalho humano abstrato são “as diferentes formas concretas” de “[...] trabalhos, que deixam de diferenciar-se

um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, 1983a, 47). Posteriormente Marx volta a analisar a unidade entre trabalho concreto e trabalho abstrato. O importante a frisar aqui é o caráter do trabalho que, quando reduzido em sua totalidade, é igual a trabalho humano, a trabalho humano abstrato. Ou seja, se desconsiderar a utilidade e a forma corpórea dos produtos do trabalho, desconsidera-se, também, todas as formas específicas de trabalhos produtivos que produziram as mercadorias e, com isso, não se despreza o trabalho, mas todos os tipos de trabalhos específicos se igualam a um único tipo de trabalho: “*trabalho humano abstrato*”. Em outros termos, não nos interessam as qualidades do trabalho, apenas agora o seu aspecto quantitativo.

O produto do trabalho, portanto, tem uma materialidade histórica e social, ou seja, Marx encontra aqui uma substância social que existe em todas as mercadorias e que não é possível apreendê-la pelos sentidos de forma imediata, mas tão somente pelo pensamento. Com isso, conclui Marx,

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis (MARX, 1983a, p. 47).

Após reduzir todas as atividades produtivas a trabalho humano em geral, a trabalho abstrato, o que restou desse trabalho foi “a mesma objetividade fantasmagórica”, ou seja, o produto do trabalho é apreendido agora como uma objetividade posta socialmente e não mais na sua forma corpórea ou nas suas propriedades naturais. Com isso, conclui Marx (1983a, p. 47), os produtos do trabalho representam agora uma “[...] simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano [...]”. Esse trabalho humano indiferenciado, cristalizado nas mercadorias, constitui a substância social criadora de valor. Em suma, *o valor é uma propriedade imanente à mercadoria, é uma característica própria de cada uma delas, faz parte da sua essência, cuja substância social criadora é o trabalho, mas não qualquer trabalho, o trabalho humano em geral ou, conforme nosso autor, trabalho abstrato.*

No entanto, é importante salientar, que o trabalho humano abstrato em si não é valor, ele apenas cria valor, isto é, “[...] a força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. Ele torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta [...]” (MARX, 1983a, p. 56). Nas sociedades capitalistas, ou seja, naquela sociedade em que a forma de valorização do capital se transformou em hegemônica, o valor

passou a ser a unidade mediadora entre as relações sociais, ou seja, o capitalismo transformou a substância social do trabalho em elemento fundamental das relações entre seres humanos.

Voltando à nossa exposição, afirmamos, a partir de Marx, que ao comparar a equação que expressa a relação de troca entre duas mercadorias existia algo em comum e de mesma grandeza entre duas coisas diferentes. Esse algo em comum existente entre duas coisas distintas no processo de troca é, portanto, o *valor* e, por sua vez, a substância que confere legalidade ao valor contido nas mercadorias é o trabalho humano em geral, trabalho abstraído das suas formas de produção específica, trabalho abstrato. Enfim, inicialmente afirmamos que a mercadoria se constituía de valor de uso e valor de troca, porém, com a análise realizada até o momento, em que partimos da aparência do fenômeno, a partir de Marx, chegamos a outra conclusão, qual seja: na relação de troca entre as mercadorias, o elemento comum que se apresenta nesse processo é o valor. Portanto a mercadoria é constituída de valor de uso e valor. O valor de uso é o conteúdo material da riqueza. Já o valor, por sua vez, é a forma social e histórica da riqueza na sociedade capitalista. Enquanto, por sua vez, o valor de troca é a forma de manifestação, a forma de expressão do valor, ou seja, o valor, como uma qualidade social dos produtos, se manifesta através da relação social das mercadorias entre si ou, para ser mais preciso, através do valor de troca.

Quando se troca duas mercadorias, mercadoria A por mercadoria B, por exemplo, o seu valor se manifesta na proporção de troca entre essas mercadorias. No entanto, ressalta Marx (1983a, pp. 62-63),

[...] Quando no início deste capítulo, para seguir amaneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e “valor”. Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é, tão logo seu valor possui uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre a penas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. No entanto, uma vez conhecido isso, aquela maneira de falar não causa prejuízo, mas serve como abreviação.

A mercadoria, portanto, representa a unidade de valor de uso e valor, isto é, um objeto ou uma coisa, com sua materialidade, e, ao mesmo tempo, uma substância social constituída através do trabalho humano em geral ou os diversos tipos de trabalhos concretos reduzidos a trabalho abstrato. Além disso, acrescenta Marx (1983a, p. 47), “[...] um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato[...]”.

Como vimos, a mercadoria expressa a unidade entre valor de uso e valor. Dessa forma, o primeiro requisito para que se efetue a relação de troca entre duas mercadorias, foi

demonstrado, isto é, o que existe em comum, nessas duas mercadorias, é o valor. Porém, de onde vem sua magnitude, ou seja, como se faz para trocar duas mercadorias de forma justa? Nesse sentido, indaga Marx: como medir a grandeza do valor, ou seja, como mensurar a proporção que uma mercadoria deverá possuir para ser permutável por outra, levando em conta que, no âmbito da troca, elas têm em comum trabalho humano em geral? Para ele, isso se dá “por meio do *quantum* nele contido da ‘substância constituidora do valor’”, o trabalho (MARX, 1983a, p. 47). Por sua vez, a quantidade de trabalho é medida pelo tempo de duração e este é mensurado por unidades fracionárias de tempo, como minutos, horas, dias, meses, etc.

A substância geradora de valor é o trabalho e, por sua vez, a sua grandeza é medida pela quantidade de trabalho abstrato, porém essa definição do valor das mercadorias está incompleta, pois, como está formulada, pode levar à seguinte situação: um produto A, de um determinado capitalista, tem x horas de quantidade de trabalho; o mesmo produto A, de um outro capitalista, devido à agilidade e à destreza dos seus trabalhadores ser menor do que a agilidade e destreza dos trabalhadores do primeiro capitalista, tem x + y horas de trabalho, logo, pode sugerir que o valor do produto do segundo capitalista tem mais trabalho acumulado, pois, como vimos, foi produzido em x + y horas e, por isso, o seu valor é maior do que o valor do produto do primeiro capitalista que foi produzido em x horas, tendo, portanto, cristalizado menos trabalho.

Para evitar tal incompreensão, Marx formula corretamente a lei do valor como sendo decorrência da quantidade de trabalho cristalizado em um produto. Assim, afirma Marx (1996a), o trabalho que concebe a substância social dos valores é trabalho humano igual, isto é, o consumo da mesma força de trabalho humana. Essa força de trabalho vista em seu conjunto, ou seja, a reunião de todas as forças humanas de trabalho existente em dada sociedade, é considerada uma única força humana de trabalho, mesmo que ela seja constituída pelo conjunto das forças de trabalhos individuais. Por isso, diz Marx,

Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que a produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 1983a, p. 48).

Portanto, o tempo de trabalho que gera o valor das mercadorias, corresponde ao tempo de trabalho médio dos diversos trabalhadores ou tempo de trabalho socialmente necessário e, por sua vez, o tempo de trabalho socialmente necessário, “[...] é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho [...]” (MARX, 1983a, p.

48). Em síntese, *o valor* de uma mercadoria é *determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção ou reprodução*, no caso de uma mercadoria com características específicas: *força de trabalho*.

Mais uma vez, essa definição não é um mero conceito subjetivo de Marx, mas é algo que ocorre na realidade, no mundo das mercadorias e, portanto, determinado pelo mercado. Em determinada sociedade, os vários capitalistas individuais se conectam, através do mercado, na forma de concorrência. Cada capitalista individual apresenta seu produto, o qual corresponde a determinada quantidade de trabalho cristalizado, dessa forma, o próprio mercado estabelece a média dos tempos de trabalhos contidos nas diversas mercadorias. Assim, alguns capitalistas produziram em menos tempo, outros produziram em mais tempo. O valor, portanto, é derivado dessa média de tempo de trabalho dos produtos disponíveis à venda no mercado, porém o capitalista que consegue produzir em menos tempo, ou seja, cristalizando menos trabalho nos seus produtos, influencia no valor dos produtos dos demais produtores. Com isso, o valor médio das mercadorias, em última instância, tende a ser influenciado para baixo, ou seja, pelo valor daquela mercadoria que tem menos tempo de trabalho materializado. Marx analisará mais adiante, sobretudo no Volume III de O Capital, essa tendência do capitalismo, ou seja, a busca entre os capitalistas individuais, em suas concorrências, de diminuir o tempo de trabalho cristalizado em seus produtos e, por sua vez, rebaixar o valor das suas mercadorias, visando ganhar a concorrência dos seus adversários. Dessa concorrência, ou seja, da busca para diminuir o valor dos seus produtos, nasce uma contradição que levará às crises do capital. Na medida que o capitalista individual, através da concorrência, vence os demais capitalistas, diminuindo o tempo de trabalho dos seus produtos, ele diminui o valor das suas mercadorias e, ao longo do tempo, a sua taxa de lucro também diminui, ocasionando as crises. Não é nosso propósito aqui descrever sobre as crises do capital, apenas apontamos a sua origem. Uma análise mais detida de suas repercussões no conjunto da sociedade faz-se necessária no estudo do Volume III de O Capital.

2.2 A duplicidade dos trabalhos contidos nas mercadorias

Linhas acima, afirmamos que Marx, ao tratar do desenvolvimento do valor, implicitamente já havia apontado duas formas de trabalho contidas na mercadoria: trabalho produtivo ou *trabalho concreto*, determinado a um fim, e *trabalho abstrato*.

Segundo Marx, o duplo caráter do trabalho foi objeto de estudo central da economia política. Por isso, ele realizou a crítica aos estudiosos da economia política em seu livro de 1859 – *Contribuição à crítica da economia política* – na *Resenha histórica da análise da mercadoria*. Nessa resenha, ele dialoga com os principais autores¹⁸ da economia política da época, destacando os avanços e limites que esses autores obtiveram sobre o estudo da economia política em geral e na análise do duplo caráter do trabalho em particular.

Os valores de uso, no caso da sociedade moderna, os corpos das mercadorias, são produtos do trabalho que satisfazem necessidades específicas do ser humano, independente da sua natureza, “se elas se originam do estômago ou da fantasia” (MARX, 1983a, p. 45). Dessa forma, o trabalho que produz os valores de uso são atividades produtivas direcionadas a um fim específico, ou seja, um trabalho útil, concreto. Conforme Marx (1983a, p. 50), trabalho útil ou, simplesmente, trabalho concreto é “uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas”. Ou seja, o trabalho concreto estabelece a mediação entre a natureza e “cada elemento da riqueza material não existente” nela, isto é, o trabalho efetua a transformação da natureza em meios de subsistência e meios de produção necessários à reprodução da sociedade. Dessa forma, enfatiza Marx (1983a, p. 50),

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

O trabalho concreto em seu nível mais geral¹⁹, o trabalho que produz os valores de uso, uma “atividade produtiva adequada a um fim”, é “uma condição de existência do homem” (MARX, 1983a, p. 50), e, por isso, essa forma de trabalho existe em todas as formas de reprodução social, independentemente de sua organização, seja nas sociedades primitivas, em que não havia a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, não existia a divisão de classes, seja nas sociedades onde havia a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social em classes antagônicas, como é o caso das sociedades escravistas, feudais e

¹⁸ Willian Petty e Boisguillebert, franceses; Benjamim Franklin, americano; James Steuart, escocês; Adam Smith, também escocês; David Ricardo, inglês.

¹⁹ Conforme nos aponta José Pereira, em sua tese de doutorado, Marx, além de definir o trabalho concreto como produtor de valor de uso, ele trata essa categoria em dois níveis diferentes de abstração: “Primeiro, como produtor de valor de uso em um sentido geral, ou seja, como trabalho que compreende todas as formas sociais, trabalho concreto como uma determinação que ‘nos conduz fora ou aquém do modo de produção capitalista, no nível do universo antropológico geral’. Marx parte dessa categorização para chegar à segunda determinação do trabalho concreto como forma particular específica, na qual os ‘gêneros, espécies, família e a subespécie de diferentes trabalhos úteis’ foram gestados sobre a particularidade da sociedade capitalista” (SOUSA SOBRINHO, 2014, p. 70).

capitalistas. Em síntese, independente da sociedade, o trabalho concreto e geral continuará sendo uma “necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1983a, p. 50).

Conforme Marx, as mercadorias expressam a síntese de dois elementos: “matéria fornecida pela natureza e trabalho”, no entanto, se desconsiderarmos todos os trabalhos concretos e específicos, que efetuaram a transformação da matéria natural em valores de uso, “resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem, fornecido pela natureza”, por isso, “ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias”²⁰. Por outro lado, os corpos das mercadorias, enquanto valores, representam a mesma substância social, isto é, são “[...] expressões objetivas do mesmo tipo de trabalho [...]” (MARX, 1983a, p. 51). Se desconsiderarmos todos os tipos de trabalhos específicos que produziram os valores de uso das mercadorias, o que resta desses trabalhos é que ambos expressam o mesmo “dispêndio de força humana de trabalho”, ou seja, todos os trabalhos úteis são reduzidos a uma atividade produtiva que tem em comum o fato de que houve “[...] dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambos trabalho humano [...]” (MARX, 1983a, p. 51), logo, os valores das mercadorias representam apenas a mesma substância social, ou seja, trabalho humano em geral, *trabalho abstrato*.

Resta saber, contudo, se essa redução dos diversos tipos de trabalho específico a um único tipo de trabalho, o qual Marx denominou de trabalho abstrato, foi uma abstração de Marx, ou seja, foi uma dedução subjetiva do pensamento, ou uma abstração real, que ocorre de fato na realidade. Em primeiro lugar, Marx (1983a) ressalta que os diversos trabalhos concretos, os quais são divididos em gênero, espécie, família, etc., fazem parte de uma *divisão social do trabalho*, condição fundamental para a produção de mercadorias. Nesse sentido, afirma Marx (1983a, p. 50), “[...] apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias”. Em segundo lugar, essa abstração dos diversos tipos de trabalho a um único trabalho, exposta por Marx, não elide ou apaga os trabalhos concretos, específicos do modo de produção capitalista, pois os valores de uso só podem ser trocados entre

²⁰ Uma importante análise desse processo encontra-se no primeiro capítulo sobre o trabalho na *Para uma Ontologia do Ser Social II* de Lukács (2013). O autor aponta que o trabalho ao transformar a causalidade dada em causalidade posta, apenas efetuou uma modificação da matéria sem, contudo, modificar suas legalidades. A causalidade, portanto, afirma Lukács (2013, p. 48), “[...] é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter, mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência [...], ou seja, mesmo depois de sua modificação, pelo trabalho, a causalidade ou a matéria permanece com suas próprias legalidades internas.

si pelo fato de serem o produto de trabalhos concretos úteis, qualitativamente diferentes, como afirma Marx (1983a, p. 50).

Como casaco e linho são valores de uso qualitativamente diferentes, assim os trabalhos aos quais devem sua existência são também qualitativamente diferentes — o trabalho de alfaiataria e o de tecelagem. Se aquelas coisas não fossem valores de uso qualitativamente diferentes e, por isso, produtos de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, elas não poderiam, de nenhum modo, confrontar-se como mercadorias. Casaco não se troca por casaco, o mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso.

Dessa forma, se Marx eliminasse os diferentes tipos de trabalhos concretos, no âmbito do pensamento, apagando suas qualidades uteis, ou seja, se essa redução fosse apenas e tão somente uma operação mental, teríamos necessariamente que afirmar que os valores de uso também não foram fruto de trabalhos específicos, contrariando, então a citação acima. Logo, conclui-se que essa redução dos diversos tipos de trabalho concreto a trabalho abstrato é uma abstração real. O próprio Marx, na seção quatro do primeiro capítulo de *O Capital*, ao expor o caráter fetichista da mercadoria, afirma que

[...] por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos. [...] quanto ao que serve de base à determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho (MARX, 1983a, p. 70).

Além disso, é importante frisar, Marx não elimina as diferenças dos trabalhos úteis e concretos e extrai o que tem em comum deles, mas, ao contrário, todos os trabalhos produtivos e úteis são agora considerados “funções do organismo humano”, e tais funções constituem apenas diferenciações na totalidade do trabalho ou do trabalho humano em geral, tendo em vista que tais funções, independentemente da sua forma ou conteúdo, independentemente do trabalho concreto ou da atividade produtiva, sempre são consumo de energia humana (atividade mental, nervos, músculos, etc.), portanto, não há aqui a eliminação das diferenças, mas a síntese de todos os trabalhos humanos concretos em um único trabalho humano em geral.

Lukács (2012), em sua *Para uma ontologia do ser social I*, ao abordar a dialética entre o valor de uso e valor ou, mais especificamente, ao analisar a transição do valor de uso ao valor, e, por sua vez, o movimento que ocorre do trabalho concreto ao trabalho abstrato, aponta que essa abstração não foi fruto do pensamento de Marx, mas é uma abstração real, a qual ocorre cotidianamente, quer tenhamos consciência dela ou não. Dessa maneira, afirma Lukács (2012, p. 315),

A metamorfose do trabalho, em ligação com a relação cada vez mais explicitada entre valor de uso e valor de troca, transforma o trabalho concreto sobre um objeto

determinado em trabalho abstrato que cria valor, o qual culmina na realidade do trabalho socialmente necessário. Quando se examina esse processo de abstração sem se enredar na metafísica idealista, é impossível não ver como ele é real no âmbito da realidade social. Já indicamos, em outros contextos, que o caráter médio do trabalho surge de modo espontâneo, objetivo, desde os graus mais primitivos de sua socialidade; que esse caráter não é mera representação ideal da constituição ontológica de seu objeto, mas significa o surgimento de uma nova categoria ontológica do próprio trabalho, no curso de sua crescente socialização, categoria que só bem mais tarde é teoricamente alçada à consciência. Também o trabalho socialmente necessário (e, desse modo, ipso facto abstrato) é uma realidade, um momento da ontologia do ser social, uma abstração real de objetos reais, que se dá de modo inteiramente independente da circunstância de que seja ou não realizada também pela consciência.

Para ilustrar essa questão, Lukács (2012, p. 315), na sequência da citação acima, arremata:

“[...] No século XIX, milhões de artesãos autônomos experimentaram os efeitos dessa abstração do trabalho socialmente necessário como sua própria ruína, isto é, quando experimentaram na prática as suas consequências concretas, sem terem a mínima ideia de encontrar-se diante de uma abstração realizada pelo processo social. Essa abstração tem a mesma dureza ontológica da faticidade, digamos, de um automóvel que atropela uma pessoa. [...]”.

Dessa forma, podemos concluir que a abstração dos diversos tipos de trabalhos, de concreto a trabalho abstrato, não foi uma operação subjetiva de Marx, mas, como vimos na exposição do seu método, foi apenas a reprodução ideal do movimento do real, ou seja, ele apenas reproduziu idealmente uma abstração que ocorre no mundo real, a redução dos diversos tipos de trabalho específico a um único trabalho, o qual é a substância constitutiva do valor.

É oportuno ressaltar que a abstração em que Marx opera constantemente em *O Capital* não elimina as diferenças constitutivas dos objetos reproduzidos idealmente, mas está inserida na dialética entre universalidade e singularidade, geral e particular, como momentos coexistentes de uma mesma totalidade, em que a singularidade aparece como momentos da universalidade, conforme aponta Teixeira (2020, p. 03 - prelo).

[...] para Marx, o universal não é produzido a partir das características que são comuns a todos os objetos particulares, singulares. Para ele, como o é em Hegel, universalidade e singularidade, geral e particular, coexistem como momentos de uma mesma totalidade; como tais, se articulam e se determinam reciprocamente: são polos opostos de uma unidade dialética que expressa a realidade permanentemente em movimento.

Desse modo, do ponto de vista dos *valores de uso das mercadorias*, o trabalho concreto, que satisfaz as necessidades específicas da humanidade, produz, portanto, os valores de uso. Do ponto de vista dos *valores das mercadorias*, o trabalho abstrato, que representa trabalho humano em geral, dispêndio de força humana de trabalho, cria o valor das mercadorias.

Esse trabalho humano representado nos valores das mercadorias expressa o mesmo “[...] dispêndio da força de trabalho simples que em média toda pessoa comum, sem

desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico [...]” (MARX, 1983a, p. 51). Dessa forma, trabalho mais complexo é reduzido a trabalho simples potenciado, de tal forma que uma determinada quantidade de trabalho complexo equivale a uma quantidade maior de trabalho simples.

Como vimos, para Marx, a mercadoria expressa a unidade entre valor de uso (sua materialidade natural) e valor. O valor de troca é a forma de manifestação do valor das mercadorias. A seguir, portanto, veremos, de acordo com Marx, a síntese dessa manifestação, conforme o item 3 do volume 1 de *O Capital*.

2.3 O método de Marx e a manifestação do valor

Marx inicia a exposição de *O Capital* pela mercadoria. Porém, ele parte justamente do valor de troca para chegar ao valor. Com isso, após expor o valor e sua substância constitutiva, ele volta a tratar novamente do valor de troca, mas o valor de troca como expressão ou manifestação das determinações do valor. Conforme Marx (1983a, p. 54), ele partiu “[...] de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. Nós precisamos agora voltar a essa forma de manifestação do valor [...]”.

Cabe, contudo, uma observação preliminar. Trata-se de uma dupla questão: Marx expõe as determinações lógicas de um objeto historicamente determinado, o dinheiro, ou ele faz uma exposição histórica do dinheiro, partindo da sua gênese até a sua forma generalizada?

Para alguns autores marxistas, Marx faz uma exposição histórica do desenvolvimento do dinheiro. Paul Sweezy, em seu livro *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, defende, por exemplo, que Marx inicia a exposição de *O Capital* por uma sociedade de produção simples de mercadorias, na qual “[...] cada produtor é dono de seus próprios meios de produção e satisfaz suas múltiplas necessidades pela troca com outros produtores em situação semelhante [...]” (SWEEZY, 1983, p. 31). Nessa sociedade, portanto, o objetivo não é produção para o lucro, mas para o consumo individual e somente o excedente era trocado por outras mercadorias. Segundo Sweezy (1983), ao partir dessa sociedade de produtores simples de mercadoria, Marx teria seguido o mesmo percurso dos economistas clássicos. Ele enfatiza, no entanto, que mesmo seguindo a teoria econômica clássica, Marx se diferencia substancialmente dos seus teóricos. Ora, ao apontar que Marx partiu do mesmo ponto dos economistas clássicos, os quais tratavam as categorias econômicas segundo os métodos da própria economia burguesa, Sweezy desconsidera o método de investigação e de exposição

exposto por Marx, segundo o qual a exposição do objeto não leva em consideração o seu desenvolvimento histórico, mas obedece à lógica interna das suas próprias categorias.

Em contraposição a Swezzy, Lukács defende que Marx expôs a gênese histórica ou as determinações lógicas do dinheiro, a partir justamente do seu método. Conforme Lukács (2012, pp. 312-313), essa exposição de Marx a respeito da manifestação do valor é realizada de acordo com o caráter duplo do seu método, em que ali não é uma mera “[...] dedução lógica do conceito de valor, nem uma descrição indutiva das fases históricas singulares do desenvolvimento que o levou a adquirir a forma social pura [...]”. Nesse sentido, conclui Lukács (2012, p. 313), nessa exposição Marx efetua “[...] uma síntese peculiar de novo tipo, que associa, de modo teórico-orgânico, a ontologia histórica do ser social com a descoberta teórica das suas legalidades concretas e reais”. Logo em seguida a essa citação, Lukács (2012, p. 313) sentencia afirmando que naquele capítulo inicial (ele se refere ao capítulo primeiro de *O Capital*), Marx

[...] não pretende expor in extenso o nascimento histórico do valor da vida econômica; ele fornece apenas as etapas teoricamente decisivas no automovimento dessa categoria, desde os inícios necessariamente esporádicos e acidentais até sua completa explicitação, quando sua essência teórica chega a expressar-se em forma pura. Já essa convergência entre fases histórico-ontológicas e fases teóricas, no processo pelo qual a categoria do valor se realiza, indica sua posição central no sistema do ser econômico. [...].

Parágrafos depois, ao tratar especificamente da forma pela qual Marx chegou à forma dinheiro, partindo justamente do valor e da sua manifestação, e convocando uma vez mais o método marxiano, Lukács (2012, 316) conclui afirmando que

[...] se é verdade que, no final da análise marxiana do valor, o dinheiro surge como necessária consequência “lógica”, não se deve tomar ontologicamente ao pé da letra essa ‘logicidade’, ou seja, não se deve entendê-la como algo restrito ao âmbito do pensamento. Ao contrário, deve estar claro que se trata, em primeiro lugar, de uma necessidade do ser e, portanto, que a “dedução” de Marx só se apresenta como dedução lógica por causa da forma abstrativa, abreviada e reduzida aos aspectos mais gerais com a qual é exposta. Na realidade, essa análise investiga o conteúdo teórico de conexões de fato; e o próprio Marx, no posfácio à segunda edição de *O capital*, sublinha que a aparência de uma ‘construção a priori’ tem sua origem tão somente no modo de exposição, não dizendo respeito à investigação enquanto tal. Com isso, Marx sublinha novamente a prioridade do ontológico, e de um princípio ontológico que se torna o fundamento de uma metodologia rigorosamente científica.

Dessa maneira, na esteira dos apontamentos de Lukács e do próprio método de apreensão da realidade de Marx, o qual expusemos na introdução, entendemos que Marx não realiza a exposição histórica das fases sucessivas pelas quais o valor se desenvolveu até atingir sua forma mais pura, a forma dinheiro. Nesse sentido, defendemos que Marx expõe as determinações essenciais do desenvolvimento do dinheiro a partir das suas próprias

determinações lógicas, porém, conforme Lukács nos advertiu acima, o lógico não implica numa operação autônoma do pensamento em relação ao ser, mas, pelo contrário, é “uma necessidade do ser” que, na “dedução de Marx, só se apresenta como dedução lógica por causa da forma abstrativa, abreviada e reduzida aos aspectos mais gerais com a qual é exposta”. Parafraseando Lenin, podemos afirmar que Marx não escreveu uma lógica, mas a lógica do desenvolvimento do dinheiro.

2.4 A forma de manifestação do valor: valor de troca

As mercadorias expressam, antes de tudo, uma relação social, que só se manifesta no âmbito da troca. Para Marx, então, os corpos das mercadorias são, simultaneamente, valores de uso e portadores de valor, portanto, mercadorias. Diferente dos valores de uso, a objetividade do valor não contém nenhuma materialidade ou elemento de matéria natural. A mercadoria possui objetividade de valor na medida em que representa uma mesma substância social, ou seja, representa trabalho humano em geral, e, por isso, ela só se manifesta numa relação social entre mercadorias, seja numa relação individual entre uma mercadoria e outra, seja numa relação entre as mercadorias em geral, como ocorre nas sociedades mercantis.

Para expressar a relação de troca ou a expressão do valor entre as mercadorias, Marx inicia analisando sua forma de *valor simples*, passando pela forma de *valor total*, *forma de valor universal* e, por último, a *forma de valor-dinheiro*, ou seja, para demonstrar a gênese da forma-dinheiro ele propõe seguir o desenvolvimento da expressão do valor desde sua forma mais simples até a mais complexa, que é a própria forma-dinheiro.

Marx, ao analisar a forma de valor ou a forma de manifestação do valor, inicia considerando a expressão mais simples de valor, a relação de troca entre duas mercadorias, em que x de uma mercadoria A é trocada por y de uma mercadoria B: $x_A = y_B$, ou, então, como prefere o próprio autor: 20 braças de linho vale um casaco ou 20 braças de linho é igual a um casaco.

Na expressão acima o linho e o casaco representam duas funções diferentes, ou seja, são polos contraditórios da mesma expressão, que se excluem mutuamente e, ao mesmo tempo, se determinam reciprocamente, pois o linho manifesta seu valor no casaco. O casaco, por sua vez, serve de manifestação do valor do linho. Dessa forma, o linho desempenha um papel ativo e o casaco passivo, pois este serve apenas de manifestação do valor de outra mercadoria. O valor do linho só pode ser expresso relativamente através de outra mercadoria, ou seja, na

expressão simples do valor a mercadoria que necessita expressar seu valor, o linho, o faz através de outra mercadoria, no caso o casaco, que se apresenta como equivalente. O casaco, por sua vez, por expressar a mesma substância social que o linho, ou seja, os trabalhos inseridos em ambos são equivalentes, se apresenta, então, na forma de equivalente. Em suma, essa expressão significa que o valor do linho só pode ser expresso relativamente por meio de uma outra mercadoria, e que, essa outra mercadoria, se confronta com a forma relativa na forma de equivalente. A mercadoria que se apresenta na forma de equivalente, na expressão do valor, não expressa o seu valor, apenas fornece o seu corpo para a manifestação do valor de outra mercadoria, de uma mercadoria que se encontra na forma relativa.

Na relação de valor, afirma Marx

[...] o casaco constitui o equivalente do linho, vale, portanto, a forma de casaco como forma de valor. O valor da mercadoria linho é assim expresso no corpo da mercadoria casaco, o valor de uma mercadoria no valor de uso da outra. Como valor de uso é o linho uma coisa fisicamente diferente do casaco, como valor é algo igual ao casaco e parece, portanto, como um casaco. Assim, o linho recebe uma forma de valor diferente de sua forma natural. Sua existência de valor aparece em sua igualdade com o casaco, assim como a natureza de carneiro do cristão em sua igualdade com o cordeiro de Deus (MARX, 1983a, pp. 56-57).

Nessa relação, portanto, o valor de uso e valor são extremos que mutuamente se excluem e, ao mesmo tempo, são polos da mesma expressão, o valor de uso é, em última instância, o polo determinante dessa relação. A não pode expressar seu valor nela mesma, isto é, $x_A = y_A$. Para tanto, A necessita de outra mercadoria diferente dela, para que nela possa se expressar, ou seja, o valor de uma mercadoria A é expresso através do valor de uso de uma mercadoria B. Dessa forma, o valor de uma mercadoria equivale diretamente ao valor de uso de outra ou, melhor dizendo, o valor do linho é representado pelo valor de uso do casaco, pois, enquanto valores de uso, a mercadoria linho é “fisicamente diferente” da mercadoria casaco, porém, enquanto valores, ambas as mercadorias se igualam, ou seja, Marx aponta nessa relação de troca a unidade de polos diferentes. Contudo, são polos de mesma unidade somente no interior dessa relação de troca. Fora dessa relação, elas se excluem mutuamente.

A forma de valor relativa, na expressão de valor simples, assume três características. A primeira diz respeito ao fato de que as grandezas de objetos diferentes só podem se equiparar quantitativamente quando forem reduzidas a uma única coisa. Além disso, nessa expressão duas mercadorias igualadas qualitativamente, ou seja, ao serem reduzidas à mesma unidade e à mesma grandeza, representam papéis diferentes. Nesse caso, apenas o valor do linho é expresso, através da sua relação com o casaco, na sua forma de equivalente. Assim Marx aponta que, nessa relação, o

[...] casaco vale como forma de existência de valor, como coisa de valor, pois apenas como tal é o mesmo que o linho. Por outro lado, a própria existência do valor do linho vem à tona ou obtém uma expressão autônoma, pois somente como valor pode o linho relacionar-se com o casaco como equivalente ou com ele permutável (MARX, 1983a, p. 55).

Em suma, tomada uma mercadoria individualmente, ela apresenta, ao mesmo tempo, valor de uso e valor. O valor, por sua vez, não reside nenhum átomo de materialidade, ele é uma substância fruto de trabalho humano em geral, trabalho abstrato. Porém, na expressão simples da forma de valor, o corpo do casaco, que se apresenta na forma de equivalente, serve como meio de manifestação do valor relativo. Em outros termos, o valor em si não expressa nenhuma materialidade física, porém, na expressão do valor, ele se manifesta ou se apresenta empiricamente através do corpo do equivalente, que no caso do exemplo dado é o casaco.

Outro aspecto importante ressaltado por Marx é o fato de que as mercadorias ao serem equiparadas a coisas de valor, os trabalhos contidos em ambos os lados da igualdade são reduzidos ao mesmo trabalho, ou seja, o trabalho contido no casaco é também equiparado ao trabalho contido no linho. Entretanto, o trabalho concreto e útil que produziu o casaco, a alfaiataria, e o trabalho concreto e útil que produziu o linho, a tecelagem, ambos serão reduzidos primeiramente a trabalho humano em geral, a trabalho abstrato. Por isso, diz Marx (1983a, p. 56), “[...] Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral”.

Por último, adverte Marx, não é suficiente apontar apenas o caráter específico do trabalho que produziu o valor do linho, ou seja, o valor da forma relativa, pois a

[...] força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. Ele torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta. Para expressar o valor do linho como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma ‘objetividade’ concretamente diferente do linho mesmo e simultaneamente comum ao linho e a outra mercadoria (MARX, 1983a, p. 56).

Em outros termos, para expressar o valor do linho como trabalho humano em geral, a força de trabalho humana deve ser expressa em um corpo, no corpo material do seu equivalente, em que, como tal, como corpo de mercadoria, deve, necessariamente, ser distinto do corpo da mercadoria relativa, no caso linho, porém, como valor, ela deve ter a mesma propriedade do linho, ou seja, ter trabalho humano em geral.

É importante ressaltar que a forma de valor deve expressar, simultaneamente, a mesma qualidade, ou seja, o trabalho contido na forma de valor relativo deve ser reduzido e equiparado ao mesmo trabalho da forma de equivalente, e, em consequência, deve se equiparar

à mesma quantidade de trabalho ou tempo necessário para produzir a mercadoria que se encontra na forma de valor relativo à forma de equivalente.

Na expressão da forma de valor simples, portanto, estão postas a forma de valor relativa e a forma de equivalente. A forma de valor relativo expressa seu valor através da forma de equivalente, que ocupa uma posição oposta na expressão do valor, ou seja, a mercadoria que se encontra na forma de valor relativo manifesta seu valor através do corpo ou do valor de uso de outra mercadoria que se encontra na forma de equivalente. Na expressão do valor, ambas as mercadorias são, primeiramente, igualadas a uma mesma substância social e, somente após esse fato, ou seja, após elas serem igualadas qualitativamente, podem ser permutáveis, isto é, elas podem estabelecer uma relação de quantidade, em que determinada proporção de mercadoria, que se encontra na forma de valor relativo, pode ser permutável por uma determinada proporção de mercadoria que se encontra na forma de equivalente.

A forma de equivalente de uma mercadoria qualquer, por sua vez, é “[...] a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria” (MARX, 1983a, p. 59), ou seja, a mercadoria que se encontra na forma de equivalente na expressão de valor tem a propriedade de ser diretamente permutável com outra mercadoria que se encontra na forma de valor relativo, tendo em vista que a forma de equivalente tem a mesma propriedade ou expressa a mesma substância social da mercadoria que se encontra na forma relativa que é o valor. Assim, a mercadoria que assume a posição de equivalente, na expressão do valor, além da forma social valor, assume também a função de mercadoria-equivalente.

Mas, a propriedade de permutabilidade direta com a forma de valor relativo, que a mercadoria que assume a forma de equivalente possui, não está dada a priori à proporção que ambas as mercadorias serão trocadas. Essa proporção depende da grandeza de valor da mercadoria, ou seja, do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria que assume a posição de equivalente, desde que a magnitude de valor da mercadoria que assume a forma de valor relativo seja dada. Porém, quando uma mercadoria assume a posição de equivalente na expressão de valor, o seu valor não adquire nenhuma forma quantitativa, ou seja, nenhuma grandeza de valor, mas passa a expressar tão somente a quantidade de uma coisa, isto é, a mercadoria da forma de equivalente não expressa o seu valor, mas espelha o valor da mercadoria que se encontra na forma de valor relativo. Daí porque Marx, no início do capítulo da mercadoria, afirma que aparentemente o valor de troca de uma mercadoria apresentava algo casual ou puramente relativo.

Em outras palavras, quando afirmamos que 10 varas de linho vale um casaco, então 20 braças de linho valem dois casacos. Casaco na expressão de valor, portanto, ao assumir a

posição de equivalente, expressou apenas a quantidade de casacos suficientemente para ser permutável por 20 braças de linho. Não obstante, o que está por trás dessa relação de troca, em última instância, é que a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir 20 braças de linho equivale à quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir dois casacos. Portanto, linho e casaco são coisas diferentes, porém, para serem expressos na relação de valor, foram reduzidos à mesma substância social e à mesma grandeza de valor, ou seja, foram reduzidos à mesma determinidade qualitativa e quantitativa.

Disso decorrem, conforme Marx, mais três propriedades da forma de equivalente. Primeiro, o valor de uso da mercadoria que assume a posição de equivalente se torna a forma de manifestação do seu contrário, do valor. Assim, o corpo da mercadoria-equivalente serve de manifestação do valor, do valor da mercadoria que assumiu, na expressão de valor, a forma de valor relativo. A segunda propriedade da forma de equivalente diz respeito ao fato de o trabalho concreto que produziu o seu valor de uso se tornar a forma de manifestação do seu contrário, ou seja, o trabalho concreto é expresso ou reduzido a trabalho humano abstrato, a mesma forma de trabalho que produziu a mercadoria que se encontra na forma de valor relativo quando foi reduzido, também, a trabalho humano. Em consequência disso, chegamos à terceira propriedade da forma de equivalente, ou seja, o trabalho privado que produz mercadoria, ao se relacionar com outros trabalhos no momento da troca, eles são, portanto, reduzidos a trabalho na forma imediatamente social, tendo em vista que, de modo geral, são trabalhos realizados pelo conjunto de trabalhadores que se relacionam agora no momento da troca de mercadorias. Por isso, conclui Marx (1983a, p. 61), “[...] trabalho privado se converte na forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social”.

Marx, analisando a forma de valor simples da mercadoria, conclui afirmando que

o produto de trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento — a qual apresenta o trabalho despendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade “objetiva”, isto é, como seu valor — transforma o produto de trabalho em mercadoria. Segue daí que a forma simples de valor da mercadoria é ao mesmo tempo a forma mercadoria simples do produto do trabalho e, que, portanto, também o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor (MARX, 1983, p. 63).

Assim, nas sociedades em que o produto do trabalho, além de sua utilidade enquanto objeto útil, foi transformado em valor, mas em valor que permite a troca entre produtos do trabalho, mesmo que essa troca seja ocasional ou eventual, surge então historicamente a forma mercadoria mais elementar. Em outras palavras, mesmo que as relações mercantis ainda não tenham sido desenvolvidas suficientemente a tal ponto de se tornarem hegemônicas, a forma mercadoria, nas relações de trocas mais simples, já iniciou o seu

desenvolvimento. Além disso, a gênese e o “desenvolvimento da forma mercadoria”, desde sua expressão mais simples até a mais desenvolvida, coincide com a gênese e o desenvolvimento da forma valor.

É importante assinalar que a forma simples é insuficiente para expressar o valor universal, tendo em vista que ela expressa apenas uma relação entre duas mercadorias particulares. Por isso, ela tem de passar por uma série de mediações até chegar à forma universal de valor e, a partir daí, à forma dinheiro. Essa forma de valor traduz apenas que uma mercadoria A se relaciona, na sua igualdade qualitativa e na proporcionalidade quantitativa, apenas com uma única mercadoria distinta B, ou seja, nessa relação a mercadoria A é expressa exclusivamente na forma de mercadoria B e não em tantas outras mercadorias. A forma de valor relativa se manifesta, portanto, exclusivamente na forma de equivalente único. Por sua vez, a mercadoria B possui forma de equivalente ou forma de permutabilidade direta e exclusivamente com a mercadoria A. Em outros termos, na forma simples de valor, uma mercadoria A só pode ser permutada por uma única mercadoria diferente dela, a mercadoria B, por exemplo. Quando a mercadoria que expressa o valor de A é diferente da mercadoria B, então temos uma nova expressão simples de valor.

Assim, quando a mercadoria A passa a se relacionar, de forma exclusiva, com outra mercadoria diferente de B, uma mercadoria C, por exemplo, passa a existir, então, outra expressão da forma de valor simples: A vale tantas mercadorias C ou A espelha seu valor em C. Dessa forma, cada mercadoria que se encontra na forma de equivalente e passa a se relacionar única e exclusivamente com a mercadoria A, produz, portanto, diversas expressões da forma de valor simples de mercadoria. Em relação a esse aspecto Marx (1983a, p. 64) defende que o “[...] número de suas possíveis expressões de valor é apenas limitado pelo número de espécies de mercadorias diferentes dela. Sua expressão individualizada de valor converte-se, portanto, em uma série constantemente ampliável de suas diferentes expressões simples de valor”.

Essa série, sempre ampliável das diferentes expressões de valor, estabelece uma nova forma de valor: a *forma de valor total, desdobrada ou extensiva*, a depender da tradução de *O Capital*. A forma de valor total, portanto, supera a forma de valor simples. Nessa nova forma de valor, as trocas entre as comunidades ou povos crescem deixando, paulatinamente, de ser ocasionais para se tornarem mais regulares. Em outras palavras, quando as trocas entre duas ou mais comunidades, por exemplo, aumentam e deixam de ser um evento casual, passando a estabelecer relações de troca com mais frequência e, além disso, passam a produzir valores de uso, não somente para o uso interno, mas para a troca, a forma de valor se amplia também,

surgindo, por isso, uma nova expressão do valor. Ou, como afirma Marx (1983a, p. 65), “[...] Desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias”.

A forma de valor total estabelece, agora, que a mercadoria que se encontra na forma de valor relativa seja expressa por diversas outras mercadorias que assumem a forma de equivalente. Diferentemente da forma de valor simples, uma mercadoria é permutada por diversas outras mercadorias particulares, que se encontram como equivalentes. Dessa forma, uma mercadoria A tem sua permutabilidade realizada por diversas mercadorias individuais: C, D, E, e assim por diante.

Podemos, então, representar a forma de valor total pela seguinte expressão:

$$z\mathbf{M}_A = \left\{ \begin{array}{l} Ym_B \\ Vm_C \\ Wm_D \\ Xm_E \end{array} \right.$$

Essa expressão significa que z mercadoria A pode ser permutável por uma dada quantidade de y mercadoria B, de v mercadoria C, de w mercadoria D ou de x mercadoria E. Ou, podemos dizer também que z mercadoria A vale y mercadoria B, v mercadoria C, w mercadoria D ou x mercadoria E.

O valor da mercadoria A, o linho, por exemplo, agora é expresso por vários outros objetos que constituem o mundo das mercadorias, ao invés de somente um, como ocorria na forma simples de valor. Desse modo,

[...] Qualquer outro corpo de mercadorias torna-se espelho do valor do linho. Assim, aparece esse valor mesmo pela primeira vez verdadeiramente como gelatina de trabalho humano indiferenciado. Pois o trabalho que o gera é agora expressamente representado como trabalho equiparado a qualquer outro trabalho humano, seja qual for a forma natural que ele possua e se, portanto, se objetiva em casaco ou trigo ou ferro ou ouro etc. Por meio de sua forma valor, o linho se encontra portanto agora também em relação social não mais apenas com outra espécie individual de mercadoria, mas sim com o mundo das mercadorias. Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo. Ao mesmo tempo, depreende-se da interminável série de suas expressões que é indiferente ao valor mercantil a forma específica do valor de uso na qual ele se manifesta (MARX, 1983a, p. 64).

Na forma de valor simples o valor de uma mercadoria A, por exemplo, é expresso pelo valor de uso de outra mercadoria B, que se encontra como equivalente ou, como vimos, o valor de A é igual ao valor de uso de B ou, se quiser, x mercadoria A vale y mercadoria B. Agora, na forma total, desdobrada ou extensiva, o valor de uma mercadoria A é expresso pela “[...] gelatina de trabalho humano indiferenciado [...]” que constitui o conjunto das mercadorias, as quais se encontram na forma de equivalente, “[...] seja qual for a forma natural que ele possua

e se, portanto, se objetiva [...]” (MARX, 1983a, p. 64) . Em suma, o valor de uma mercadoria não é mais expresso pelo valor de uso de outra, mas pelo trabalho humano em geral que constitui todas as mercadorias que se encontram na função de equivalente. Podemos dizer, então, que no contexto em que as trocas entre mercadorias eram estabelecidas pela forma simples de valor o que interessava ao possuidor da mercadoria A, que se encontra na forma relativa, era o valor de uso da mercadoria B, que se encontra na forma de equivalente ou o valor da mercadoria A se equivale ao corpo da mercadoria B. Já a forma de valor total, e as demais formas subsequentes, em que as relações mercantis se encontram em um patamar de desenvolvimento e relações sociais mais complexas, o que interessa ao possuidor da mercadoria A, no momento da troca, não é somente o valor de uso da mercadoria B, que assume a forma de equivalente, mas também a substância social que o corpo dessa mercadoria passa a representar, ou seja, o corpo da mercadoria B passa a ser o representante social do valor enquanto cristalização de trabalho humano em geral.

Aqui, o valor de uso da mercadoria está passando por uma metamorfose, em que o polo determinante da expressão do valor está deixando de ser o valor de uso para ser o valor. Além disso, a mercadoria que expressa o valor de outra, a mercadoria que assume a figura de equivalente, começa a perder sua materialidade, na medida em que não precisa necessariamente do valor de uso de outra mercadoria, mas de algo que represente o trabalho humano em geral que constitui o conjunto das mercadorias ou do trabalho incorporado pelas mercadorias-equivalentes.

Entretanto, alerta Marx, a expressão de valor total ou extensiva é incompleta ou insuficiente, refletindo tanto na forma relativa extensiva, quanto na forma equivalente. A insuficiência da forma relativa extensiva consiste em que sua série nunca termina, ou seja, sempre aparecerão novas mercadorias que se relacionam como equivalentes da mercadoria que se encontra na forma relativa. Em outros termos, a mercadoria não tem um único valor de troca, mas uma série infindável de valores de troca, por exemplo, um quilo de feijão pode valer dois quilos de arroz ou três de milho ou um terço de um quilo de carne de gado e assim por diante. Por isso, se fôssemos representar o valor de cada mercadoria em particular, chegaríamos, também, a uma série de expressões de valores desconexas e diferenciadas, formando um verdadeiro “mosaico” de expressões.

Por outro lado, e em consequência da insuficiência da forma relativa extensiva de valor, a forma equivalente, na expressão extensiva de valor, também apresenta limitações, pois, conforme Marx (1983a, p. 65), “[...] a forma natural de cada espécie particular de mercadoria é uma forma equivalente particular ao lado de inumeráveis outras formas equivalentes

particulares, existem, em geral, apenas formas equivalentes limitadas, das quais cada uma exclui a outra [...]”. Dessa forma, cada equivalente particular é fruto também de um determinado tipo de trabalho igualmente particular, específico. Assim, essa expressão de valor apresenta um número limitado de equivalentes que se excluem mutuamente. Suponhamos que uma mercadoria A tem como forma de equivalente as mercadorias B, C, D, ou E, etc., porém cada uma dessas formas de equivalentes são, portanto, equivalentes individuais da mercadoria A. Digamos que a mercadoria B se apresente na expressão de valor como equivalente de A, nesse caso as outras mercadorias (C, D ou E, por exemplo) são excluídas da forma equivalente, ou quando a mercadoria C assume a forma de equivalente as demais também são excluídas como equivalentes e assim por diante. Por isso, como, na forma total de valor, uma mercadoria expressa seu valor em diversas mercadorias individuais, existem, portanto, diversos tipos de equivalentes individuais dessa mercadoria, que se excluem mutuamente, quando cada uma dessas mercadorias assume a posição de equivalente.

Em síntese, a forma de valor relativa total ou desdobrada consiste, na verdade, em inúmeras expressões da forma relativa de valor simples, por exemplo,

$$Z_{m_A} = Y_{m_B}$$

$$Z_{m_A} = V_{m_C}$$

$$Z_{m_A} = W_{m_D}$$

$$Z_{m_A} = X_{m_E}$$

Todavia, ressalta Marx, essas equações contêm em si mesmas sua própria superação, pois se analisarmos suas expressões idênticas, isto é, se invertemos, temos

$$Y_{m_B} = Z_{m_A}$$

$$V_{m_C} = Z_{m_A}$$

$$W_{m_D} = Z_{m_A}$$

$$X_{m_E} = Z_{m_A}$$

Desse modo, se um produtor individual troca uma mercadoria A por inúmeras outras mercadorias (B, C, D, ou E, etc.), os vários possuidores dessas mercadorias passam a possuir a mercadoria A e, por sua vez, esses diversos possuidores da mercadoria A tendem a trocá-la por outras mercadorias. Assim, a mercadoria A assume a posição de equivalente, invertendo, portanto, a equação. Com isso, teremos, pois, que todas as mercadorias (B, C, D, E ...) serão expressas agora pela mercadoria A. Dessa maneira, temos diversas formas de valor relativo sendo expresso por uma única forma de equivalente, como podemos verificar na expressão seguinte:

$$\left. \begin{array}{l} Ym_B \\ Vm_c \\ Wm_d \\ Xm_e \end{array} \right\} = Zm_a \text{ ou } \left. \begin{array}{l} 1 \text{ casaco} \\ 10 \text{ libras de chá} \\ 40 \text{ libras de café} \\ 1 \text{ quarter de trigo} \\ 2 \text{ onça de ouro} \\ \frac{1}{2} \text{ tonelada de ferro} \\ x \text{ mercadoria A} \end{array} \right\} = 20 \text{ varas de linho}$$

Quando a forma de valor atinge essa expressão, Marx denomina-a de forma de valor geral ou forma de valor universal. Nessa nova forma de valor as mercadorias expressam seus valores de duas maneiras, a saber: “1) de modo simples, porque na mesma mercadoria, e 2) de modo unitário, porque na mesma mercadoria. Sua forma valor é simples e comum a todas, portanto, geral” (MARX, 1983a, p. 66). Em outros termos, os valores das mercadorias são expressos de forma simples e por uma mercadoria singular, comum a todas, ou seja, de forma universal.

A forma de valor universal ou a forma de equivalente universal representa agora o mundo das mercadorias, ou seja, os diversos tipos de mercadorias expressam seus diversos valores em uma única mercadoria. As diversas mercadorias que se encontram na forma de valor relativo manifestam seus valores em uma única mercadoria que assume a posição de equivalente, mas não somente a forma única de equivalente, mas a forma de equivalente universal. Porém, para que uma mercadoria, no decorrer do processo de evolução de trocas nas sociedades mercantis, assuma a função de equivalente universal, ela deve ser excluída da forma de valor relativo. Além disso, o valor de uma mercadoria somente adquire expressão universal porque todas as demais mercadorias manifestam seu valor por meio de mesmo equivalente.

Conforme Marx (1983a), as duas formas de valores precedentes a forma geral ou universal de valor, a forma simples e a forma total ou desdobrada de valor, expressam o valor de cada mercadoria de forma isolada, ou seja, a forma simples expressa o valor de uma mercadoria em outra mercadoria particular, já a forma total expressa o valor de uma mercadoria numa série de mercadorias distintas, porém individuais entre si. Essa forma de manifestação de valor é uma forma em que cada mercadoria se relaciona privativamente com outra mercadoria ou um “negócio privado de cada mercadoria”, em que, no momento da troca, não existe participação de outras mercadorias, porém, a forma geral ou universal de valor, contrariamente às formas anteriores, é uma consequência do mundo constituído pelas mercadorias. Com isso, diz Marx (1983a, p. 67), “[...] Evidencia-se, [...], que a objetividade do valor das mercadorias,

por ser a mera ‘existência Social’ dessas coisas, somente pode ser expressa por sua relação social por todos os lados, e sua forma, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida”.

Voltando à análise da forma valor, identificamos que, inicialmente, na forma simples de valor, as trocas entre produtos do trabalho estavam circunscritas a um contexto social muito rudimentar de intercâmbio, ou seja, as trocas se davam de maneira ocasional ou eventual. Na forma total ou desdobrada, vimos que as trocas já atingiram um novo patamar de desenvolvimento, isto é, verifica-se uma certa regularidade entre os diversos tipos de trocas, as quais deixam de ser trocas ocasionais para se tornarem mais sistemáticas. Agora, portanto, chegamos a um novo contexto em que as trocas, além de ocorrerem em novo patamar de regularidade entre as comunidades, regiões ou países, se apresentam de forma generalizada. Desse modo, a forma geral ou universal

[...]expressa os valores do mundo das mercadorias numa e mesma espécie de mercadoria, isolada das outras, por exemplo, no linho, e representa assim os valores de todas as mercadorias por meio de sua igualdade com o linho. Como algo igual ao linho, o valor de cada mercadoria não apenas distingue-se de seu próprio valor de uso, mas de qualquer valor de uso e justamente por isso ele é expresso como aquilo que ela tem em comum com todas as mercadorias. Essa forma é a primeira portanto a relacionar realmente as mercadorias entre si como valores, ou as deixa aparecer reciprocamente como valores de troca (MARX, 1983a, p. 66).

A forma de valor relativa universal do conjunto das mercadorias fixa na mercadoria eleita como equivalente o caráter de equivalente universal, em que sua forma corpórea, ou seja, o valor de uso do equivalente universal representa, diante do mundo das mercadorias, o valor comum a todas elas. Dessa maneira, a forma da mercadoria que assumiu na expressão do valor geral a função de equivalente universal representa agora a cristalização social e universal de todo trabalho humano. A forma de valor universal, portanto, que expõe os produtos do trabalho como o resultado de meras gelatinas de trabalhos sem diferenciação, apresenta, através da sua própria estrutura, que ela é a expressão social do “mundo das mercadorias”. Dessa forma, conclui Marx (1983a, p. 67), a forma de valor universal “[...] evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social”.

A forma de valor geral ou universal, como vimos, representa o mundo das mercadorias e pode ser expressa por qualquer mercadoria. Todavia, quando uma mercadoria for excluída das demais e expressa na qualidade de equivalente universal, limitada a uma mercadoria específica, chega-se, então, à *forma-dinheiro*. Conforme apontou Marx (1983a, p. 69) “[...] o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro [...]”.

Com isso, temos, então, que a forma de valor geral e universal se transforma na forma dinheiro na medida em que uma mercadoria em particular, com propriedades específicas, foi posta pelas demais como equivalente universal. Historicamente, de acordo com Marx, uma mercadoria específica assumiu esse papel: *o ouro*. Assim, na forma dinheiro, basta trocar as 20 braças de linho por duas onças de ouro, tendo em vista que as duas onças de ouro apareciam na expressão universal na forma de valor relativo e as 20 braças de linho na sua forma de equivalente universal. Com isso, temos, então, a expressão da forma dinheiro.

$$\left. \begin{array}{l} 20 \text{ braças de linho} \\ 1 \text{ casaco} \\ 10 \text{ libras de chá} \\ 40 \text{ libras de café} \\ 1 \text{ quarter de trigo} \\ \frac{1}{2} \text{ tonelada de ferro} \\ x \text{ mercadoria A} \end{array} \right\} = 2 \text{ onças de ouro}$$

As duas onças de ouro, agora, são o equivalente universal, pelo qual as demais mercadorias serão trocadas. Porém, ressalta nosso autor, o ouro se transformou em equivalente universal, na forma de dinheiro, pelo resultado do desenvolvimento histórico do próprio mundo das mercadorias, ou seja, não foi algo acidental, espontâneo ou uma escolha aleatória de determinado indivíduo ou grupos sociais. Conforme Marx,

o ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias funcionou também como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes mercantis. Pouco a pouco, passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos, como equivalente geral. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria dinheiro, e só a partir do momento em que já se converteu em mercadoria dinheiro distingue-se a forma IV da forma III, ou a forma valor geral se transforma em forma dinheiro (MARX, 1983a, p. 69).

Fazendo o percurso inverso, ou seja, partindo da forma-dinheiro, passando pelo equivalente universal, pela forma total ou desdobrada, até chegar à forma de valor simples, percebemos que essa forma, conforme apontava Marx, já contém o germe da forma-dinheiro. Quando, enfim, a expressão simples e relativa de uma mercadoria se manifesta na forma de mercadoria-dinheiro, ela revela a forma preço de uma mercadoria. As 20 varas de linho podem ser expressas agora por duas onças de ouro, ou 20 varas de linho = duas onças de ouro, ou seja, quando dizemos que 1 kg de carne vale 2 kg de feijão, ou, como diz Marx, se na linguagem monetária 2 kg de feijão for o nome equivalente a 10 reais, então 1 kg de carne vale dez reais. Portanto, a forma preço, ou preço de uma mercadoria, é a forma relativa de valor de uma

determinada mercadoria, quando o seu equivalente é o dinheiro. No caso, o ouro assumiu a forma de valor-dinheiro, ou seja, a mercadoria ouro se relaciona com as demais, não por causa das suas características físicas e naturais, mas porque assumiu a forma, social e histórica, dinheiro.

O dinheiro, então, tem aqui a função de manifestação do valor das mercadorias ou como medida de valor. Nos capítulos dois e três, ainda do Livro primeiro, Marx volta a analisar a forma-dinheiro, apresentando o seu desenvolvimento lógico-histórico e, portanto, suas diversas formas de manifestação, não somente como meio de manifestação de valor. Contudo, é a partir do capítulo quatro que Marx passa a apresentar o movimento pelo qual o dinheiro se torna capital. Vale ressaltar que Marx apresenta o processo de transformação de dinheiro em capital justamente no capítulo quatro, após ter exposto as ricas determinações das categorias mercadoria e dinheiro, uma vez que capital é ora dinheiro, ora mercadoria, tomado em seu ciclo contínuo de transformação.

Para Marx, então, o dinheiro e a mercadoria se transformam em capital segundo determinadas condições sócio-históricas. Contudo, em princípio, o capital assume primeiramente a forma dinheiro que busca se valorizar, transformando, portanto, em capital. Dessa forma, o dinheiro que é trocado por mercadoria, sai do processo de circulação e entra no processo produtivo, e volta a circulação valorizado, aumentado em sua grandeza de valor, é o dinheiro na forma de capital. Portanto, para Marx, capital, no modo de produção capitalista, é o valor que se valoriza, no qual, neste processo de valorização, assume formas distintas: ora se apresenta como dinheiro, ou capital em potencial, ora se apresenta como capital se autovalorizando no processo produtivo, ora se apresenta como mercadoria. Nos capítulos seguintes abordaremos como esse processo de valorização do valor ocorre no modo de produção capitalista.

3 PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CAPITAL: TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

Vimos no capítulo primeiro, que a mercadoria é constituída pela unidade de valor de uso e valor (ou valor de troca, como expressão do valor). O seu processo de produção também é constituído pela unidade de processo de trabalho e processo de valorização. No capítulo cinco, do Livro primeiro de *O Capital*, Marx analisa o processo de trabalho e o processo de valorização (produção de mais-valia), como síntese do processo de produção especificamente capitalista.

É oportuno ressaltar, contudo, que esses dois processos, processo de trabalho e processo de valorização, ocorrem simultaneamente durante o processo produtivo. Na mesma medida em que há a efetivação do processo de trabalho se realiza a valorização do capital ou, conforme Marx (2004, p. 57), “[...] não se trabalha duas vezes, uma para criar um produto utilizável, um valor de uso, para *transformar* os meios de produção em produtos, e outra para criar *valor e mais-valia, para valorizar o valor* [...]”. Marx, no entanto, analisa esses dois aspectos metodologicamente de forma separada, apenas como forma de compreender como se efetiva, de fato, a forma de produção do capital, dentro de determinadas condições sócio-históricas, ou seja, na reprodução social do capital.

3.1 Processo de trabalho

No capítulo anterior, em especial na seção 1.2, afirmamos que Marx trata a categoria de trabalho concreto em dois níveis de abstração. O primeiro nível de abstração diz respeito ao trabalho em sua forma geral e abstrata, expressando a relação eterna entre o homem e a natureza; o segundo nível de abstração do trabalho concreto se relaciona com a sua forma particular de manifestação no contexto social de reprodução do capital. Trataremos, portanto, inicialmente, do primeiro nível de abstração do trabalho concreto.

O processo de trabalho envolve *uma atividade orientada a um fim*, o próprio *trabalho, os meios de trabalhos e os objetos de trabalho*. Marx denomina, do ponto de vista do processo de trabalho, os meios e objetos de trabalho de *fatores objetivos* e, por sua vez, o trabalho de *fator subjetivo*, tendo em vista que o trabalho exige uma certa consciência para a sua execução, mesmo que na sua forma alienada no sistema do capital.

O trabalho, analisado em sua forma simples e abstrata, ou seja, o trabalho abstraído das suas formas concretas (não se trata de trabalho abstrato, próprio da sociedade do capital), é uma atividade orientada a um fim, na qual se produz valores de uso (matéria-prima, meios de trabalho ou um produto acabado) necessários para a reprodução da sociedade, independentemente da sua forma sócio-histórica de manifestação (se sociedade escravagista, feudal ou capitalista).

Dessa forma, o trabalho diz respeito a um processo essencialmente humano, em que o homem submete as forças da natureza ao seu domínio. Através de sua ação, ele medeia, regula e controla as forças naturais. Por esse processo, o homem transforma a natureza em valores de uso, ou seja, em meios de subsistência e meios de produção necessários e indispensáveis para a sua reprodução. Além da transformação da forma da matéria natural, ou seja, da natureza externa, o homem também transforma sua própria natureza. Essa forma de trabalho, a qual Marx ressalta, diz respeito a uma atividade essencialmente humana diferentemente dos animais, esse processo é projetado antecipadamente ou idealizado inicialmente, na mente do indivíduo, antes da sua execução. No fim do processo de trabalho, portanto, obtém-se um *resultado que já existia prévia ou idealmente na sua consciência*. Conforme Marx (1983a, pp. 149 – 150),

[...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente [...].

Marx sinaliza um fator importante, levando em consideração agora o produto final ou o resultado final. O homem, diz ele, além de transformar a natureza em valores de uso, objetiva no produto final aquela ideia que havia idealizado inicialmente no processo de trabalho. Além disso, ressalta Marx, esse processo de objetivação determina a maneira pela qual sua ação é efetivada, ou seja, a objetivação orienta todo o processo de trabalho, do início ao fim.

Enfim, trabalho, na acepção geral tratado aqui por Marx, é uma atividade orientada a um fim, que transforma a forma da matéria natural para satisfazer às necessidades humanas. Nesse sentido, conforme o autor, o trabalho é uma “condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1983a, p. 153). Nessa perspectiva o trabalho é uma categoria universal presente em qualquer tipo de sociedade humana. Além do mais, conforme a exposição, trabalho é a única atividade humana que estabelece a mediação entre o homem e a natureza, ou seja, apenas

através do trabalho o homem (sociedade) transforma os elementos naturais (matéria natural, sem incorporação de trabalho pretérito, e matéria-prima, natureza já transformada por algum tipo de trabalho) em meios de subsistência ou meios de produção.

Além do trabalho, como apontamos linhas acima, o processo de trabalho contém os *objetos e meios de trabalho*. O *objeto de trabalho* diz respeito a todas as matérias ou coisas sobre as quais incide o trabalho humano, sejam os elementos naturais, sem ter sido mediado por nenhuma forma de trabalho pretérito, sejam os elementos já trabalhados ou transformados pelo próprio trabalho, como é o caso das matérias-primas. Portanto, os objetos de trabalho são a *matéria natural* (madeira virgem, minério, água, peixes, etc.) e a *matéria-prima* (coisas naturais transformadas por algum tipo de trabalho: minério, depois de retirado da natureza, algodão recolhido, entre outros). Conforme Marx, a matéria-prima pode ser utilizada de duas formas distintas: primeiro como substrato principal de um produto; segundo como matéria auxiliar, ou seja, os meios de consumo da maquinaria ou dos instrumentos de trabalho (óleos, graxas, eletricidade, entre outros).

Os *meios de trabalho*, por conseguinte, são os objetos ou os instrumentos que se interpõem entre o homem e o objeto de trabalho, no processo de trabalho (ferramentas, máquinas, instrumentos, edifícios, estradas, entre outros). Através das suas propriedades mecânicas, físicas, químicas e biológicas o homem transforma o objeto de trabalho em meios de subsistência ou meios de produção, conforme sua finalidade. Meios de trabalho, portanto, são os órgãos utilizados pelo trabalhador, os quais “ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural” (Marx, 1983a, p. 150).

Conforme Marx, a terra, que do ponto de vista econômico inclui também a água, é um objeto de trabalho, entretanto ela é fornecedora universal de meios de trabalho, como seus elementos naturais que se transformam em meios de trabalho, tais como a madeira, pedra, minérios, entre outros. Porém, acrescenta Marx (1983a), a própria terra pode ser considerada também como meio de trabalho, quando utilizada, por exemplo, na agricultura. Neste caso, é necessário o desenvolvimento de outros meios de trabalho e de um grau relativamente desenvolvido do próprio trabalho. Além dos instrumentos que servem diretamente de mediação entre o trabalho e o objeto, Marx acrescenta todos os meios de trabalho que garantem as condições materiais e necessárias ao processo de trabalho. Entre tais meios de trabalho, destacam-se a própria terra, edifícios de fábricas, estradas, canais, entre outros. Sem a existência desses meios materiais de produção, o processo de trabalho pode não ser efetivado, total ou somente parcialmente.

Em síntese, no processo de trabalho, aquela atividade orientada por um fim, o trabalho, mediado pelo meio de trabalho, transforma a natureza ou o objeto de trabalho em meios de subsistência ou meios de produção, conforme se objetivava inicialmente. O processo de trabalho finaliza, portanto, no seu produto. Com isso, Marx levando em conta o processo inteiro do ponto de vista do seu resultado, ou seja, do produto, considera agora os meios de trabalho e objetos de trabalho numa mesma unidade, a qual ele denomina de meios de produção. E o trabalho, por sua vez, é definido como *trabalho produtivo*.

Nesse sentido, *trabalho produtivo* é aquele que, ao mediar a natureza, transformando-a, segundo uma finalidade previamente determinada, utiliza-se de meios de trabalho sobre os objetos de trabalho, tendo como resultado um produto final, com características físicas, químicas bem definidas, ou seja, um produto material. Trabalho produtivo, nessa perspectiva, é aquele que produz valores de uso, seja para a subsistência do trabalhador e da sociedade de forma geral, seja para ser utilizado como meios de trabalho.

Todavia, ressalta Marx, essa definição de *trabalho produtivo* não é suficientemente adequada para a crítica do sistema especificamente capitalista. Ele, ainda no Livro I, mais especificamente no Capítulo XIV, volta a abordar o conceito de *trabalho produtivo*, levando em consideração o modo de produção capitalista. Em outros textos, ele também aborda o trabalho produtivo, diferenciando-o do trabalho improdutivo, como, por exemplo, nos livros *Capítulo VI inédito de O Capital* e nas *Teorias da Mais-Valia*.

Abordamos acima, apenas um aspecto do processo produtivo: o processo de trabalho. A seguir apresentaremos o outro aspecto do processo de produção capitalista, que diz respeito à valorização de capital ou ao processo de produção de *mais-valia*.

3.2 Processo de valorização: produção de mais- valia e a apropriação de trabalho alheio no capitalismo

O processo de produção capitalista envolve, numa mesma unidade, o processo de trabalho²¹ e o processo de valorização. No final do processo de trabalho, obtém-se um produto. Este produto, no modo capitalista de produção, é fruto do trabalho coletivo dos seus produtores direto e apropriado privativamente pelo seu dono, ou seja, o valor de uso é de propriedade do capitalista. Além disso, o fruto do trabalho do trabalhador, pode se apresentar na forma material,

²¹ Trabalho concreto em seu segundo nível de abstração, ou seja, trabalho concreto e útil particular ao modo de produção de capital.

ou seja, um objeto externo com características físicas e químicas determinadas, como ocorre na esfera da produção material, ou pode ser uma objetivação do trabalhador diretamente na forma de capital, como ocorre na esfera do ensino privado.

Todavia, no sistema do capital, o possuidor de dinheiro, ao comprar força de trabalho e meios de produção, objetiva um produto que tenha, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca. Nesse sentido, o capitalista tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, ele busca produzir não apenas valores de uso, mas valores de uso que tenham um valor de troca, ou seja, um produto destinado a venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, é fundamental que o valor dessa mercadoria seja maior do que os valores das mercadorias compradas pelo capitalista para a sua produção. No caso em que a objetivação do trabalhador seja diretamente na forma de capital, o objetivo do capitalista, portanto, é que o valor desse capital seja maior do que o valor do capital inicial.

Ao comprar as mercadorias no mercado, o capitalista adiantou o seu dinheiro na forma de capital, buscando atingir, no final do processo, um retorno maior do que ele injetou inicialmente. No processo de produção capitalista, o possuidor de dinheiro (D), compra a mercadoria (M), buscando atingir um valor maior do que ele investiu inicialmente (D'), de tal modo que D' seja representado pela seguinte expressão: $D' = D + \Delta D$, onde D' é igual à totalidade de dinheiro adiantado inicialmente mais um acréscimo (ΔD). Esse acréscimo ou, conforme Marx, o excedente sobre o valor primitivo, é um *valor excedente* ou uma *mais-valia*. É justamente durante a produção de *mais-valia*, durante o mais-trabalho, que ocorre a valorização do capital e a exploração do trabalhador, conforme afirma Marx (1983a, p 161).

Se comparamos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização.

Como o capitalista consegue, então, transformar o valor (D) que ele empregou na compra de mercadorias (M) em um valor maior do que ele introduziu inicialmente (D'), é o que Marx busca demonstrar na análise que ele faz do processo de valorização. Para entender essa variação, ou seja, para compreender a produção de *mais-valia* é necessário, conforme Marx, examinar primeiramente o valor da mercadoria *força de trabalho*. É o que faremos a seguir.

É importante ressaltar antes, que Marx, ao analisar a variação do valor em sua transformação do dinheiro em capital, deixa claro que essa modificação ou acréscimo (ΔD) não provém da circulação da mercadoria, nem do dinheiro em si, ou seja, não tem sua origem no

momento da troca dos produtos no mercado, muito menos em alguma propriedade sobrenatural do dinheiro de se autorreproduzir.

A modificação do valor de dinheiro, que deve transformar-se em capital, não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois como meio de compra e como meio de pagamento ele só realiza o preço da mercadoria que ele compra ou paga, enquanto, persistindo em sua própria forma, petrifica-se numa grandeza de valor permanentemente igual. Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato apenas retransforma a mercadoria da forma natural na forma dinheiro. A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato $D - M$, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor [...]. (MARX, 1983a, p. 138)

O acréscimo (ΔD), portanto, ocorre na esfera da produção e não na circulação de mercadoria ou no processo de troca de mercadorias.

Na circulação simples de mercadoria, o produtor vai ao mercado e troca a sua mercadoria por dinheiro, objetivando trocar novamente por mercadoria. Marx representou esse processo pela expressão M-D-M: vender (M-D), para comprar (D-M). As mercadorias constituem o início e o fim do processo, sendo que elas são qualitativamente diferentes umas das outras, porém quantitativamente são de iguais valores, ou seja, elas possuem valores de uso diferentes, mas ambas têm o mesmo valor de troca. Nesse sentido, o produtor de mercadoria tem como objetivo outra mercadoria que satisfaça suas necessidades. Todavia, na circulação do capital ocorre de forma diferente da circulação simples de mercadoria. Para transformar seu dinheiro em capital, o capitalista vai ao mercado trocá-lo por mercadoria e, no final do processo, volta a trocar sua nova mercadoria por dinheiro. Marx expressa esse processo pela forma $D - M - D$: a compra de mercadoria ($D - M$); venda da mercadoria modificada na primeira fase ($M - D$). Para Marx, nessa última fase apenas ocorre troca entre equivalente, no momento da venda de mercadorias.

Todavia, diferentemente da circulação simples de mercadoria (M-D-M), o dinheiro faz parte do início e do fim do processo, sendo que qualitativamente não se difere dinheiro de dinheiro, ou seja, dinheiro tem o mesmo valor de uso, tanto no início quanto no final do processo. A diferença, então, conforme Marx, deve se dar em termos quantitativos, ou seja, o capitalista não vai ao mercado comprar mercadoria, fazer uso produtivamente dos seus valores de uso, e voltar novamente ao mercado e vendê-las pelo mesmo valor que comprou inicialmente. Logo, o dinheiro conseguido no final do processo deve ser maior do que o valor adiantado inicialmente, ou seja, D' , dinheiro conseguido no final do processo, deve ser maior do que D , dinheiro adiantado no início do processo.

O acréscimo de valor ocorre justamente na primeira fase, que é a fase produtiva: D – M. O capitalista, buscando transformar dinheiro em capital, vai ao mercado comprar as mercadorias necessárias e indispensáveis para a valorização do seu capital. Ele tem que trocar seu dinheiro fundamentalmente por duas mercadorias singulares: *meios de produção* (meios de trabalho e objetos de trabalho) e *força de trabalho*. Ao comprar tais mercadorias, levando em consideração que ambas foram adquiridas pelo seu valor, o possuidor de dinheiro adquiriu o direito de utilização ou de consumo dos seus valores de uso, ou seja, adquiriu o direito de consumir tais mercadorias durante determinado intervalo de tempo no processo produtivo. Esse consumo, Marx denomina de consumo produtivo.

Analisaremos agora, conforme Marx, a composição do valor dessas mercadorias do ponto de vista do produto final. O valor dos objetos de trabalhos (matéria natural e/ou matéria prima), consumidos no processo de trabalho, é transferido totalmente para o produto final. Já o valor dos meios de trabalhos (instrumentos, máquinas, prédios etc.) é transferido mais lentamente para o produto, ou seja, em cada produto tem uma certa porcentagem do valor dos meios de trabalho desgastados durante o processo de trabalho. De forma geral, pode-se afirmar que os valores dos meios de produção são conservados, através da sua transferência ao produto, durante o processo de trabalho. Fica evidente, então, nenhum desses materiais tem a capacidade de acrescentar valor novo ao produto. Logo, das duas mercadorias compradas pelo capitalista no mercado, apenas a mercadoria *força de trabalho* tem a capacidade de transferir e acrescentar valor ao produto final. Em outras palavras, apenas a *força de trabalho* tem a virtude de aumentar o capital do capitalista.

Conforme nosso autor, a força de trabalho tem uma dupla função. Ao mesmo tempo que ela tem um valor de uso, que é consumido pelo possuidor de dinheiro após a sua compra, ela também tem a função de gerar valor, isto é, transfere e acrescenta valor ao produto final. De acordo com Engels (2010, p. 28) a força de trabalho “[...] tem a propriedade especial de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor e, principalmente com um tratamento adequado, uma fonte de mais-valor²² do que ela própria possui. [...]”. É justamente esse último aspecto da mercadoria força de trabalho que iremos analisar, conforme aponta Marx (1983a, p. 139).

[...] Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

²² Conforme esclarecemos na Introdução, as obras de Marx traduzidas pela Editora Boitempo, traduzem a palavra *Mehrwert* por mais-valor.

A capacidade de trabalho ou a força de trabalho diz respeito a todas as características físicas e mentais do trabalhador que são utilizadas ou consumidas durante o processo de produção de valores de uso. O capitalista, portanto, compra essa capacidade de trabalho, ou seja, ele adquire o direito de consumir as faculdades físicas e intelectuais existentes na corporalidade do trabalhador por um certo período, ou durante uma jornada de trabalho.

Entretanto, certas condições precisam ser estabelecidas para que ocorra a venda e a compra da *força de trabalho*. Em primeiro lugar, diz Marx, a *força de trabalho* só pode surgir no mercado enquanto mercadoria quando ela for vendida pelo seu próprio possuidor, ou seja, quando ela for oferecida pelo próprio trabalhador. Isso implica que o possuidor da *força de trabalho* precisa, antes de tudo, ser livre, não está fixado a nenhuma estrutura social ou pessoal, como ocorria na sociedade feudal, na qual o trabalhador era preso a terra. Dessa forma, tanto o possuidor de dinheiro quanto o proprietário da força de trabalho, devem se encontrarem no mercado como possuidores de mercadorias, livres para efetuarem uma relação de troca. Essa relação social estabelecida no âmbito da troca, exige que o proprietário da força de trabalho venda-a ou aliene-a apenas por um determinado intervalo de tempo. Caso contrário, se ele vendesse definitivamente, ele não venderia a mercadoria força de trabalho, o próprio trabalhador seria a mercadoria, transformando-se em um escravo, isto é, uma pessoa não livre. Como vimos, a primeira premissa implica que a pessoa deve ser livre para vender sua força de trabalho. Com isso, afirma Marx (1983a, p. 139), o proprietário da força de trabalho

[...] tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode na medida em que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação.

Em segundo lugar, o proprietário da *força de trabalho* só vende uma única mercadoria: a sua própria *força de trabalho*. Nesse sentido, ele não deve ser o dono de meios de produção, nem de meios de subsistência. Assim, o trabalhador deve ser duplamente livre para vender sua força de trabalho e, por outro lado, livre dos meios de produção e de subsistência, isto é, ele é proprietário apenas e simplesmente da sua força de trabalho²³. Para Marx (2004, p.70 – grifos do autor),

[...] O homem pode viver na medida apenas que produz os seus meios de subsistência, e só pode produzi-los na medida em que se encontre na posse dos meios de produção, na posse das condições objetivas do trabalho. Compreende-se assim que se o operário for despojado dos meios de produção, também ficará privado dos meios de

²³ No capítulo 24 de *O Capital*, Marx analisa a forma histórica pela qual se deu a expropriação dos meios de produção e de subsistência dos trabalhadores.

subsistência e, inversamente, que um homem privado de meios de subsistência não pode criar nenhum meio de produção. Por conseguinte, o que no primeiro *processo*, antes de o dinheiro e a mercadoria se terem transformado em *capital*, lhes imprime desde o início o *caráter de capital* não é nem a sua condição de dinheiro nem a sua condição de mercadoria, nem o valor de uso material destas mercadorias, que consiste em servir como meios de subsistência e de produção, mas sim o fato de que este dinheiro e esta mercadoria, estes meios de produção e meios de subsistência, se defrontam com a *capacidade de trabalho*²⁴ – despojada de toda a riqueza objetiva – como *poderes autônomos* personificados nos seus possuidores. [...]. Não é o operário que compra meios de subsistência e meios de produção: são os meios de subsistência que compram o operário para incorporá-lo nos meios de produção.

Com isso, pode-se afirmar que o processo no qual possibilitou a transformação do dinheiro em capital, em determinado momento histórico, só foi possível quando da separação dos indivíduos dos seus meios de produção. O trabalho, dessa forma, se tornou social por meio da negação do seu caráter individual, do trabalho específico, orientado a um fim, e, por outro lado, da sua afirmação enquanto trabalho igual e simples, trabalho abstrato, trabalho humano em geral. Em consequência, os indivíduos foram separados das condições objetivas do trabalho, dos seus meios de produção e de subsistência, no momento em que as condições subjetivas, o seu próprio trabalho, foram transformadas em mercadorias.

Cabe, então, analisar o valor da força de trabalho, para buscar entender justamente como o capital inicial se transforma em valor maior no final do processo produtivo. O valor da força de trabalho, como de outra qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção ou reprodução da capacidade de trabalho. No caso particular, como se trata de um indivíduo, a produção da força de trabalho diz respeito a sua manutenção ou reprodução. Para que ele se mantenha vivo e com sua capacidade de trabalho é necessária certa quantidade de meios de subsistência imprescindíveis (comida, habitação, educação, saúde, segurança, lazer, entre outros). Estes meios de subsistência, ressalta-se, não são de propriedade do trabalhador, mas são de propriedade dos possuidores de dinheiro, do capitalista, seja do próprio comprador da força de trabalho imediato, seja de qualquer outro capitalista.

Não obstante, o tempo de trabalho socialmente necessário para a manutenção da força de trabalho equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos seus meios de subsistências fundamentais, os quais são imprescindíveis para a manutenção do trabalhador e de sua prole. A soma e o valor desses meios de subsistência, o qual é expresso em dinheiro, varia de região, estado ou país, dependendo de vários fatores, tais como produtividade

²⁴ Marx, no livro *Capítulo VI: Inédito de O Capital*, utiliza a expressão capacidade de trabalho como sinônimo de força de trabalho. Essa categoria só foi utilizada claramente pelo autor a partir de *O Capital*.

dos meios de produção, grau de civilização do país ou região, grau de organização e de luta da força de trabalho, entre outros.

Dessa forma, o valor da força de trabalho, levando em consideração um país e um determinado período, é dado pelo valor da quantidade média dos meios de subsistência fundamentais para manter o seu possuidor e toda sua família. Neste caso, alguns meios de subsistência são totalmente consumidos diariamente, como é o caso de alimentos e transportes, outros são consumidos durante um intervalo de tempo relativamente longo, como roupas e móveis. No primeiro caso os meios de subsistência devem ser substituídos diariamente, ao passo que, no segundo caso, devem ser substituídos em intervalos mais longos. Em todo caso, faz-se uma média diária da soma de todas as despesas necessárias para a manutenção e reprodução do possuidor da força de trabalho, a qual corresponde ao salário diário do seu proprietário. Essa média diária corresponde a certo tempo de trabalho durante o dia do produtor de mercadoria.

Marx denomina esse tempo de trabalho pelo qual o trabalhador produz o equivalente ao seu salário, isto é, produz o equivalente ao valor dos meios de subsistência do trabalhador, de *tempo de trabalho necessário*. Este tempo de trabalho equivale a uma porção de tempo inferior ao tempo total de trabalho pelo qual o trabalhador vendeu sua força de trabalho. Desse modo, o tempo de trabalho restante da sua jornada de trabalho, ou o que Marx denomina de *tempo de trabalho excedente*, é o período pelo qual o trabalhador produz a riqueza do proprietário dos meios de produção.

Digamos que o valor da força de trabalho corresponda a uma produção de quatro horas e que o trabalhador a tenha vendido durante uma jornada de oito horas diárias. Se o processo se interrompesse justamente no final das quatro horas, o capitalista apenas recuperaria o valor adiantado inicialmente na compra de meios de produção e força de trabalho. Mas, o capitalista comprou a força de trabalho, como vimos, pelo seu valor, podendo usá-la ou consumi-la durante toda a jornada de trabalho de oito horas. As quatro horas restantes, portanto, correspondem ao período de *trabalho excedente* em que o trabalhador produz *mais-valia* para o capitalista. Dessa forma, no processo de formação de *mais-valia*, a jornada de trabalho diária do vendedor da força de trabalho se divide em duas partes: o *trabalho necessário* para a produção de seus meios de subsistências e o *trabalho excedente* ou o sobretrabalho, no qual se produz a *mais-valia*. Na forma da sociedade capitalista, o produto do *trabalho necessário* retorna ao trabalhador na forma de *salário* e, por sua vez, o produto do *trabalho excedente* retorna ao capitalista na forma de *mais-valia*.

Portanto, o possuidor de dinheiro compra a força de trabalho no mercado pelo seu valor, na forma de salário, o qual corresponde ao valor dos meios de subsistências necessários para a sobrevivência do trabalhador. Ao consumi-la, ao adquirir o direito de utilizá-la durante uma jornada de trabalho, o capitalista tem que garantir a existência material da força de trabalho, pagando por ela um salário. Assim, no sistema de produção capitalista, aparece, por um lado, o proprietário dos meios de produção e de subsistência, o capitalista, e, por outro, o possuidor da força de trabalho, o trabalhador assalariado. Esta forma de trabalho, isto é, o trabalho assalariado, é parte constitutiva desse modo de produção da vida material. Para Marx (2004, p. 73),

[...] O trabalho assalariado é, pois, para a produção capitalista, uma forma socialmente necessária do trabalho, assim como o capital, valor elevado a uma potência, é uma forma necessária que deve adotar as condições objetivas do trabalho para que este último seja trabalho assalariado. De modo que o trabalho assalariado constitui uma condição necessária para a formação de capital e se mantém como premissa necessária e permanente da produção capitalista [...].

Em síntese, conforme Marx (2004, p. 52 – grifos do autor), o processo de valorização do capital diz respeito fundamentalmente a dois aspectos. Em primeiro lugar “[...] conservar o valor do capital variável, reintegrando-o, reproduzindo-o, isto é, adicionando aos meios de produção uma quantidade de trabalho igual ao valor do capital variável ou do salário[...]”. Em segundo lugar “[...] gerar um incremento, do seu valor, uma mais-valia, objetivando no produto um *quantum* de trabalho excedente para além do contido no salário, *um quantum adicional de trabalho*”.

Cabe uma observação importante, antes de seguirmos com a análise. Conforme já apontamos linhas acima, os elementos constitutivos do *processo de trabalho* são os meios de produção, *fatores objetivos*, e a força de trabalho, *fator subjetivo*. No *processo de valorização*, Marx também faz uma distinção dos fatores que constituem o capital. Dessa forma, a parte do capital, diz Marx, que entra no processo de produção e se converte em meios de produção, não modificando o seu valor durante tal processo, denomina-se *capital constante*. Por outro lado, a outra parte do capital, que é convertida no valor da força de trabalho, se modifica ao longo do processo, isto é, reproduz seu próprio equivalente e possibilita um excedente, ou seja, uma *mais-valia* que pode variar durante o processo de valorização. Por isso, essa parte do capital que proporciona uma variação em seu valor, Marx denomina de *capital variável*. Por conseguinte, ele denomina de composição orgânica do capital a relação entre o *capital constante* e o *capital variável*.

Entre os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho, a força de trabalho, portanto, é a única que conserva e transfere valor. Esta força, de acordo com Marx (2004, p. 54 – grifos do autor), se apresenta no processo produtivo como “[...] a própria força do capital e este processo apresenta-se como processo de *autovalorização* do capital, melhor dizendo, de empobrecimento do operário que, ao criar o valor que produz, produ-lo ao mesmo tempo como um valor *que é alheio*”. O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, e ao produzir e valorizar o capital, ou seja, produzir um produto que não lhe pertence, ao mesmo tempo empobrece, desvanece suas forças físicas e intelectuais em favor do capital, visto que a “autovalorização do capital – a criação de mais-valia – é, pois, objetivo determinante, predominante e avassalador do capitalista, impulso e conteúdo absoluto das suas ações” (MARX, 2004, p. 56) e não a melhoria das condições de existência dos trabalhadores, dos vendedores da força de trabalho.

Por fim, é importante ressaltar que o processo de trabalho e o processo de valorização fazem parte de uma mesma unidade constitutiva do processo de produção, conforme aludimos no início. No entanto, essa unidade, de acordo com Marx, tem como polo determinante a produção de mais-valia ou o processo de valorização. Assim como o valor de uso passou a ser subsumido ao valor de troca, o *processo de trabalho* passou a ser subsumido ao *processo de valorização*. Nesse sentido, no processo produtivo capitalista, o possuidor de dinheiro na forma de capital não objetiva produzir apenas um valor de uso que tenha valor de troca, ou seja, uma mercadoria. Ele busca, sobretudo, uma mais-valia.

O produto do processo de produção capitalista não é nem mero *produto* (valor de uso), nem uma mera *mercadoria*, quer dizer, um produto que tem valor de troca; o seu *produto específico* é a *mais-valia*. O seu produto são *mercadorias* que possuem mais valor de troca, quer dizer, que representam mais trabalho do que o que foi adiantado para a sua produção, sob a forma de dinheiro ou mercadorias. No processo capitalista de produção, o *processo de trabalho* só apresenta como *meio*, o *processo de valorização* ou a *produção de mais-valia* como um fim. Quando o economista se lembra disto, declara que o capital é uma riqueza para obter ‘lucro’. (MARX, 2004, p. 68 – grifos do autor).

Para Marx, os economistas burgueses não diferenciavam o processo de trabalho do processo de valorização. Desse modo, o processo de trabalho, como movimento de transformar meios de produção em produto, um valor de uso, diz respeito a uma forma de produção essencialmente ligado ao capital, segundo o pensamento econômico burguês. Nessa concepção burguesa, processo de trabalho é processo de produção de capital, independentemente da forma societária (escravagismo, feudal, capitalista etc.). Com isso, os economistas burgueses universalizam a forma de produção de capital, como sua forma eterna.

[...] Por um lado faz-se uma lista com os elementos do processo de trabalho amalgamados com os caracteres *específicos* que aqueles possuem num estágio determinado do desenvolvimento histórico e, por outro lado, agrega-se um elemento

que pertence ao *processo de trabalho* independentemente de qualquer forma social determinada, como processo eterno entre o homem e a natureza em geral (MARX, 2004, p. 64 – grifos do autor).

Segundo Marx (2004, p. 64), os economistas burgueses confundiam “[...] a apropriação do processo de trabalho pelo capital com o processo de trabalho propriamente dito [...]”. Isso ocorre, segundo o nosso autor, pelo fato de eles, os economistas burgueses, considerarem o “[...] processo de produção capitalista exclusivamente do ponto de vista do processo de trabalho [...]”. Com isso, para esses economistas, o processo de trabalho, independentemente da forma societária, é um processo de produção de capital. Mas, ressalta Marx, essa maneira de conceber o processo de trabalho como um processo essencialmente de produção de capital, não é um mero erro ou ambiguidade, mas um método “[...] cômodo para demonstrar a eternidade do modo capitalista de produção ou para fazer do capital um *elemento material imorredouro* da produção humana [...]” (MARX, 2004, p. 64 – grifos do autor). Porém, ressalta Marx (2004, pp. 64-65 – grifos do autor),

[...] O trabalho é uma condição natural eterna da existência humana. O processo de trabalho não é mais do que o próprio trabalho, considerado no momento da sua atividade criadora. Os elementos gerais do processo de trabalho, por conseguinte, são independentes de todo e qualquer desenvolvimento social determinado. Os meios e materiais de trabalho, uma parte dos quais é produto de trabalhos precedentes, desempenham o seu papel em qualquer processo de trabalho, em qualquer época e em todas as circunstâncias [...].

Como vimos, para Marx, o processo de trabalho está presente em qualquer forma de sociedade, no entanto, no processo de trabalho capitalista, este é apenas um *meio* para o processo de valorização do capital ou produção de mais-valia, ou seja, o trabalho se tornou apenas e simplesmente uma ferramenta, não para produzir meios de subsistência e meios de produção, mas para a produção de capital. Dessa forma, no processo de trabalho especificamente capitalista, ocorre uma inversão entre meios de produção e força de trabalho. No processo de trabalho, em seu aspecto geral, o trabalhador utiliza os meios de produção sobre os objetos de trabalho, segundo sua finalidade. Todavia, no modo de produção capitalista, os meios de produção, sobretudo a partir do surgimento da maquinaria, é que utilizam a força de trabalho, sobre os objetos de trabalho, para a produção de valores de uso e, portanto, para a expansão do capital, conforme aponta Marx (1984, pp. 43-44).

[...] Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho,

com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva [...].

Desse modo, se analisarmos o processo de produção na perspectiva do processo de valorização do capital, não é o trabalhador que utiliza os meios de produção para a produção de algo, mas, pelo contrário, o trabalhador passa a ser um meio de valorização do capital, visto que ele se defronta no processo produtivo como parte constitutiva do próprio capital.

A incompreensão dos economistas burgueses, segundo Marx, passa justamente pelo fato de eles não diferenciarem o duplo caráter do trabalho produtor de mercadoria: trabalho concreto e útil, produtor de valor de uso; trabalho humano em geral, trabalho abstrato, gerador de mais-valia. Durante o processo de trabalho, na transformação dos meios de produção em produto, o trabalhador acrescenta novo valor ao objeto de trabalho e, ao mesmo tempo, conserva o valor dos meios de produção através de sua transferência ao produto. Em outros termos, ao mesmo tempo, o trabalhador realiza duas tarefas, as quais estão intimamente relacionadas. A primeira adiciona um novo valor aos objetos de trabalho, através da quantidade de novo trabalho; a segunda transfere o valor dos objetos e meios de trabalho para o produto final, através do trabalho produtivo útil.

Porém, ressalta Marx, o trabalhador não trabalha duas vezes, uma para acrescentar novo valor ao objeto de trabalho, por meio do seu trabalho, e a outra para conservar valor dos meios e objetos de trabalho, através da transferência de valor. Diz ele que no mesmo momento que o trabalhador acrescenta um novo valor ao objeto de trabalho ele está conservando o valor antigo dos meios de produção. Mas como isso ocorre? Segundo Marx (1983, p.165), essa dualidade do resultado só pode ser explicada “[...] pela dualidade do seu próprio trabalho. No mesmo instante, o trabalho, em uma condição, tem que gerar valor e em outra condição deve conservar ou transferir valor [...]”. A dualidade do trabalho ou caráter duplo do trabalho diz respeito ao trabalho concreto ou trabalho produtivo e útil, produtor de valor de uso, e ao trabalho humano em geral, trabalho abstrato, gerador de valor.

O trabalhador conserva ou transfere tempo de trabalho e, portanto, valor, de um produto para outro ou, melhor dizendo, dos meios de produção para o produto final, trabalhando de forma útil, ou seja, através de seu trabalho produtivo orientado a um fim. Ao trabalhar de forma útil ou despender suas energias físicas e intelectuais no trabalho concreto, o trabalhador transforma a forma natural dos valores de uso dos meios de produção, transformando-os em novos valores de uso. Por outro lado, o trabalho humano em geral, por seu caráter abstrato, por representar todos os trabalhos específicos, acrescenta valor novo ao material. O trabalho

abstrato, como síntese de todos os trabalhos humanos, acrescenta uma certa quantidade de valor devido a sua duração ou por ter durado determinado tempo.

É oportuno ressaltar, conforme Marx, que o trabalho que produz valor de uso, no processo de trabalho, é totalmente distinto do trabalho constituidor de valor. No primeiro caso, temos um trabalho orientado a um fim, a produzir um determinado produto. Neste caso, o que vale é a sua qualidade. No segundo caso, temos o trabalho que gera valor, aqui temos o trabalho em geral, a soma de todos os trabalhos que compõem o produto final. Neste caso, o que vale é a quantidade de trabalho e não sua qualidade. Em outras palavras, o trabalho constituidor de valor e de mais-valia é o trabalho abstrato, e vale enquanto sua quantidade, em que foi cristalizado na produção de um valor de uso. Neste sentido, a força de trabalho, no processo produtivo, cumpre uma dupla função. Ela transfere valor das mercadorias (matéria-prima e meios de trabalho) para o produto novo, ao passo que acrescenta valor novo nesse produto. Cabe, então, analisar o caráter desse trabalho que produz mais-valia e valoriza o capital. É o que se pretende fazer na seção seguinte.

3.3 Trabalho produtivo e improdutivo no modo de produção capitalista

Linhas acima afirmamos, na esteira de Marx, que o trabalho produtivo é uma atividade, essencialmente humana, que transforma a natureza segundo uma finalidade previamente determinada, utilizando-se de meios de trabalho sobre os objetos de trabalho, tendo como resultado um produto final. Trabalho produtivo, nessa perspectiva, é aquele que produz valores de uso, seja para a subsistência do trabalhador e da sociedade de forma geral, seja para ser utilizado como meios de trabalho.

No entanto, Marx advertiu, quando tratou dessa categoria de trabalho produtivo no Capítulo V do Livro primeiro de *O Capital*, que tal definição é insuficiente para fazer a crítica do modo capitalista de produção. É justamente esse aspecto que ele volta a tematizar no Capítulo XIV do mesmo livro de *O Capital*, isto é, compreender o caráter do trabalho produtivo nas sociedades hegemônicas por tal modo de produção.

Para Marx (1984, p. 105) “[...] na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam”. Nas sociedades precedentes ao modo de produção capitalista, o trabalhador efetuava toda ou quase a totalidade das operações necessárias para a produção de um valor de uso. Deste modo, o trabalhador reunia “todas as funções que mais tarde se separam”, ou seja, ele idealiza,

antecipadamente, todo o processo, ao passo que o próprio trabalhador executa. Porém, em seguida, quando inicia-se o processo de hegemonização do capital, através da manufatura finalizando com a grande indústria, o pensar ou a idealização do processo de trabalho se separa da execução. Nesse caso, o capital busca retirar o máximo da atividade criadora do trabalho, separando o seu planejamento da sua ação.

Dessa forma, em um primeiro momento, o trabalhador, diz Marx (1984, p. 105), na “[...] apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, controla a si mesmo”, porém, “mais tarde ele será controlado”. A apropriação dos valores de uso, assim como sua produção, se dava de forma individual ou no âmbito familiar e não de forma coletiva, como ocorre no modo de produção capitalista. Por isso, o trabalhador produzia visando as suas necessidades imediatas e não à troca, essa ocorria de forma ocasional. Nessa produção e apropriação individual, o trabalhador “controla a si mesmo”, ou seja, ele tem o domínio de todas as tarefas, desde o planejamento inicial, passando pelo processo de trabalho, chegando ao produto. No entanto, alerta Marx (1984, p. 105), “Mais tarde ele”, o trabalhador, “será controlado”, ou seja, quando da implementação da manufatura, seguida pela grande indústria, o trabalhador perde o controle do seu trabalho, sendo controlado pelos meios de produção, os quais são de propriedades privadas do capitalista. Com a introdução da maquinaria, como já mencionamos na seção anterior, os meios de produção passam a controlar a atividade do trabalhador.

Dessa forma, acrescenta Marx (1984, p. 105), “O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligadas, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual”. Porém, posteriormente, eles “separam-se até se oporem como inimigos”, isto é, o trabalho intelectual separa-se do trabalho manual e, além disso, o primeiro passa a controlar o segundo, transformando-se em inimigos. Segundo Marx, no modo de produção especificamente capitalista,

o produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções (MARX, 1984, p. 105).

Com a grande indústria e a implementação do modo de produção capitalista, o produto, que anteriormente era apropriado de forma individual pelo seu produtor direto, se

transforma agora em um produto social, isto é, um resultado de vários trabalhadores sobre os quais exercem suas atividades de forma cooperativa, dentro de um mesmo espaço de trabalho ou separadamente, mas com um nível de planejamento e controle do capital. Marx denomina esses produtores que exercem suas atividades de forma coletiva, através da cooperação, de *trabalhador coletivo* e, por sua vez, o seu trabalho de *trabalho coletivo*. Para Marx (1983a, p. 259 – grifos nosso), a “[...] forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se *cooperação*”. Não se trata apenas de uma pessoa que executa todas as tarefas para a produção de um meio de subsistência ou meio de produção, como ocorria antes, mas um conjunto de pessoas que, trabalhando coletivamente, sob controle e planejamento do capitalista, tem como resultado um produto social, fruto de vários trabalhadores atuando coletivamente. Esse trabalhador coletivo pode se encontrar “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”, isto é, não precisa necessariamente estar diretamente inserido no processo de manipulação do objeto de trabalho, basta que ele seja parte do trabalhador coletivo. Com isso, Marx amplia o conceito de trabalho e de trabalhador produtivo. Para trabalhar de forma produtiva, “já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra”, visto que “basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções”.

Nessa perspectiva, o trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, diz respeito ao trabalho executado de forma coletiva ou cooperativa, mesmo que a apropriação do produto desses trabalhos ocorra de forma individual ou, dito de outra forma, o resultado do trabalho é social e a sua apropriação é individual. Dessa maneira, trabalhador produtivo não diz respeito somente àqueles trabalhadores que estão diretamente em contato com os meios de produção, ou seja, o trabalho manual, mas todos os trabalhadores que, de alguma forma, exercendo alguma subfunção, estão produzindo o capital. Porém, ressalta Marx (1984, p. 105),

[...] A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.

No tipo de sociedade atual, ou seja, na sociedade produtora de mercadorias, portanto, para ser trabalhador produtivo, o indivíduo deve, necessariamente, fazer parte de um trabalhador coletivo. Se tomar os seus membros individualmente, fora da coletividade do processo de trabalho, essa definição de trabalho produtivo já não é mais válida. É importante ressaltar que, com essa ampliação do conceito de trabalho produtivo efetuado por Marx, se

introduz também um conjunto de trabalhadores que estão mais perto ou mais longe do processo de trabalho propriamente dito. Isso implica que podemos dividir os trabalhadores produtivos em dois grupos. Primeiro aquele que está mais perto dos meios de trabalho, executando uma de suas subfunções, ou trabalho manual propriamente dito. Segundo, aqueles trabalhadores que se encontram mais distantes dos meios de produção, mas que fazem parte do trabalhador coletivo, ou seja, executa alguma função do processo de trabalho, porém não está diretamente relacionado à produção dos valores de uso (engenheiros, diretores, supervisores, vigilantes, coordenadores, entre outros). Este grupo de trabalhadores, conforme a análise de Marx, é importante para o processo de valorização do capital, sem o qual os primeiros não poderiam efetuar suas atividades.

Todavia, ao mesmo tempo que Marx amplia o conceito de trabalhador produtivo, sobre os quais precisam agora fazer parte dos trabalhadores que exercem suas atividades de forma planejada, um ao lado do outro, ou seja, coletivamente, ele restringe o seu conceito. Na primeira acepção de trabalhador produtivo, que Marx analisou no capítulo V, conforme aludimos linhas acima, esse trabalhador estava diretamente relacionado tão e somente com a produção de valores de uso. Porém, como vimos, para ser trabalhador produtivo, no capitalismo, ele deve pertencer ao conjunto dos trabalhadores coletivos. Mas não somente isso, ou seja, não basta trabalhar coletivamente de forma cooperada, não basta apenas produzir mercadoria, ele tem que produzir fundamentalmente *mais-valia*, assim, afirma Marx,

por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de *mais-valia*. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir *mais-valia*. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à *autovalorização* do capital. [...]. (MARX, 1984, p. 105 – grifos nosso).

Marx *amplia* o conceito de trabalhador produtivo ao retirar o caráter individual da produção, como ocorria nas formas de sociedade anteriores ao capitalismo, compreendendo os trabalhadores produzindo de forma coletiva. Por outro lado, *restringe* ao afirmar que o trabalho produtivo e o trabalhador produtivo são somente aqueles que produzem *mais-valia* ou *valorizam o capital*. Com isso, portanto, *trabalhador produtivo é aquele que atua de forma coletiva ou cooperada, visando à produção de mais-valia*. Tal definição de trabalho produtivo, afirma Marx (1984, p. 106),

[...] não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital [...].

Na primeira acepção de trabalhador produtivo este produzia visando um produto, um meio de subsistência para suprir suas necessidades, agora essa relação é modificada, ou seja, surge uma “relação de produção especificamente social”, em que a relação anterior entre o trabalhador e seu produto é suplantada, na qual o trabalhador agora é apenas um *meio direto* para a produção de mais-valia e, portanto, uma maneira de valorização e expansão do capital, independentemente da forma de produção deste capital. Por isso, afirma Marx (1984, pp. 105-106).

[...] Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação [...]

Marx, portanto, chama a atenção no sentido de que a produção de *mais-valia* ou a *valorização* do capital pode ocorrer tanto numa empresa, na *esfera da produção material*, como numa *escola*. Em ambos os casos, se o objetivo for a valorização do capital, os seus trabalhadores, o trabalhador fabril e o professor da escola, são considerados trabalhadores produtivos, ou seja, ambos produzem *mais-valia* e *valorizam* o capital. Dessa forma, todas as atividades que estão relacionadas diretamente com a produção de *mais-valia* e, por sua vez, de aumento de capital, são consideradas, pela teoria marxiana, *trabalho produtivo*.

Ser trabalhador produtivo, no modo de produção capitalista, conforme Marx, “não é, portanto, sorte, mas azar”, ou seja, o trabalhador produtivo agora é controlado, aquela junção que havia inicialmente entre o seu corpo e o seu cérebro, entre o pensar e a execução, entre o seu trabalho manual e o intelectual, agora é desfeito. Ele, digamos assim, é um escravo da máquina, ou do processo de produção de mais-valia. Além disso, o trabalhador produtivo é produtor de riqueza alheia, enriquece o possuidor de dinheiro, o dono do capital, ao passo que empobrece no instante que produz a riqueza para outro e não para si. Assim, para Marx (2004, p. 109 – grifos do autor), é “produtivo o trabalhador que executa um *trabalho produtivo* e é *produtivo* o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital”.

Segundo Marx (2004, p.115), o que caracteriza o valor de uso específico desse trabalho produtivo, no processo de produção de capital, “[...] não é seu caráter útil determinado, nem tampouco as qualidades úteis particulares do produto em que se objetiva, mas o seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia)”. Não importa, portanto, se o produto do trabalho produtivo seja um artigo material, produzido por determinado trabalho específico na “esfera da produção material”, dotado de qualidades físicas, químicas e biológicas, ou simplesmente se o seu resultado seja apenas uma objetivação humana como, por exemplo, um

serviço educacional, como ocorre no ensino, em que o resultado imediato do trabalho produtivo do mestre-escola é uma aula, não sendo cristalizado trabalho em sua forma de produto material. Em ambos os casos, o seu objetivo e, por sua vez, o seu caráter é de “elemento criador de valor de troca (mais-valia)”.

Por isso, é importante ressaltar que, conforme Marx, a produção de mais-valia e, portanto, de valorização de capital, tanto pode ocorrer na esfera da produção de bens materiais, ou seja, na “esfera da produção material”, como fora dessa esfera de produção, numa escola, por exemplo, em que o capitalista compra no mercado as mercadorias necessárias e indispensáveis para a valorização do seu capital. Neste caso, o proprietário do capital compra os meios de produção (prédio, materiais auxiliares, etc.) e força de trabalho - o professor e os demais trabalhadores que compõem, dentro da escola, os trabalhadores coletivos- buscando a produção de mais-valia e, por conseguinte, o aumento do seu capital. Com isso, o capitalista faz uso produtivamente dos valores de uso dessas mercadorias (meios de produção e força de trabalho) visando à produção de mais-valia e, portanto, de valorização do capital. O seu objetivo, então, não é produzir apenas um valor de uso, ou, no caso, oferecer um serviço na forma de aula, mas a obtenção de um valor de troca, uma mais-valia. O produto que ele oferece, o serviço educacional, é apenas um meio de valorizar o seu capital.

Em *O Capital*, Volume IV, nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx acrescenta a essa definição de trabalho produtivo, o trabalhador assalariado ou a força de trabalho que, além de reproduzir seu próprio valor, na forma de salário correspondente ao valor dos meios de subsistência, ainda produz uma *mais-valia* para o capitalista. Nesse caso, de acordo com Marx, todas as atividades humanas, no contexto do modo de produção do capital, que produz *mais-valia* são trabalhadores produtivos e, por sua vez, *trabalhadores assalariados*. Para nosso autor, portanto, do ponto de vista do capital, ou seja, da produtividade relativa do trabalho, todas essas atividades humanas que produzem mais-valia, sejam elas relacionadas com a esfera da produção material, sejam relacionadas às outras esferas, como educação, serviços ou outra atividade qualquer, são consideradas trabalhos produtivos.

A produtividade no sentido capitalista baseia-se na produtividade relativa; então, o trabalhador não só repõe um valor precedente, mas também cria um novo; materializa sem seu produto mais tempo de trabalho que o materializado no produto que o mantém vivo como trabalhador. Dessa espécie de trabalho assalariado produtivo depende a existência do capital. (MARX, 1980, p. 133)

Todavia, é oportuno ressaltar que nem todos os trabalhadores assalariados são trabalhadores produtivos, mas o contrário é verdadeiro, ou seja, todo trabalhador produtivo para o capital é trabalhador assalariado. Como vimos, somente é produtivo o trabalhador que vende

sua força de trabalho em troca de um salário e, por ter alienado sua capacidade de trabalho, produz um valor maior do que o seu próprio. Com isso, também nas *Teorias da mais-valia*, Marx aponta aqueles trabalhadores assalariados que não produzem mais-valia e, portanto, não valorizam o capital. Esses trabalhadores, embora desempenhem uma atividade importante para a sociedade, não estão posicionados na esfera da produção e valorização do capital. Marx denomina esses trabalhadores assalariados de *Trabalhadores Improdutivos*. É importante ressaltar, mais uma vez, que estamos levando em consideração a produtividade relativa, ou seja, o ponto de vista do capital.

Para Marx, *trabalho produtivo* é aquele que se troca imediatamente por capital e, por sua vez, o *trabalho improdutivo* é aquele que não se troca por capital, mas diretamente por *renda*. Voltando ao Volume I de *O Capital*, mais especificamente no Capítulo XXII, Marx (1984, p. 172) assinala que a *mais-valia* produzida pelo trabalho produtivo e, por conseguinte, pelo trabalhador produtivo, pode ser apropriada pelo capitalista individual de duas formas distintas: “[...] Parte da mais-valia é consumida pelo capitalista como renda, parte é aplicada como capital ou acumulada”. Em consequência, parte da *renda* do capitalista é apropriada para uso pessoal e a outra parte é consumida por outros capitalistas ou pelo Estado, conforme Marx (1984, p. 151): “[...] A mais-valia divide-se, portanto, em diferentes partes. Suas frações cabem a categorias diferentes de pessoas e recebem formas diferentes, independentes umas das outras, tais como lucro, juro, ganho comercial, renda da terra etc.” No Volume III de *O Capital*, Marx analisa essa forma de redistribuição da mais-valia na forma de renda por outros capitalistas. O importante a ser ressaltado, por enquanto, é que os trabalhadores improdutivos não produzem capital, apenas consomem a renda, seja do capitalista individual, o qual aplicou seu capital para produzir mais capital, seja dos demais capitalistas ou pelo próprio Estado, que também se apropria de parte da renda do capitalista individual através dos tributos.

Segundo Marx (1980, p. 137), o que diferencia trabalho produtivo do trabalho improdutivo “[...] não decorre da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que se realiza [...]”. Em outros termos, o que diferencia um trabalho do outro, é a função social que ambos cumprem no processo de produção e reprodução do capital. O trabalho produtivo produz capital, isto é, produz mais-valia através do trabalho excedente ou do mais-trabalho, enquanto o trabalho improdutivo apenas consome renda, não produz, portanto, riqueza na forma de capital para o seu proprietário. Por isso, o que diferencia *trabalho produtivo* de *trabalho improdutivo* é a posição que ambos assumem no processo de produção de mais-valia. Assim, por exemplo, uma pessoa pode inclusive produzir valores de

uso, se relacionar diretamente com a transformação da natureza, porém não valorizar o capital e, portanto, a sua atividade não é considerada trabalho produtivo, conforme aponta Marx (1980, p. 137).

[...] um ator, por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhes valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro troca-se por capital, o do segundo, por renda. O primeiro trabalho gera mais-valia; no segundo, consome-se renda.

Com isso, podemos afirmar, portanto, que a atividade de um professor ou mestre-escola de uma instituição de ensino privada, tanto superior, quanto da educação básica, é *trabalho produtivo* na medida em que gera mais-valia e valoriza o capital do proprietário da instituição de ensino. Enquanto, a atividade de um pedreiro, por exemplo, que é contratado por um capitalista individual para realizar algum serviço de construção na sua própria residência, é um *trabalho improdutivo*. No primeiro caso, não houve a transformação da matéria natural, mas gerou mais-valia, aumentando o capital do capitalista; no segundo caso, houve a transformação da matéria natural e, portanto, a produção de um valor de uso, mas não gerou mais-valia, apenas consumiu a renda do capitalista, diminuindo o seu capital. Marx denomina o primeiro trabalho de consumo produtivo da força de trabalho e, por sua vez, o segundo caso, de consumo individual ou consumo imediato de um serviço.

Ao referir-se à atividade humana que não se materializa em nenhum objeto, como é o caso dos serviços, Marx assevera justamente essa possibilidade de haver produção de mais-valia durante o seu consumo, sem a produção de valor de uso ou de um produto material. Em contrapartida pode haver produção de valor de uso, cristalização de trabalho em um objeto, e não haver produção de mais-valia.

Por conseguinte, se por um lado parte do chamado trabalho improdutivo se corporifica em valores de uso materiais que poderiam também ser mercadorias (vendáveis), por outro lado, parte dos meros serviços que não assumem forma objetiva – *não adquirem a existência de coisa separada dos prestadores de serviços* e não entram numa mercadoria como componente do valor - pode ser comprada por capital (pelo comprador *imediato* do trabalho), repor o próprio salário e dar um lucro. Em suma, parte da produção desses serviços pode subordinar-se ao capital, do mesmo modo que parte do trabalho que se corporifica em coisas úteis se compra diretamente por renda e não se subordina à produção capitalista. (MARX, 1980, p. 146 – grifos nossos)

Se compararmos a educação privada com a esfera dos serviços no processo de valorização de capital, encontraremos certas semelhanças, pois ambas não cristalizam trabalhos em nenhum objeto particular, ou seja, os seus produtos “*não adquirem a existência de coisa separada dos prestadores de serviços*”. Todavia, elas produzem mais-valia, portanto, valorizam

o capital, imediatamente durante o seu processo de utilização, ou, melhor dizendo, durante o seu uso produtivo.

Ressaltamos, mais uma vez, que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, nada diz respeito ao resultado dos seus trabalhos, ou seja, se houve incorporação de trabalho em algum produto de boa ou má qualidade, se produziu diretamente capital, ou se transformou a matéria natural em valores de uso, mas da sua forma social específica, enquanto produtor de mais-valia e valorização de capital. Conforme Marx,

em si mesma, a destinação material do trabalho – e em consequência do produto – nada tem a ver com essa distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Por exemplo, os cozinheiros e os garçons de um hotel são trabalhadores produtivos, porquanto seu trabalho se converte em capital para o dono do hotel. Essas mesmas pessoas no papel de criados são trabalhadores improdutivos, porquanto, ao invés de fazer capital com seus serviços, neles gastam renda. Mas, de fato, também essas pessoas no hotel são para mim, na qualidade de consumidor, trabalhadores improdutivos. (MARX, 1980, p. 138)

É importante uma observação acerca do salário dos trabalhadores improdutivos. Conforme ressaltado por Marx, a forma de definição dos seus salários é estabelecida analogamente ao salário dos trabalhadores produtivos, ou seja, pelo valor dos meios de subsistências necessários para sua manutenção. Ambos, apesar de ocuparem posições diferentes frente ao capital, são explorados pelos possuidores de dinheiro.

Ressaltaremos, porém, que se olharmos esse processo particular de valorização do capital, de fato não há diferença entre aplicar seu dinheiro na “esfera da produção material” ou numa escola. Em ambos os casos, o capitalista aplica seu dinheiro inicial (D), na forma de capital, na compra dos meios de produção e da força de trabalho, objetivando, no final do processo, retirar um valor maior do que ele aplicou inicialmente (D’). Isso, mais uma vez, ocorre tanto na produção material, quanto numa instituição de ensino privada, conforme demonstraremos no último capítulo. Todavia, no caso do capital aplicado numa escola particular, se olharmos esse processo do ponto de vista das etapas de produção, desde a compra, passando pelo processo produtivo de mais-valia, até a venda do seu produto, no caso a aula, ocorre uma modificação neste processo, a qual se diferencia da “esfera da produção material”. Apenas para ressaltar um aspecto, pois analisaremos tais modificações no último capítulo, no caso de uma instituição particular de ensino, cujo capital será aplicado visando a sua valorização, entre os meios de produção, o capitalista não compra a matéria-prima, ou seja, os alunos.

O importante a ser ressaltado aqui é que a escola, ou o processo educativo, pode ser utilizado para a valorização do capital. A instituição de ensino privada, nesse sentido, passa a

ser, também, uma esfera de produção de mais-valia, e, portanto, ela pode estar a serviço de valorização do capital. Dessa forma, o mestre-escola ou o professor, é também considerado, de acordo com Marx (2004, p. 115), um trabalhador produtivo, ou seja, valoriza e reproduz o capital: “[...] um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica conhecimento (*Knowledge mongering institution. Ing.*) é um trabalhador produtivo. [...]”.

Nesse sentido, um professor de uma instituição de ensino público, que exerce uma atividade remunerada, portanto, é um assalariado, mas como ele recebe seu salário do Estado, o qual em grande parte adquiriu dinheiro através dos impostos sobre a renda do capitalista produtivo²⁵, ele é considerado um trabalhador improdutivo. Todavia, o mesmo trabalhador, por exemplo, que trabalha também em uma instituição de ensino privada, produzindo capital para seu proprietário, é considerado um trabalhador produtivo. Conforme Marx (1980, p. 144), “[...] O mesmo trabalho pode ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, ou improdutivo, se o compro na função de consumidor, de quem despende renda, para consumir seu valor de uso [...]”. Com isso, podemos generalizar, então, que todos os assalariados que recebem seus salários oriundos da forma de renda, seja do capitalista individual, seja do Estado, são considerados, na análise de Marx, trabalhadores improdutivos, tais como funcionários públicos, empregados domésticos, padres, advogados particulares, entre outros. Por outro lado, todos os trabalhadores assalariados que recebem seu salário na forma de capital, é trabalhador produtivo.

Apontamos que o trabalho do professor de uma instituição educacional que vende ensino, produz mais-valia, portanto, valoriza o capital do capitalista do ensino. No último capítulo voltaremos abordar esta temática, buscando apontar como a valorização de capital ocorre na perspectiva, agora, da instituição de ensino e do proprietário do capital.

²⁵ Vale enfatizar que a renda não é o único meio pelo qual o Estado arrecada dinheiro para pagar suas despesas. O Estado, por exemplo, pode assumir, também, parte do processo produtivo capitalista, portanto, produzir e se apropriar de mais-valia, através de empresas estatais que atuam no setor de produção buscando valorizar seu capital.

4 TRABALHO E EDUCAÇÃO: DA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA À PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA

Analisamos, até o momento, o trabalho e a educação como elementos subsumidos à lógica de expansão do capital, com exceção do trabalho, pois na seção 2.1, analisamos o trabalho em seus aspectos gerais, mas não aprofundamos o estudo das suas categorias principais, o que faremos logo adiante. Desse modo, procuraremos destacar, nessa seção, a concepção de trabalho e educação numa perspectiva ontológica, ou seja, buscaremos estabelecer, à luz da teoria marxiana, a gênese e a função social que essas duas práxis exercem no processo de reprodução social. Para tanto, utilizaremos as contribuições do filósofo Húngaro György Lukács, especialmente a sua obra *Para Uma Ontologia do Ser Social II*. Ressaltaremos, contudo, que não é objeto desse estudo fazer uma análise detalhada da Ontologia Lukacsiana, mas trazer as contribuições do filósofo húngaro na compreensão do complexo do trabalho e da educação.

No campo da ontologia marxista, sobretudo na literatura brasileira que faz uma análise da obra de Marx à luz da ontologia lukacsiana, o trabalho e a educação são apresentados como formas de ser ontologicamente distintos, ou seja, o objeto e a função social que ambos os complexos exercem na reprodução social são diferentes. Buscaremos, então, analisar essa problemática, num primeiro momento, metodologicamente, de forma separada, a gênese e a função social do trabalho e a educação e, em seguida, o trabalho e a educação como processo de produção de mais-valia e expansão do capital.

4.1 Trabalho: Posições teleológicas primárias

Lukács realizou exaustivamente a análise do trabalho em sua obra *Para Uma Ontologia do Ser Social II*. Assim como Marx fez metodologicamente na análise de *O Capital*, o qual abstraiu as determinações fenomênicas da mercadoria, para alcançar a categoria do valor, Lukács fez com a análise do trabalho. Ele, portanto, analisou o trabalho abstraído das determinações sociais, ou seja, o isolou das demais práxis sociais, analisando com detalhe e nos pormenores suas determinações, seu desenvolvimento e as conexões dos seus elementos internos. Nessa perspectiva, afirma Lukács (2013, p. 42), é necessário primeiramente “[...] decompor, pela via analítico-abstrativa, o novo complexo do ser [...]”. Ao decompor analiticamente esse novo complexo do ser, ele volta a analisar o trabalho no âmbito da

reprodução social, “[...] então, a partir desse fundamento, retornar (ou avançar rumo) ao complexo do ser social, não somente enquanto dado e, portanto, simplesmente representado, mas agora também compreendido na sua totalidade social [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 42).

O ser social, o indivíduo que vive e se reproduz apenas e somente socialmente, surgiu a partir de outras esferas de ser precedentes: o ser inorgânico e o ser orgânico. O ser inorgânico é caracterizado pela reprodução do outro. Um mineral sempre se transformara em outro mineral. O ser orgânico, por sua vez, caracteriza-se pela reprodução do mesmo, pela sua reprodução biológica (espontaneamente), se reproduzindo a partir das legalidades herdadas do seu código genético. A sua atividade fundamental ou a “divisão do trabalho” é fixada essencialmente biologicamente ou por imitação dos adultos e não socialmente.

A transição ou a passagem de um ser a outro, ou seja, do ser inorgânico para o orgânico e deste para o ser social, é caracterizada por Lukács como salto ontológico que se desenvolveu ao longo de centenas ou milhares de anos. Todo salto implica em uma mudança substancial, tanto qualitativa quanto quantitativamente em relação às esferas de ser superiores. Além disso, estas esferas de ser, após o salto, não se desenvolvem a partir das esferas de ser inferior de forma contínua e retilínea, tal desenvolvimento é constituído de avanços, recuos, descontinuidades e continuidades. Com isso, ressalta Lukács (2013, p. 46), “[...] a essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita e gradativa, no tempo, da nova forma de ser [...]”. Além disso, o novo ser, inclusive o ser social, sempre manterá uma relação de dependência ontológica com o ser que deu origem, ou seja, com o ser orgânico. Porém, esse novo ser, terá sua própria legalidade, responderá por novas situações dentro da totalidade social e, por isso, sempre manterá uma relação de independência relativa em relação ao ser fundante.

Lukács (2013) defende que para compreendermos adequadamente o ser social, em termos ontológicos, as suas categorias específicas, o seu desenvolvimento e articulação a partir das formas de ser precedentes (inorgânico e orgânico), assim como sua articulação com essas esferas de ser, é necessário a análise da atividade humana que possibilitou o salto ontológico da esfera orgânica para a esfera social: *o trabalho*. Dessa forma, segundo o autor, o trabalho funda, ontologicamente, a esfera do ser social, sem se esgotar nele. Por isso, ele parte justamente da análise do trabalho, das suas categorias fundamentais, buscando, com isso, expor adequadamente a especificidade e a função social do ser que vive e se reproduz socialmente a partir das relações estabelecidas em sociedade.

A análise do trabalho, realizada por Lukács, aponta duas características importantes e fundamentais para a elucidação do ser social. Em primeiro lugar, o trabalho possibilitou o

salto ontológico da esfera biológica, do ser que se reproduz biológica e espontaneamente, para a esfera do ser social, o ser que tem sua legalidade reprodutiva na esfera da sociedade. Obviamente que o ser social não eliminou o seu caráter biológico, ou seja, ele continua se reproduzindo biologicamente, mas a sua essência se dá na reprodução social e não na reprodução biológica, como ocorre na esfera do ser orgânico. Para Lukács (2013, p. 44),

[...] Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. [...].

O trabalho, portanto, é atividade humana que medeia a relação do indivíduo (sociedade) com a natureza. É a partir do trabalho que o homem produz seus meios de subsistência ao transformar a matéria natural em valores de uso, em produtos adequados a sua sobrevivência em sociedade. Essa transformação da matéria natural, pelo homem, ocorre invariavelmente em todas as formas de reprodução social. A sua forma e a maneira de organização dos indivíduos, contudo, varia de acordo com o tempo e o espaço, tomando formas específicas ao longo de milhares de anos.

Em segundo lugar, o trabalho serve de modelo, com as devidas mediações, para as demais práxis sociais, as quais surgiram a partir dele e têm como função, em última instância, responder às exigências do próprio trabalho. Conforme Lukács (2013, p. 44), no trabalho, “[...] estão contidas *in nuce* todas as determinações que, comoveremos, constituem a essência do novo no ser social [...]”.

Diferentemente dos animais, da esfera orgânica, que se reproduzem apenas espontaneamente, cuja organização e “divisão para o trabalho” são fixadas biologicamente, sem qualquer possibilidade de ultrapassar essa ancoragem biológica ou imitação dos adultos, o ser social é caracterizado pela sua reprodução social, ou seja, apenas se reproduz em sociedade, tendo o trabalho como sua categoria fundante.

Para Lukács (2013), o que caracteriza a especificidade do trabalho é a transformação da matéria natural, pelo indivíduo, para a satisfação das suas necessidades, isto é, da transformação da natureza em valores de uso a partir de um fim previamente estabelecido. Essa finalidade estabelecida antecipadamente, na mente do indivíduo, é denominada por Lukács de *pôr teleológico*. Conforme aponta Lukács, em seu texto *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*,

o trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais. [...]. Ao contrário da causalidade, que representa a lei

espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr - posição sempre realizada por uma consciência - que, embora guiando-as em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais.

Todo processo que envolve uma teleologia resulta em um “[...] pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fim [...]”. É importante ressaltar que o pôr teleológico, ou a ideia-prévia, não implica em qualquer pensamento ou ideia por parte do indivíduo, mas justamente aquela ideia ou o pensamento prévio que resulta em uma ação segundo uma finalidade antecipada conscientemente, que busca, através de uma atividade, transformar a causalidade em causalidade posta. Por isso, afirma Lukács (2013, p. 48),

“[...] Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar à consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico.

Desse modo, o *pôr teleológico*, segundo Lukács, tem duas características fundamentais. Em primeiro lugar, todo *pôr teleológico* tem um caráter de finalidade, ou seja, uma ideia voltada para um fim; em segundo lugar, todo *pôr teleológico* requer uma consciência, ou seja, um autor consciente. Dessa forma, o *pôr teleológico* limita-se ao trabalho ou às demais práxis humanas. Isso resulta, por seu turno, em que os pores teleológicos só podem ser realizados por indivíduos singulares. Autores importantes, argumenta Lukács, já haviam concebido o caráter teleológico do trabalho, como Aristóteles e Hegel. Todavia, ambos elevaram o caráter teleológico a uma esfera cosmológica universal, ou seja, para além dos indivíduos singulares. Aristóteles, concebeu o pôr teleológico da natureza e, por sua vez, Hegel, estabeleceu a teleologia da História. De acordo com Lukács, foi somente o materialismo dialético, formulado corretamente por Marx, com a colaboração de Engels, por conseguinte, que demonstrou, de forma incisiva, que o trabalho é a única forma em que se encontra pores teleológicos como momento real da realidade material.

[...] Antes de qualquer outra coisa, a característica real decisiva da teleologia, isto é, o fato de que ela só pode adquirir realidade enquanto pôr, recebe um fundamento simples, óbvio, real: nem é preciso repetir Marx para entender que qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de tal pôr, que determina o processo em todas as suas etapas. Essa maneira de ser do trabalho sem dúvida também foi claramente compreendida por Aristóteles e Hegel; mas, na medida em que tentaram interpretar de maneira igualmente teleológica o mundo orgânico e o curso da história, viram-se obrigados a imaginar a presença, neles, de um sujeito responsável por esse pôr necessário (em Hegel, o espírito universal), resultando disso que a realidade acabava por transformar-se inevitavelmente num mito (2013, p. 51).

Porém, ressalta Lukács, ao restringir a teleologia ao trabalho, ou seja, aos sujeitos singulares nas suas práxis, de modo algum Marx restringiu o seu significado, pois

[...] pelo contrário, ele aumenta, já que é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico [...] (2013, p. 52).

Por isso, ressalta Lukács, só é correto afirmar racionalmente a existência do ser social se se concebe que sua gênese e a diferenciação da sua própria base biológica e o seu tornar-se autônomo, em relação às demais esferas de ser, apenas a partir do trabalho, ou seja, “na contínua realização de pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 52). Essa característica do trabalho, ou seja, a sucessiva efetivação de pores teleológicos, implica, por sua vez, na materialização de um projeto ideal, isto é, “[...] o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo qualitativamente e radicalmente novo [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 53).

Dessa forma, os pores teleológicos dos indivíduos singulares ocorrem sobre a matéria natural, sobre uma causalidade. Segundo Lukács (2013, p. 48), a causalidade “[...] é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter, mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência [...]”. A causalidade, portanto, mesmo após ser modificada a partir de um ato consciente, a partir do trabalho, não perde suas propriedades internas, a única mudança, em termos ontológicos, da causalidade, após o pôr do fim, é que ela se transforma de uma *causalidade dada* para uma *causalidade posta*.

O trabalho, dessa forma, opera uma síntese da teleologia e causalidade, ou seja, transforma a matéria natural, objetivando numa outra matéria algo novo, transformado, sem, contudo, modificar a sua essência interna, preservando sua legalidade. Com isso, defende Lukács (2013), na esfera da natureza biológica só ocorre causalidade e determinismo, não opera nenhuma consciência que põe um fim ou pores teleológicos.

Nesse sentido, diferentemente dos demais seres (ser inorgânico e orgânico), o ser social, através do trabalho, produz incessantemente o novo. A transformação da causalidade, através de uma atividade pensada idealmente de acordo com o fim estabelecido antecipadamente, na forma de uma ideia prévia, implica sempre na produção do novo, de um novo produto, da transformação da causalidade dada em uma causalidade posta conscientemente. Segundo Lukács, é justamente a produção incessante do novo que diferencia o ser social das demais esferas de ser. Pois, como vimos linhas acima, o ser inorgânico se

caracteriza pela sua transformação em outro; o ser orgânico pela transformação do mesmo, ou seja, uma goiabeira sempre reproduz outra goiabeira, um animal sempre se transforma no mesmo animal; porém o ser social, através da sua atividade transformadora, a partir dos pores teleológicos, sempre produz novas ferramentas, novos objetos e novas situações.

Na produção do novo, conforme Lukács, o pôr de um fim tem um duplo aspecto: primeiro, sempre surge de uma necessidade social; segundo, o seu objetivo é justamente a satisfação dessa necessidade. Por isso, é fundamental o conhecimento e, por conseguinte, a investigação dos meios, da matéria natural, para atingir a finalidade prevista inicialmente de forma ideal. Caso contrário, o pôr de um fim permanece apenas uma ideia inacabada, sem sua materialização, porém, ressalta Lukács, em cada atividade singular de trabalho, os fins regulam e determinam o meio, isto é, os instrumentos e objetos de trabalho são postos em função das finalidades.

Dessa forma, podemos analisar aquela importante passagem de Marx, no Capítulo V do Livro primeiro de *O Capital*, em que ao comparar a atividade de alguns animais, os quais se reproduzem apenas biologicamente (espontaneamente), como é o caso do tecelão e da abelha, com a atividade do arquiteto, o filósofo alemão afirma

[...]mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente [...] (MARX, 1983a, pp. 149-150).

Nessa perspectiva, o trabalho consiste em uma atividade em que o seu resultado final, na forma de um produto ou valor de uso, já exista idealmente, na consciência do indivíduo, antes de ser executado, porém, para que ele consiga atingir a finalidade esperada, não basta apenas a transformação da matéria natural, ele tem que imprimir nessa matéria natural a sua finalidade, a qual orientará toda a sua ação. Nessa perspectiva, afirma Marx,

Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1983a, p. 150).

Dessa forma, ao realizar/efetivar um pôr teleológico, ao transformar a matéria natural, a partir de uma finalidade prevista antecipadamente e idealmente, o homem subordina a forma de organização da sua atividade e os meios para sua efetivação de acordo com os fins. Por isso, afirma Lukács, no pôr de uma finalidade é fundamental que se conheça adequadamente

os *meios de trabalhos* - suas ferramentas e instrumentos, suas propriedades naturais (físicas, químicas e biológicas) - assim como o objeto de trabalho (a matéria natural). Nesse sentido, faz-se necessário o conhecimento mais adequado da realidade ou, conforme o próprio autor, é fundamental e imprescindível “o espelhamento mais exato possível da realidade considerada” (LUKÁCS, 2013, p. 64). Esse conhecimento da realidade, a partir do seu reflexo pela consciência, ou seja, o conhecimento adequado dos instrumentos, das máquinas, ferramentas e dos objetos de trabalho, possibilita a realização dos pores teleológicos na direção dos fins inicialmente idealizados.

Todavia, ressalta Lukács, o reflexo da realidade pela consciência tem uma natureza contraditória. Por um lado, ele é o oposto de qualquer tipo de ser, justamente pelo fato de ser um espelhamento. Nesse caso, o reflexo da realidade é um “não ser”. Por outro lado, é através do espelhamento adequado e correto da realidade que se criam as condições de se efetivar novas objetivações no âmbito do ser social. Estas objetivações, por conseguinte, são fundamentais para a reprodução do ser social no mesmo nível em que se encontram ou em níveis cada vez mais avançados. Por isso, o conhecimento da realidade ou o seu adequado reflexo na consciência, destaca Lukács, embora não se possa confundir com o próprio ser, é fundamental e imprescindível para a objetivação de novas cadeias causais.

Para Lukács (2013), é por meio das objetivações que o ser social medeia a teleologia com a causalidade, ou seja, é através das objetivações de pores teleológicos que o homem transforma a causalidade em causalidade posta. No entanto, ressalta Lukács, essa transformação da causalidade, através da objetivação, não modifica a sua essência. A causalidade continua, assim como antes, preservando suas próprias legalidades.

O conhecimento da realidade ou o seu reflexo pela consciência orienta os homens nas suas práxis, individual ou coletivamente, na escolha mais adequada dos meios e dos fins na efetivação dos pores teleológicos. Isso equivale à orientação adequada do conjunto de alternativas possíveis no processo de transformação da causalidade dada, através do pôr de um fim, em causalidade posta teleologicamente. Como vimos linhas acima, todo ato de trabalho surge de uma necessidade. Porém, para responder positivamente a essa necessidade, no âmbito do ser social, o homem precisa fazer escolhas ou tomar decisões entre um conjunto de alternativas disponíveis, ou seja, se determinada alternativa é mais adequada ou inadequada do que outra. Nesse sentido, defende Lukács, tanto as escolhas das necessidades que se deve efetivar, qual necessidade deve ser realizada em primeiro ou segundo lugar, quanto as escolhas entre as alternativas plausíveis, somente é possível quando se tem um conhecimento adequado da realidade em nível de consciência. Em outros termos, para a objetivação de uma necessidade

socialmente estabelecida, o indivíduo ou a coletividade de indivíduos precisa conhecer adequadamente os meios e os objetos de trabalhos disponíveis e acessíveis, suas propriedades físicas, químicas e biológicas, etc., ou seja, qual o melhor instrumento ou ferramenta se adequa a determinado objeto de trabalho, segundo a finalidade idealmente prevista.

A alternativa, portanto, como categoria fundamental do processo de trabalho, segundo Lukács, é a categoria mediadora do pôr teleológico e a causalidade dada. Desse modo, entre o pôr de um fim e as cadeias causais se interpõe o conjunto de alternativas disponíveis. Para tanto, o conhecimento adequado da realidade, aumenta as possibilidades de se escolher corretamente as alternativas possíveis, permitindo a transformação de uma causalidade dada em causalidade posta.

Como vimos, todo ato de trabalho surge a partir de uma necessidade posta socialmente. Isso implica, por seu turno, que as alternativas decisivas para o trabalho também sempre se realizarão a partir de decisões igualmente concretas. De acordo com Lukács (2013, p. 76)

[...] não se pode esquecer que a alternativa, de qualquer lado que seja vista, somente pode ser uma alternativa concreta: a decisão de um homem concreto (ou de um grupo de homens) a respeito das melhores condições de realização concretas de um pôr concreto do fim.

Isso implica, conforme Lukács (2013, p. 76),

[...] que nenhuma alternativa (e nenhuma cadeia de alternativas) no trabalho pode se referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cujo fim (em última análise, a satisfação da necessidade) foi produzido não pelo sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera.

Dessa forma, a alternativa ou as cadeias de alternativas referem-se à realidade concreta do próprio trabalho. Por conseguinte, as escolhas que se seguem são determinadas, em última instância, pela totalidade social e não pelo sujeito singular, pois, conforme Lukács, “o campo das decisões é delimitado por esse complexo de ser” (2013, p. 76).

Isso equivale a afirmar que os sujeitos singulares durante as escolhas das alternativas concretas e possíveis devem decidir entre aquelas mais favoráveis, tendo em vista que isso só é possível pelo reflexo adequado da realidade.

Resta analisar, portanto, como essas categorias aparecem nos demais complexos sociais parciais, em especial no complexo educativo.

4.2 Educação: Posições teleológicas secundárias²⁶

O trabalho, como vimos linhas acima, fundou ontologicamente o ser social, porém, este não se restringe à esfera do trabalho. Juntamente com o trabalho surgiram outros complexos sociais com legalidades próprias que buscam, em última instância, mediar a relação do homem com a natureza. O trabalho, portanto, além de ser a gênese do ser social é o modelo, a protoforma de outras práxis sociais ou complexos sociais parciais que surgiram ao mesmo tempo ou posteriormente ao trabalho.

A práxis social do trabalho, conforme apresentamos no item anterior, estabelece um processo orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, o seu objeto é a matéria natural. A sua função, por sua vez, é a transformação da matéria natural em meios de subsistência e meios de produção para a reprodução da sociedade. Nesse sentido, a teleologia que busca estabelecer a transformação da causalidade em causalidade posta é de ordem primária, conforme aponta Lukács (2012, p. 348), “[...] o trabalho é antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida para o tornar-se homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo [...]”. Nessa perspectiva, acrescenta Lukács (2012, p. 348),

[...] o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado [...].

Dessa forma, todas as demais atividades ou complexos sociais só atingiram determinada autonomia relativa, só passaram a ter suas próprias legalidades e funcionalidade, quando o trabalho atingiu um grau de desenvolvimento elevado. Tais complexos sociais, mesmo ao se tornarem autônomos relativamente em relação ao trabalho, não deixam de ter uma relação de dependência e determinabilidade ontológica para com ele. Todavia, ressalta Lukács (2012), essa prioridade ontológica do trabalho em relação às demais atividades humanas é apenas e tão somente em termos ontológicos, jamais se refere a hierarquias de valores no sentido de o trabalho ser mais importante do que outras atividades sociais ou vice-versa.

No entanto, é importante frisar, que nos demais complexos sociais parciais, tanto aqueles que surgiram juntamente com o trabalho, quanto os que surgiram posteriormente a ele,

²⁶ É importante registrar que a diferenciação entre posição teleológica primária e secundária não implica em nenhuma posição hierárquica, isto é, não significa que uma posição teleológica é mais importante do que a outra. Esta diferenciação entre posições teleológicas primárias e secundárias, significa apenas que estas posições teleológicas têm estatutos ontológicos diferentes, não implicando em nenhum aspecto valorativo.

que têm como objeto a relação dos seres humanos entre si, as teleologias, em relação ao trabalho imediato, são de ordem secundárias. Os pores teleológicos nesses complexos sociais e nas suas práxis sociais buscam induzir outra pessoa ou um conjunto de indivíduos na direção adequada dos seus pores teleológicos concretos.

Em outros termos, os pores teleológicos dos complexos sociais parciais, que têm como modelo o trabalho, buscam influenciar os seres humanos nas suas escolhas entre as alternativas plausíveis no âmbito da reprodução social. Como vimos linhas acima, somente os indivíduos particulares têm a capacidade de executar pores teleológicos. No entanto, por exigência do próprio trabalho, surgiram outros complexos sociais parciais, que têm como função orientar adequadamente os indivíduos em suas tarefas cotidianas. Os indivíduos singulares, por sua vez, são orientados, através das práxis sociais parciais, a tomarem esta ou aquela decisão entre as alternativas possíveis.

Para Lukács, mesmo nas formas de trabalho mais primitivas se exigia um certo grau de cooperação entre as pessoas, por isso, foi necessário o surgimento de outros complexos sociais parciais que, juntamente com o complexo do trabalho, formam a totalidade social. Ademais, os complexos sociais parciais têm uma relativa autonomia frente ao complexo do trabalho, pois eles não estão relacionados diretamente com a transformação da natureza, mas buscam exercer certa influência no comportamento de outros indivíduos. Contudo, essa autonomia só se dá relativamente, tendo em vista que tais complexos foram fundados ontologicamente pelo trabalho, além de o terem como modelo.

O trabalho, portanto, é a categoria que funda o ser social, porém, ele só pode existir dentro de uma totalidade e estabelecendo relações múltiplas com as diversas práxis sociais por ele fundadas. Embora o trabalho seja, na sua essência, uma relação entre homem e natureza ou, para ser mais preciso, entre sociedade e natureza, ele, para se desenvolver e cumprir sua função social, necessita do surgimento e desenvolvimento de outros complexos sociais.

Em função do desenvolvimento do trabalho, e de seus complexos sociais, existe uma tendência cada vez mais acentuada de que a humanização do homem se universalize. Nessa perspectiva, Maceno (2017, p. 48) aponta que

o trabalho tem uma tendência à universalização dos complexos e determinações sociais que dele se originam. Esse caráter fica evidente no fato de que o homem em sentido puramente biológico não existe, excetuando-se os raros casos de distúrbios psíquicos e as ocorrências de isolamento social.

No entanto, o autor acima (2017, p. 48) ressalta que essa tendência do trabalho à universalização, humanização e socialização do homem não implica, necessariamente, em “[...] igualdade ou isonomia na apropriação individual dos complexos e elementos tornados

universais pelo desenvolvimento do trabalho[...]”, ou seja, se por um lado o trabalho impulsiona constantemente a criação e o desenvolvimento de outras práxis sociais que buscam, intensivamente, a universalização dos elementos que constituem o ser social, dentro de uma totalidade, por outro lado, essa tendência pode esbarrar em barreiras que dificultam ou até mesmo impossibilitam a realização de tal tendência pelos indivíduos singulares, como ocorre, de maneira geral, nas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, em especial nas sociedades regidas pelo sistema do capital.

Todavia, é importante salientar que a totalidade social não se esgota, em absoluto, no complexo do trabalho. Ele é um complexo, dentre vários outros que compõem a reprodução social, constituindo uma totalidade, porém, o trabalho, ao fundar o ser social, tem uma tendência a ampliar suas próprias legalidades, como também exige o surgimento de várias outras práxis ou complexos, com características e funções específicas dentro da reprodução social. Conforme Lukács, a reprodução social é a síntese dos atos singulares de cada indivíduo. As decisões entre alternativas é sempre a decisão de cada ato teleológico singular, do conjunto dos indivíduos, que, por sua vez, formam os complexos sociais. Os complexos ou as práxis sociais, por conseguinte, como síntese dos atos singulares de cada indivíduo, assumem papéis importantes no sentido de tomada de novas decisões entre alternativas pelos homens nos seus atos singulares.

Esses complexos parciais, portanto, têm sua origem nas decisões entre as alternativas dos atos singulares de cada indivíduo. Contudo, como essas práxis ou complexos sociais fazem parte de uma totalidade, que é mais rica e mais completa do que a soma das partes ou a soma do conjunto dos complexos sociais parciais, os atos singulares que se efetivam no interior de cada complexo podem não corresponder aos efeitos desejados inicialmente nas decisões entre alternativas de cada ato singular dos indivíduos. Porém, no interior da totalidade dos complexos sociais, após a sua efetivação, cada ato singular desenvolve uma dinâmica própria, independente do sujeito que o efetivou, ou seja, movimenta uma série causal. Nesse sentido, afirma Lukács (2013, p. 151)

[...] Certamente os processos, as situações etc. sociais são, em última análise, gerados por decisões alternativas dos homens, mas não se deve esquecer que eles só podem tornar-se socialmente relevantes quando põem em marcha séries causais que se movem mais ou menos independentemente dos propósitos de seu ser posto, de acordo com suas legalidades próprias e imanentes. Por isso, o homem que age de modo prático na sociedade encontra diante de si uma segunda natureza, em relação à qual, se quiser manejá-la com sucesso, deve comportar-se da mesma forma que com relação à primeira natureza, ou seja, deve procurar transformar o curso das coisas, que é independente de sua consciência, num fato posto por ele, deve, depois de ter-lhe conhecido a essência, imprimir-lhe a marca da sua vontade. Isso é, no mínimo, o que toda práxis social razoável tem de extrair da estrutura originária do trabalho.

Com isso, se o homem pretende influenciar a “segunda natureza”, outro indivíduo ou um conjunto de indivíduos, deve repetir o mesmo que ele fez em relação à “primeira natureza”, na transformação da matéria natural em valores de uso. Isso implica que, em suas práxis sociais, o homem deve ter como modelo o trabalho, pondo teleologicamente seus fins sobre outros indivíduos, influenciando-os em suas decisões entre o conjunto de alternativas. O caráter dessas decisões, contudo, não tem como objetivo a transformação da natureza, mas “[...] a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 161). Igualmente ao complexo do trabalho, nos complexos sociais parciais as escolhas entre as alternativas, nos seus pores teleológicos secundários, exigem o conhecimento mais adequado possível da realidade.

Nessa perspectiva, além do complexo do trabalho que tem como objeto a matéria natural, surgiram outros complexos sociais parciais que têm como objeto a indução de outras consciências, como ocorre no complexo da educação. É oportuno ressaltar, contudo, que este complexo tem seu desenvolvimento e função social, nas diversas formas de reprodução da sociabilidade, sempre determinados, em última instância, pelo trabalho. A natureza ontológica do trabalho, conforme aponta Lukács, é uma atividade que só pode ser efetivada socialmente, mesmo que em determinados momentos se realize de forma isolada por algum indivíduo. Por isso, para a sua efetivação, necessita que o indivíduo se aproprie dos conhecimentos, habilidades e valores pertencentes à sociedade.

Para Lukács o complexo social parcial educativo, portanto, tem uma dupla função. Primeiro, *sua essência*, assim como ocorre com os complexos sociais parciais fundados ontologicamente pelo trabalho, “[...] *consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado*”. Nesse sentido, o complexo da educação, juntamente com outros, busca influenciar os indivíduos nas suas práxis cotidianas a escolher as alternativas que mais lhe convenham. Porém, tais escolhas ocorrem de forma socialmente direcionada, independentemente da forma da reprodução social. Evidentemente, que nas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, a educação busca influenciar os indivíduos nas escolhas entre alternativas que visam, em última instância, favorecer a classe que detém o poder político e econômico dos meios de produção fundamentais, conforme aponta corretamente Marx e Engels na *Ideologia Alemã*.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

As classes dominantes, portanto, buscam orientar os indivíduos desprovidos dos meios de produção a reagirem adequadamente aos interesses da sua classe, ou seja, aos interesses das classes ou grupos sociais que os exploram. Muito embora, ressalta Lukács, a educação pode não corresponder adequadamente à reprodução da sociedade, por mais que se oriente corretamente em tal direção. Dessa forma, a educação orienta as escolhas entre as alternativas, porém de forma parcial, restando espaço para que as decisões que os indivíduos irão tomar, possam não corresponder àquelas ideias das classes que dominam política e economicamente a sociedade.

Nessa perspectiva, a educação sempre busca capacitar os indivíduos para as situações novas e imprevisíveis, mesmo que em algumas situações direcione-os para outras finalidades diferentes postas inicialmente. Por isso, para Lukács, a educação dos indivíduos na reprodução social, consiste essencialmente “[...] *em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida* [...]”. Diferentemente dos animais, que em alguns casos os filhotes aprendem de uma vez por todas com os adultos os comportamentos necessários para a sua reprodução, os indivíduos necessitam se apropriar de determinadas quantidades de conhecimentos, habilidades e comportamentos para se constituírem enquanto sujeitos pertencentes à reprodução societária na qual estão inseridos. Os indivíduos, por exemplo, não precisam passar por todas as dificuldades que os seus antepassados percorreram anteriormente. Nesse sentido, os conhecimentos, habilidades, comportamentos e valores já constituídos na sociedade pelas gerações passadas podem ser transmitidos, pelo complexo da educação, às novas gerações. Por exemplo, basta que as propriedades físicas, químicas e biológicas dos elementos da natureza, assim como as formas de pensamento abstrato, que foram descobertas pela humanidade durante milhares de anos, sejam repassadas para as gerações atuais na forma de conteúdo. Nesse sentido, cabe aos indivíduos se apropriar desses conteúdos ou conhecimentos, através da escola, sem necessitar percorrer todas as etapas pelas quais os homens passaram ao longo dos tempos.

Essa apropriação se configura em um dos aspectos fundamentais no processo de transformação do indivíduo em membro do gênero humano. Como membros da espécie, os homens têm características comuns, as quais são transmitidas pela herança genética, no entanto, essas heranças não são suficientes para a configuração dos indivíduos enquanto pertencentes ao seu gênero. Para isso, é necessário um processo histórico-social que permita aos indivíduos a apropriação das objetivações que se tornaram patrimônio da humanidade e, portanto, do gênero humano (TONET, 2005).

Desse modo, Maceno (2017, p.92) defende que “[...] as aquisições da espécie humana que são transmitidas biologicamente não são suficientes para assegurar a reprodução social do homem [...]”. Por isso, acrescenta o autor, para que os homens possam se reproduzir socialmente precisam adquirir habilidades e comportamentos que não são adquiridos biologicamente. Sua função social, portanto, “[...] é atuar na direção da construção desse indivíduo como membro do gênero e, por esse intermédio, mediar a reprodução social” (MACENO, 2017, p. 91).

Nessa perspectiva, a educação, de forma geral, contribui para esse processo de apropriação pelos indivíduos das objetivações postas coletiva e socialmente pela humanidade, tornando-os membros do seu gênero. Saviani (2012, p. 13), ao se referir à natureza e à especificidade da educação, assevera que o trabalho educativo tem como objetivo “[...] produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.”

Tonet (2005, p. 222), em certo tom de concordância com Saviani, se reportando à natureza da atividade educativa, defende que

[...] ela consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da História da humanidade. Nesse sentido, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir diante do novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico.

Desse modo, para a reprodução do ser social, são necessários à aquisição, transmissão e à apreensão de um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos. A educação, nesses termos, contribui para o enriquecimento do indivíduo, possibilitando a sua direção no sentido do gênero humano. Todavia, ressalta Maceno (2017, p. 96), “[...] a diversidade, a profundidade, a abrangência e o ritmo dessa apreensão de conhecimentos são determinados, em última instância, pelas necessidades impostas pela reprodução social. [...]”.

Nesse sentido, os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade foram se constituindo e separados, ao longo dos tempos e das diversas formas de sociedade, nas diversas disciplinas que conhecemos atualmente. O grau e o nível de apropriação desses conhecimentos pelo conjunto da humanidade variam de sociedade para sociedade. De forma geral, podemos apontar que esse grau e nível de apropriação dependem da forma de organização dos indivíduos para a produção da sua vida material e espiritual. Em outros termos, se não existe a divisão de classes sociais antagônicas, e a propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva, como ocorreu nas sociedades primitivas, o conhecimento, as habilidades e os

comportamentos da sociedade são apropriados por todos. Contudo, nas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, em que a propriedade dos meios de produção fundamentais é privada, os conhecimentos, habilidades e comportamentos acumulados historicamente também são apropriados pelos indivíduos de acordo com a sua posição em cada classe social, conforme aponta Aníbal Ponce em seu livro *Educação e Luta de Classes*.

Todavia, nas sociedades divididas em classes sociais, como ocorre no capitalismo, independentemente da posição dos indivíduos, se pertencem às classes dominantes e exploradoras ou se fazem parte da classe explorada, a educação busca orientá-los ideologicamente nas escolhas favoráveis às classes detentoras dos meios de produção.

Desse modo, é no âmbito das sociedades divididas em classes sociais antagônicas que se origina a *educação escolar em sentido estrito*, ou seja, onde a apreensão dos conhecimentos postos coletivamente pelo conjunto da humanidade é organizada em conteúdo, métodos, e sistematização do ensino, buscando atingir determinados objetivos específicos. Nesse tipo de sociedade, em especial no atual sistema de reprodução do capital, esse conjunto de conteúdos e métodos passou a reproduzir, de forma geral, as determinações das classes sociais hegemônicas que controlam política e economicamente o conjunto da sociedade através do Estado. Nessa perspectiva, defende Maceno (2017, p. 97), a educação escolar, que no atual contexto é ministrada nas escolas, é “[...] um complexo necessário para assegurar a reprodução social das sociedades de classes, sendo, por isso, ontologicamente datada. [...]”. A educação escolar, como um tipo específico de educação em *sentido estrito*²⁷, surgiu, portanto, a partir das sociedades de classes, cuja função social é reproduzir a desigualdade social fruto de tal divisão.

[...] A educação em sentido estrito, todavia, é uma determinação ontológica que se origina da necessidade que todas as sociedades possuem de assegurar, para a sua reprodução, a apreensão do conjunto dos conhecimentos por parte de seus membros. Que na sociedade de classes a função social de apreensão desse conjunto de conhecimentos reclamados pela reprodução social esteja majoritariamente a cargo da educação escolar, somente ilustra o fato de que a educação em sentido estrito encontra-se em perfeita sintonia com a função social da educação para a qual ela se origina, a saber, a reprodução da sociedade. Se esta sociabilidade é uma sociedade de classe, a educação em sentido estrito exercerá a função social de assegurar uma apreensão de conteúdos por parte de seus membros que se direcione para a reprodução das condições de desigualdade necessárias (MACENO, 2017, pp. 97-98).

²⁷ Lukács, na sua *Ontologia do Ser Social II*, diferencia dois tipos de educação: educação em *sentido lato* (amplo) e educação em *sentido estrito*. Marteana (2011) defende que a educação em sentido lato está presente universalmente em toda forma de reprodução social. A educação em sentido estrito, todavia, está circunscrita às sociedades divididas em classes sociais antagônicas. Maceno (2017), contudo, avaliza que a educação em sentido estrito, considerada como uma certa forma de sistematização e transmissão de ideias, já existia muito antes das sociedades divididas em classes sociais antagônicas como, por exemplo, nas sociedades primitivas, nas quais a propriedade dos meios de produção era coletiva e, portanto, não existiam classes sociais com interesses contrários. Dessa forma, a educação escolar moderna, na concepção de Maceno (2017), é *um caso particular de educação em sentido estrito*, estando a serviço da reprodução social do capital.

Por isso, diante do exposto até o momento, é sugestivo que se faça uma análise do complexo da educação a partir da perspectiva histórico-concreta, levando em consideração os diversos momentos históricos e as diferentes formas de sociabilidade, destacando o papel da educação na reprodução social dentro desses diversos contextos sócio-históricos. Para o nosso estudo, todavia, interessa analisar, em linhas gerais, a educação na sua forma escolarizada no contexto contemporâneo, inaugurado com o aparecimento do capitalismo.

Em função do surgimento do capitalismo e das transformações sociais, políticas e culturais decorrentes desse processo, a educação antiga, de privilégios e restrita a pequenos setores da sociedade²⁸, como era a educação feudal, passou, também, por transformações e, aos poucos, foi se adequando à nova totalidade que compunha o ser social. No capitalismo, ao mesmo tempo em que foi se desenvolvendo e se transformando em um modo de produção dominante, foram surgindo novas classes sociais e, conseqüentemente, a elevação de uma nova classe que, depois de um longo processo de luta, assumiu o poder político: a *burguesia*. A educação, portanto, fruto desse contexto, foi se delineando de acordo com os interesses da burguesia enquanto classe dirigente do Estado moderno, assumindo, por isso, novas configurações na reprodução social da sociedade hegemônica pelo sistema do capital.

Para Marx e Engels (1998)²⁹, a burguesia, em determinado momento histórico, assumiu posições revolucionárias na medida em que suplantou toda a forma de organização da vida material e espiritual do modo de produção feudal. Nesse sentido, a educação, que era restrita a pequenos setores privilegiados da sociedade, passou a ser defendida pela burguesia, ou por setores progressistas dessa nova classe dirigente, enquanto um direito universal, público, gratuito e laico. Vale ressaltar, ainda, que a defesa da educação realizada pela burguesia, enquanto um direito para amplas camadas sociais, foi uma exigência, também, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, surgidas com a revolução industrial, que necessitava de mão de obra minimamente instruída e capaz de manusear as novas ferramentas tecnológicas, e da própria dinâmica da luta de classes, como ocorreu nas leis fabris

²⁸ Importante análise do complexo educacional, numa perspectiva histórica, encontra-se em Ponce (2010).

²⁹ “A burguesia desempenhou na História um papel iminentemente revolucionário” (MARX; ENGELS, 1998, p. 42). “Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas, rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus superiores naturais, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do pagamento à vista. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e bruta” (MARX; ENGELS 1998, p. 42). A burguesia, no seu processo de ascensão e consolidação do poder político, ainda enquanto classe revolucionária, conforme exposto acima, defendeu uma educação pública, gratuita e universal para todos os cidadãos.

da Inglaterra em torno do trabalho infantil³⁰. É nesse sentido que a educação escolarizada passou a ser, em termos de direitos sociais, uma reivindicação presente nas burguesias nascentes como um direito universal de todos os cidadãos.

Em vista disso, durante o século XIX, vários países da Europa e alguns da América do Norte e do Sul organizaram os seus sistemas nacionais de ensino visando garantir a *universalização da educação primária* e o *fim do analfabetismo*. Nesse contexto, a educação passa a ser gratuita e obrigatória, sendo garantida pelo Estado através da legislação educacional. Esse aspecto foi ratificado na *Assembleia Geral das Nações Unidas* (ONU), ocorrida em 1948, sendo expresso na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH)³¹. É importante ressaltar, contudo, que o caráter da universalização dessa educação é determinado, em última instância, pela reprodução do ser social no sistema do capital. Ou seja, não se trata de uma educação geral que, muito embora cumpra em parte sua função de aproximar o indivíduo do seu gênero e de orientar os indivíduos entre as suas alternativas, não possibilita o acesso a todos os conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade. Isso ocorre, sobretudo, pelo fato de o trabalho alienado ser a essência do sistema do capital. Por isso, a educação, pela sua dependência ontológica do trabalho, também reflete essa alienação no seu complexo, impedindo a formação humana no seu sentido mais amplo possível.

Entretanto, tão logo a classe hegemônica representativa do capital se consolida no poder, os seus interesses não caminham mais em direção à transformação social, mas, sim à manutenção dos privilégios econômicos e políticos da sua classe. Nesse sentido, conforme aponta Lombardi (2002), a burguesia ao se consolidar enquanto classe dominante já não defende mais uma educação para todos, mas, uma educação dual, ou seja, uma educação voltada para os filhos das camadas populares e uma educação direcionada para os filhos dos ricos.

[...] Quando se instauram processos revolucionários, ampliando o proletariado e as frações de classes populares, participação e presença social e política, igualmente avançam as propostas pedagógicas e as formas organizadas do ensino, adquirindo um caráter público, gratuito, popular e laico; quando em seguida, reorganiza-se a burguesia e hegemoniza o poder do Estado, volta a educação a ter um caráter dual, com a defesa de uma educação pública que deve coexistir com escolas privadas nos diferentes níveis escolares, em que a gratuidade aparece como concessão do Estado aos que não podem pagar por seus estudos, etc. Essa postura da burguesia, passado o período revolucionário de formação capitalista e viabilização das condições de acumulação, desde a Revolução Francesa e a tomada do poder pela burguesia, passou a ser cada vez mais politicamente reacionária, mesmo quando travestida da ideologia liberal (LOMBARDI, 2002, p. 79).

³⁰ Sobre este aspecto, faz-se necessário a leitura do Capítulo VIII de O capital de Marx.

³¹ Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 20/01/2020.

Porém, a educação, dentro da reprodução do sistema do capital, passa por um processo em que, aos poucos, setores econômicos, com apoio do Estado e da própria burguesia que o dirige, vão transformando a educação escolar, enquanto um direito universal, em um serviço comercializável como qualquer outra mercadoria. Nessa perspectiva, a educação escolar, além de um direito, passa a ser posta, também, como um produto inserido na lógica do mercado, servindo como fonte de produção de *mais-valia* e de *valorização de capital*.

É importante frisar que, do ponto de vista geral, a essência da educação continua a mesma, ou seja, por um lado, um complexo cuja teleologia secundária tem como função nortear as objetivações singulares dos indivíduos, buscando orientá-los nas suas decisões entre alternativas, por outro, de contribuir para que os indivíduos singulares tenham acesso às objetivações do seu gênero. O que se presencia, agora, portanto, é um novo caráter, ou seja, as objetivações que fazem parte do gênero humano, que são transmitidas através do sistema escolar, via de regra estatal, no que diz respeito à educação das camadas populares, mesmo com todas as suas limitações, passam a ser objeto de cobiça do setor privado. O Estado, nesse novo contexto, deixa de ser a instituição hegemônica no tocante à transmissão dos conhecimentos produzidos historicamente em favor das instituições privadas.

Em outros termos, a educação pública e estatal é subsumida à lógica do capital, no sentido de buscar orientar os indivíduos na reprodução social do modo de produção capitalista, além do fato de ser espaço de vendas de produtos ou pacotes educacionais por setores do empresariado do ensino privado. Já a educação privada, além de cumprir a tarefa de reprodução do sistema do capital, passa a ser também espaço de reprodução e ampliação deste sistema.

4.3 Trabalho e educação e a produção de mais-valia

Nas seções 4.1 e 4.2, vimos que trabalho e educação são ontologicamente distintos. O objeto e a função social que ambos os complexos sociais exercem na reprodução social são diferentes. O objeto do trabalho é a matéria natural e, por sua vez, a sua função social é a transformação dessa matéria natural em valores uso ou meios de subsistência e meios de produção. Nesse sentido, a posição teleológica do trabalho é de ordem primária. O complexo da educação, por sua vez, tem como objeto a consciência de outros indivíduos. A sua função social, portanto, busca induzir os indivíduos nas suas decisões entre alternativas possíveis. Nesse sentido, a posição teleológica da educação é de ordem secundária³². Nessa perspectiva

³² Ver nota de rodapé 26.

ontológica a educação não pode ser confundida, em absoluto, com o trabalho, pois, como vimos, ambos os complexos cumprem funções sociais distintas, muito embora, tenham em comum o fato de se utilizarem de posições teleológicas para moverem séries causais³³.

Entretanto, quando analisamos o complexo do trabalho e da educação na reprodução social do sistema do capital, vimos que ambos podem cumprir a mesma função social, a de produção e valorização do capital. Há, então, uma contradição? Evidentemente que não. Para Marx, o trabalho, em termos gerais, em qualquer contexto de reprodução social, continua sendo a eterna necessidade humana, ou seja, a única atividade do ser social capaz de transformar a natureza em meios de subsistência e meios de produção. Todavia, no modo de reprodução hegemônico pelo sistema do capital, o trabalho concreto, aquele direcionando a uma finalidade específica, é subsumido ao trabalho abstrato, ou seja, ao trabalho gerador de valor e de mais-valia. Marx, como vimos, denominou esse trabalho de trabalho produtivo, ou seja, aquela atividade humana, a qual é exercida coletivamente pelo conjunto dos trabalhadores, organizada pelo capital, visando à produção de mais-valia e, portanto, à expansão do capital.

Trabalho produtivo, conforme Marx, engloba todas as atividades humanas que recebem seu salário na forma de capital, ou seja, são todos aqueles assalariados que produzem *mais-valia*. Nessa concepção a atividade do professor da escola particular não se diferencia da atividade do trabalhador da esfera da produção material. Conforme Marx (2004, 109 – grifos do autor)

[...] só a tacanhez mental da burguesia, que tem por absoluta a forma capitalista de produção, e que, conseqüentemente, a considera forma natural da produção, pode confundir a questão do *trabalho produtivo* e do *trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital, com a questão do *trabalho produtivo* em geral, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo o trabalho que produz, em geral, ou que desemboca num produto, ou num valor de uso, em resumo: num resultado.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar, portanto, que do ponto de vista do capital, que busca valorizar-se, tanto o trabalho do trabalhador da “esfera de produção material”, quanto o professor da escola particular estão cumprindo a mesma função social: *a produção de mais-valia e a de valorização do capital*. A diferença constitui precisamente que a primeira atividade, a do trabalhador da esfera material, além de gerar uma mais-valia, produz também valores de uso, ou seja, produz a riqueza material, enquanto, por sua vez, a atividade do professor da escola particular gera apenas mais-valia, ou seja, somente valoriza o capital, o seu produto não se separa do ato de produção, como veremos no capítulo seguinte.

³³ Importante discussão sobre a diferenciação ontológica entre trabalho e educação encontra-se em Lessa (2007).

É importante resultar que a atividade do professor da instituição de ensino particular (tanto na educação básica, quanto no ensino superior), ontologicamente, não deixa de cumprir sua função social. Nesse sentido, a atividade singular de cada professor, tanto do ensino público, quanto do ensino privado, busca influenciar as pessoas nas suas escolhas entre alternativas de forma socialmente intencionada, assim como prepará-las para as situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer ao longo de suas vidas, ou seja, em ambas as instituições de ensino, a educação sempre busca influenciar as pessoas de acordo com a reprodução social, mesmo que nem sempre ela possa cumprir todas as suas determinações, conforme alertara Lukács na sua ontologia. Na reprodução social capitaneada pelo sistema do capital, o papel do professor, em sua atividade singular, continua sendo o de preparar e orientar adequadamente os indivíduos para a sociedade do capital, tanto em seu aspecto ideológico, quanto no sentido técnico, ou seja, para o mercado de trabalho.

Todavia, quando se trata da atividade do professor das instituições de ensino privadas, do ponto de vista do capitalista individual, a sua função é de produzir mais-valia e, portanto, de valorização e expansão do seu capital, assim como com o trabalho do assalariado da esfera da produção material. A atividade do professor, analogamente ao trabalho concreto, passou a ser subsumida ao trabalho abstrato, produtor de mais-valia. Na perspectiva do capital, sempre nessa perspectiva, portanto, trabalho e educação cumprem a mesma função social, a saber, *a de produção de mais-valia e de valorização do capital*.

No capítulo seguinte, busca-se apontar justamente a forma pela qual a educação escolar passa a ser um espaço de produção de mais-valia e reprodução do capital.

5 EDUCAÇÃO ESCOLAR: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL

Saviani (1991) e Paro (2012), ao analisarem o processo de produção pedagógica, defendem que o modelo capitalista de produção se aplica na escola apenas de forma restrita não podendo ser aí generalizado. Muito embora, que se enfatize, os dois autores partem do mesmo ponto de análise, a produção pedagógica, mas alcançam conclusões discordantes. Utilizam como argumentos uma passagem de Marx, na qual ele esboça a mesma ideia em dois momentos diferentes³⁴ da impossibilidade de se generalizar os efeitos deletérios do modo de produção capitalista sobre o processo de produção escolar.

Para Saviani (1991), polarização entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo não é adequada para se entender a natureza do trabalho em educação. Argumenta o autor que essa polarização inviabiliza a articulação dos professores e profissionais da educação pública e privada, visto que, para aqueles que trabalham na instituição de ensino privado, seu trabalho é considerado produtivo uma vez que há produção de mais-valia. Já para os profissionais que trabalham numa instituição de ensino pública, pelo fato de não serem produtores de mais-valia e, portanto, terem seus salários pagos com a renda obtida pelo Estado, através dos impostos, são considerados trabalhadores improdutivos. Para tanto, defende Saviani (1991), seria mais adequada a contraposição entre trabalho material e trabalho não-material, visto que os profissionais da educação das instituições públicas e privadas seriam contemplados em uma mesma categorização de trabalho não-material e, em consequência, facilitaria a organização e a luta por melhores condições de trabalho. O autor faz a seguinte citação de Marx, para sustentar a sua argumentação:

No caso da produção não material, mesmo quando é efetuada com vista exclusivamente à troca e mesmo que crie mercadorias, existem duas possibilidades:

1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor, ou seja, podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo: por exemplo, livros, quadros, todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística do seu criador e executante. A produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada. Estas pessoas, sempre que não tomem oficiais etc., na qualidade escultores (*sculptors*. Ing.) etc., em geral (salvo caso sejam independentes) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, editores livreiros, uma relação que constitui tão só uma forma de transição para o *modo de produção só formalmente capitalista*. Que nestas formas de transição alcance a exploração do trabalho um grau superlativo, tal não modifica em nada a essência do problema.

³⁴ Capítulo VI – Inédito de O capital e no livro IV - Teorias da mais-valia: História Crítica do pensamento econômico.

2) O produto não é separável do ato da produção. Também aqui o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas. (Necessito de médico e não do seu menino de recados.) Nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos os docentes podem ser meros assalariados. Casos similares não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista (MARX, 2004, pp. 119-120).

Antes de seguirmos com a explicação de Saviani, faz-se necessário duas observações acerca das categorias de trabalho material e não-material retirada do *Capítulo VI Inédito de O capital*, as quais também aparecem de forma semelhante em um trecho do livro *Teorias da mais-valia: História Crítica do pensamento econômico*. A primeira observação é que, quando Marx se refere a trabalho material e trabalho não-material, está se buscando, na verdade, diferenciar o produto ou o resultado do trabalho. Não é o trabalho que pode ser considerado material ou não material, visto que ele é uma atividade orientada a uma finalidade, como bem observou Paro (2012). Na verdade, trabalho material seria aquele cujo resultado teria uma objetividade material, ou seja, uma coisa ou um objeto com propriedades físicas, químicas e biológicas. Diz respeito ao trabalho de transformação da natureza em bens de consumo, seja a natureza sem nenhuma intervenção de trabalho pretérito, seja a natureza já transformada, como é o caso das matérias-primas. E trabalho não-material corresponde àquela atividade em que há uma objetividade, no entanto, em seu resultado não se verifica cristalização ou materialização física em nenhum objeto. Neste caso, a produção e o consumo são coincidentes.

A segunda observação diz respeito ao fato de Marx, no conjunto da sua obra, sobretudo nos três livros de *O Capital*, não trabalhar e nem desenvolver essa categoria de trabalho material e trabalho não-material. Como seu objeto de estudo era o modo de produção capitalista, melhor dizendo, a crítica ao modo de produção do capital, para ele o trabalho, nesta forma de reprodução social, tem como função a produção de mais-valia. Nesse sentido, o trabalho é considerado produtivo quando se produz mais-valia e, no caso contrário, improdutivo, quando não há a produção de mais-valia. E, neste exato sentido, o trabalho tem uma materialidade para Marx, posta socialmente, independentemente do seu resultado, seja o trabalho em geral, seja o trabalho produtivo para o capital³⁵.

³⁵ Importante crítica acerca da categoria trabalho material e não-material em Saviani foi realizada por Lessa (2007). Segundo este autor, Saviani, em seu livro seminal de 1991, *Pedagogia Histórico-crítica*, entende por trabalho não-material os complexos ideológicos como a ciência, a arte, a ética, a educação, entre outros, nos quais tem como função “dirigir os atos dos indivíduos, na vida cotidiana, em uma dada direção” (LESSA, 2007, p. 110). Argumenta Lessa (2007, p. 110), acertadamente, que tais complexos, mesmo não transformando a natureza em meios de produção ou meio de subsistência, como ocorre com o trabalho, “exercem uma força material na determinação do mundo dos homens, são partes fundamentais (ainda que não fundantes) da reprodução de qualquer sociedade”. Desse modo, esses complexos sociais, ao lado do trabalho, tem uma existência material, sendo equivocada a distinção desses complexos ideológicos em relação ao trabalho que transforma a natureza em meios de produção e meios de subsistência como trabalho material e trabalho não-material.

Voltando a citação acima, Saviani (1991) comenta que Marx situa a atividade docente desenvolvida nas instituições de ensino na segunda modalidade (item 2 da citação), visto que o produto de sua atividade, a aula, não é separável do ato de produção. Desse modo, a aula, como a atividade de ensino, pressupõe a presença, simultaneamente, do professor e do aluno, uma vez que ela é “produzida e consumida ao mesmo tempo: produzida pelo professor e consumida pelos alunos” (SAVIANI, 199, p. 81).

Ao constatar a natureza do produto da atividade pedagógica, a aula, na qual a sua produção e consumo ocorre ao mesmo tempo, simultaneamente, Saviani (1991) defende que o modo de produção capitalista se dá no âmbito do ensino apenas de forma limitada, não podendo ser generalizada sua prática para o conjunto da atividade de ensino. Argumenta Saviani (1991, p. 81) que essa tendência limitada ocorre apenas periféricamente nos casos em que “uma aula pode ser produzida e convertida em pacote (cassete) que pode ser adquirido como mercadoria”. Desse modo, para Saviani, a aula só seria considerada uma mercadoria caso fosse transformada em um pacote educacional e vendida posteriormente, ou seja, apenas nos casos em que haja a separação do produto e do consumo. Além disso, acrescenta o autor, por sua natureza de produção e consumo ao mesmo tempo, o processo de separação entre o pensar e o executar, que ocorreu na esfera da produção material, não se aplica no caso da educação escolar. Assim, o trabalho parcelado e subordinado ao instrumento de trabalho, que foi necessário para a implementação do modo capitalista de produção, não é viável na esfera educativa. Nesse sentido, Saviani (1991) defende que, por mais que se tenha tentado implementar no âmbito da escola a tecnocracia própria da empresa capitalista, não se conseguiu o parcelamento e a divisão das tarefas pedagógicas, mas, apenas, a sua burocratização, dificultando, com isso, a execução da atividade pedagógica.

Saviani, contudo, desconsiderou o fato de os professores das instituições de ensino privado estarem produzindo mais-valia, portanto, valorizando e aumentando o capital do capitalista do ensino. Em consequência, por essa via de análise, não traz à luz o caráter de trabalho explorado a que esses profissionais da educação são submetidos sob gerência do capitalista. Além disso, como apontamos, o autor só considera como mercadoria a aula que é produzida e vendida posteriormente na forma de pacote educacional. Assim, a atividade do professor de uma instituição de ensino privada, na qual é produzida e consumida ao mesmo tempo, produzida por ele e consumida pelo aluno, se não for considerada uma mercadoria, seria o que então, do ponto de vista do capital? Afirmar que a aula não é uma mercadoria, pode até ter sentido se analisarmos o ciclo do capital-dinheiro, sobre o qual faremos posteriormente. Talvez pelo fato de Saviani querer afastar a contraposição entre trabalho produtivo e

improdutivo para analisar a natureza do trabalho docente, ele tenha que passar a desconsiderar o fato de que uma instituição de ensino privada tem a função precípua de conservar e valorizar o capital do capitalista do ensino. Afastar, portanto, a contraposição entre trabalho produtivo e improdutivo tem, como consequência prática, anular a diferença específica que há entre o trabalho pedagógico dos trabalhadores das instituições de ensino privado em relação aos trabalhadores das instituições de ensino público. Evidentemente, há, aqui, uma incoerência que o autor não desenvolve e pretendemos demonstrar nos itens seguintes.

Além disso, não podemos deixar de mencionar outros aspectos importantes levantados por Saviani (1991). Como já citamos, para ele não é correto a polarização entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo para caracterizar a natureza do trabalho em educação, visto que, por essa via, impossibilita a articulação da luta entre os trabalhadores e trabalhadoras do ensino público e privado. Por isso, o mais sensato, na arguição do autor, seria classificá-los todos na categoria de *trabalho não-material*. Assim, em tese, todos esses trabalhadores estariam juntos no mesmo campo, pelo menos teoricamente, e, por isso, facilitaria a articulação e a luta por melhores condições de trabalho. Por mais que a argumentação do autor tenha uma preocupação política importante, no sentido de pensar teoricamente espaço maior de organização e de luta conjunto, partindo do pressuposto de que a natureza do trabalho em educação é a mesma, tanto do ensino público quanto do privado, do ponto de vista concreto essa defesa não se sustenta. Primeiro, porque o autor não leva em consideração o caráter do trabalho produtor de mais-valia, no qual os trabalhadores do ensino privado estão inseridos. Com isso, ele desconsidera o grau de exploração do trabalho a que estes profissionais estão submetidos. Em segundo lugar, a relação com o capital se dá de forma diferente. Com os profissionais do ensino privado, a relação capital e trabalho se dá de forma imediata, sem a mediação de nenhuma instituição³⁶. Já com os profissionais do ensino público, a relação com o capital, de certa forma, é mediada pelo Estado. Desse modo, a negociação e a organização ocorrem de forma diferente em ambos os espaços. Em consequência disso, e o terceiro aspecto que gostaríamos de levantar, refere-se ao fato de que a organização sindical desses profissionais, de maneira geral, se dá por organizações sindicais diferentes. Com isso, a proposta de Saviani, talvez só fizesse sentido se, majoritariamente, esses profissionais fossem organizados em uma mesma instituição sindical, o que não ocorre.

³⁶ Quando dizemos que não há mediação de nenhuma instituição, queremos apontar apenas para o fato de que a relação capital e trabalho é direta. Evidentemente que tanto o capital como o trabalho estão sujeitos a legislação que regulamenta essa relação, cujo árbitro desse processo se encontra na esfera estatal.

Todavia, consideramos que Saviani acerta ao apontar, a partir de Marx, que a produção pedagógica tem como resultado a aula e, portanto, tem como característica que a sua produção e consumo ocorrem ao mesmo tempo. Utilizaremos esse aspecto *formal* do resultado da produção pedagógica quando estivermos desenvolvendo a especificidade da educação escolar enquanto momento de ampliação e expansão do capital. Destacamos a palavra *formal* para enfatizar que a educação escolar, do ponto de vista do capital, deve ser analisada justamente em seu aspecto formal, ou seja, a forma pela qual ela é utilizada na conservação e valorização de capital. E nesse sentido, abstrai-se o exame do seu conteúdo, o fizemos no capítulo anterior ao tratarmos da especificidade da educação, numa perspectiva ontológica.

Paro (2012), ao analisar a natureza do processo de produção pedagógica escolar, compartilha com Saviani (1991) a tese de que o modo de produção capitalista não pode se desenvolver de forma plena na escola, porém, ao mesmo tempo, o autor amplia o conceito de produto da produção pedagógica. Para tanto, Paro (2012), busca examinar a especificidade do processo de trabalho na produção pedagógica escolar a partir dos seguintes aspectos: *o papel do educando, o conceito de produto da educação escolar e a natureza do saber envolvido neste processo*.

Partindo da diferenciação feita por Marx em relação a estrutura econômica e superestrutura política, jurídica e ideológica, Paro (2012) situa a educação, primeiro no nível da superestrutura. Em seguida, assevera que, por ela pertencer ao nível da superestrutura, pode assumir de forma limitada aspecto da infraestrutura, porém não em sua integralidade. Em outros termos, assim como apontou Saviani (1991), Paro (2012) também defende que, pela sua especificidade, a escola não pode assumir integralmente a racionalidade própria da empresa capitalista. Ademais, ele acompanha Saviani (1991), quando afirma que a contraposição entre trabalho produtivo e improdutivo não é adequada para o exame da especificidade do trabalho pedagógico, uma vez que, em seu conteúdo, o mesmo trabalho pode ser considerado produtivo ou improdutivo³⁷. Além disso, na concepção do autor, não é correto partir de apenas um aspecto em que há similaridade entre a escola e a fábrica, o trabalho produtor de mais-valia, para afirmar uma identidade entre essas instituições.

Na verdade, Paro (2012) se utiliza dessa caracterização de Saviani (1991) para justificar sua tese de que, pelo fato de a educação estar situada no nível da superestrutura, ela não pode assumir a função social de uma instituição própria da infraestrutura, a não ser de forma limitada. Porém, para validar essa ideia, ele avança em relação a Saviani, buscando examinar o conteúdo

³⁷ Importante assinalar que Paro (2012) não adere as categorias de trabalho material e trabalho não-material de Saviani (1991).

do processo de trabalho da educação escolar, iniciando pelo papel do educando no processo de produção pedagógica.

Nessa perspectiva, Paro (2012) constata que o *objeto de trabalho* do processo educativo escolar é o *aluno*. Ou seja, o objeto de trabalho do professor é o aluno. Isso implica afirmar que ele é a *matéria-prima* ou a *matéria natural* do processo de trabalho educativo. Assim como ocorre na esfera da produção material em relação a matéria-prima, o aluno sai do processo educativo diferente do que entrou. Há, portanto, uma transformação na sua consciência. Porém, o autor adverte que, diferentemente da matéria-prima da esfera da produção material, o aluno não apenas está presente, como também participa do processo. Assim, ele não só resiste à atividade educativa, como ocorre com a matéria-prima da esfera da produção material, mas também é um ser que modifica, participa, se contrapõe, aprende e contribui para sua própria transformação. Ou seja, para o autor o aluno, em certa medida, é um coprodutor da sua aprendizagem. Desse modo, ele além de ser objeto do trabalho educativo é, em algum grau, também sujeito desse processo. Nesse sentido, Paro (2012) destaca uma especificidade deste objeto ou matéria-prima do processo pedagógico. Diz respeito, pois, ao fato de a escola não poder, antecipadamente, tomar decisões sobre o seu objeto de trabalho, no sentido de se buscar essa ou aquela matéria-prima, levando em consideração, por exemplo, a sua qualidade. Conseqüentemente, a escola terá mais dificuldade em selecionar as melhores “matérias-primas”, os alunos, para que o resultado da sua atividade seja melhor ou de qualidade superior.

Nas palavras de Paro (2012, p. 187), a “perspectiva do aluno como objeto de trabalho implica que o sucesso do trabalho escolar não dependa apenas da escola, mas também do tipo de educando que ela recebe”. O autor reconhece, todavia, que em alguns casos restrito há escolha da “matéria prima”, semelhante ao que acontece na indústria, nos casos em que ocorre seleção através de provas de vestibulares ou por meio de cobranças de taxas que selecionam os alunos antecipadamente, sobretudo aqueles que têm condições de pagar por um ensino privado.

Em suma, para o autor, nessa especificidade da *matéria-prima* do processo de trabalho educativo, o seu caráter de objeto e, também, de sujeito, e a dificuldade, em alguns casos, impossibilita selecionar a “melhor” matéria-prima, reside um dos fatores de não se poder generalizar os aspectos da produção capitalista para a produção educativa. Nessa perspectiva de entender o aluno como objeto e sujeito do processo educativo, Paro (2012) avança sobre o conceito de produto da educação escolar, ampliando sua análise em relação a Marx e Saviani.

Apontamos em linhas acima que Saviani (1991), a partir de Marx, caracteriza a aula como o produto da educação escolar, produto este que não se separa da produção, isto é, produção e consumo, neste caso, ocorrem simultaneamente. Paro (2012) reconhece, mesmo de

forma passageira, que do ponto de vista formal, na troca de mercadorias, a aula é, de fato, o que efetivamente se paga quando se compra educação. O autor, todavia, busca compreender, não este aspecto formal, mas o conteúdo desta relação, ou seja, examinar o produto da educação escolar, tendo como pano de fundo o aluno como objeto e sujeito do processo educativo. Por esse prisma, argumenta o autor, não se pode restringir o produto da educação escolar como sendo somente a aula ou, o que dá no mesmo, o produto e o consumo, neste caso, ocorrem para além da sua simultaneidade.

Valendo-se de contribuições das teorias da aprendizagem, Paro (2012) argumenta que o processo de ensino e aprendizagem exige que o aluno não esteja apenas presente e ser passivo, mas que ele deve, pela própria natureza da aprendizagem, assumir uma postura ativa neste processo. Desse modo, enfatiza o autor, é por meio do seu papel ativo que o aluno realiza a aprendizagem e, portanto, o trabalho educativo se efetiva. Além desse aspecto, o autor supracitado, acrescenta que como a educação exerce a função de apropriação, por parte dos alunos, dos saberes historicamente acumulados, o produto da educação não pode ser restrito ao ato de aprender. Isso implica que, neste ato de aprendizagem, o aluno apropria-se de um saber (conhecimentos, atitudes, valores, habilidades, técnicas, etc.) que é incorporado neste processo. Em vista disso, conclui o autor:

[...] Não acontece, por conseguinte, que o resultado da educação escolar seja algo produzido pelo professor e consumido imediata e completamente pelo aluno, sem deixar nenhum vestígio. A própria necessidade de participação ativa do aluno como sujeito do processo só se faz presente porque a educação supõe uma modificação na natureza do seu objeto. É por isso que se considera que, se a educação realmente se efetivou, o aluno sai do processo diferente de como ele era quando aí entrou. Essa diferença, que não é simples acréscimo, já que supõe uma real transformação na personalidade viva do educando, é que constitui efetivo produto do processo pedagógico escolar. Ou seja, partindo do aluno em determinado estágio de desenvolvimento pessoal, e mediante a ação desse mesmo aluno, do professor e das demais pessoas envolvidas na atividade educativa, a escola produz o ‘aluno educado’ (PARO, 2012, p. 189).

Desse modo, o produto da educação não se restringe apenas à aula, como apontava Saviani, mas também tem como produto o ‘aluno educado’, isto é, o aluno transformado por meio da incorporação de novos conhecimentos, atitudes, valores, habilidades e técnicas. Visto por este ângulo, a educação, ou melhor dizendo, o produto da educação, sempre será incompleto, tendo em vista que, para sua sobrevivência em sociedade, o homem sempre necessita aprender mais.

Por isso, é importante enfatizar, o resultado da produção pedagógica não se resume ao ato de sua produção, ou seja, não se restringe à aula. Nesse sentido, o conceito de produção

escolar é ampliado para além da aula. Portanto, nesta perspectiva, há separação entre o produto e o consumo da atividade pedagógica. Todavia, adverte Paro (2012), essa separação não ocorre de forma absoluta, como acontece na esfera industrial, na qual há o intervalo entre a produção e o consumo do produto, de tal maneira que o produto se destaca completamente do ato produtivo. No caso da escola ocorre, de fato, o consumo do produto escolar no mesmo momento do ato produtivo, porém, este consumo se prolongará para além deste ato, fazendo parte de toda a vida do indivíduo, justamente pelo fato de o aluno ser também sujeito do processo educativo.

Outro aspecto importante sumariado por Paro (2012) diz respeito à dificuldade de se avaliar a qualidade desse produto do processo educativo, haja visto que o seu consumo se estende para além do ato de produção. No caso da produção industrial, ressalta o autor, o próprio mercado funciona, em última instância, como mecanismo de avaliação de um produto, visto que sua venda só consegue se efetivar se suas qualidades úteis satisfizerem as necessidades do comprador. Assim, caso a qualidade não satisfaça o comprador, via de regra, ele procura o mesmo produto ou mercadoria de outro fornecedor concorrente. No caso do produto do processo educativo, sua avaliação ocorre de forma distinta, isto é, não há dispositivo capaz de medir objetivamente sua qualidade. Mesmo havendo processos avaliativos, os quais, de certa forma, buscam analisar com, algum grau de objetividade, o resultado do processo educativo, sua avaliação não se pode efetivar completamente após a aquisição, visto que “só no decorrer de períodos relativamente longos, que podem durar vários anos, é que se sentirão muitos de seus efeitos na vida das pessoas” (PARO, p. 191, 2012). No entanto, no que diz respeito ao ensino privado, o autor reconhece que há certa margem de pressão direta buscando um produto educacional de qualidade³⁸, visto que seus clientes pagam diretamente por este produto.

Por último, Paro (2012) analisa o papel dos saberes ou conhecimentos envolvidos no processo produtivo escolar. Aqui o autor examina o caráter de dois saberes distintos presentes no processo de produção pedagógico: *o saber enquanto instrumento*³⁹ *do processo de ensino*, o qual diz respeito ao conhecimento, técnicas e métodos utilizados no processo didático; e *o saber historicamente acumulado*.

Para tanto, Paro (2012), inicia sua análise partindo do exame que fez do caráter da atividade educativa, a qual exige que o aluno seja ao mesmo tempo objeto e sujeito da educação.

³⁸ Qualidade esta que se materializa em aprovações nas provas de vestibulares, Enem e nos principais cursos de elite: medicina, engenharia, direito, entre outros.

³⁹ Paro (2012), em nota de rodapé, alerta que a palavra instrumento “[...] está sendo empregada no sentido mais geral de meio, de recurso, não se identificando com a acepção mais específica de ‘instrumento de trabalho’”. Porém, fica evidente que o autor considera esse saber como instrumento do processo pedagógico, e como instrumento, na sua acepção geral, funciona como um meio.

Ao fazer analogia com a produção material em geral, na qual o saber ali utilizado entra como instrumento na confecção de uma mercadoria, Paro (2012) aponta que na produção pedagógica o saber aí presente, embora também instrumentalize os métodos e técnicas de ensino e aprendizagem, se apresenta como *matéria-prima*. Este saber, portanto, que se comporta como matéria-prima, se incorpora ao produto final do processo pedagógico. Trata-se, na acepção do autor supracitado, do saber historicamente acumulado. Além disso, acrescenta Paro (2012, p. 193), esse saber não permanece apenas no ato de produzir a educação, mas vai além desse ato, semelhante ao que ocorre na matéria-prima da produção material, a qual entra no processo produtivo como “matéria-prima e sai como parte componente do novo produto”.

Esse caráter de matéria-prima do saber historicamente acumulado, na visão de Paro (2012), impede a generalização do modo de produção capitalista na escola. Conforme aponta o autor:

A restrição da aplicabilidade do modo de produção capitalista na escola se dá fundamentalmente porque, no processo de produção pedagógica, está envolvido também, e principalmente, um tipo de saber cuja natureza não é meramente instrumental, e que funciona, em vez disso, como matéria-prima no processo. Ou seja, a dificuldade de aplicação plena do modo de produção capitalista, aí, reside exatamente no fato de que esse tipo de saber, em virtude de sua natureza de matéria-prima, não pode alienar-se do processo de produção (PARO, 2012, pp. 193-194).

Além desse caráter de saber enquanto matéria-prima do processo pedagógico, Paro (2012) analisa, também, o saber enquanto instrumento desse processo. Partindo de Marx, ele aponta que a divisão pormenorizada do trabalho representou, historicamente, a subordinação real do trabalho ao capital mediante a desqualificação do trabalhador. Esta desqualificação se efetiva através da separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e da apropriação deste último pelo capital. Nesse sentido, o saber enquanto instrumento da produção capitalista separa-se do trabalhador individual, concentrando-se nas mãos do capitalista, por meio dos departamentos de planejamento e organização da empresa. Esse saber enquanto instrumento também está presente no processo de produção pedagógico, por meio dos conhecimentos, técnicas e métodos utilizados no processo de ensino. Aqui também, neste saber enquanto instrumento, o modo de produção capitalista procura se inserir, apesar de só conseguir de forma limitada. Desse modo, na esfera da produção material, o saber enquanto instrumento, por ser pensado por uma pessoa e executada por outra, não precisa estar presente necessariamente no ato da execução da atividade produtiva. Já em relação à matéria-prima, ela deve estar presente, visto que é impossível a execução de um trabalho sem a presença do objeto. Todavia, em relação ao processo pedagógico, essa separação do saber não pode se separar do ato de execução, como podemos verificar nas palavras de Paro (2012, p. 194):

[...] Eis aí um dos elementos que fazem a especificidade do processo pedagógico: o saber não se apresenta neste processo apenas como algo que possa ser separado dele, como concepção; ele se apresenta também como objeto de trabalho e, como tal, é inalienável do ato de produção. Assim sendo, esse saber não pode ser expropriado do trabalhador sob pena de descaracterizar-se o próprio processo pedagógico.

Portanto, o *saber enquanto instrumento do processo pedagógico* e o *saber enquanto conhecimento historicamente acumulado*, na concepção de Paro (2012), impede a generalização das práticas e técnicas utilizadas pelo modo de produção do capital no âmbito do espaço escolar. Primeiro, porque o saber enquanto instrumento do processo de produção pedagógica não se pode separar do ato de produção, ou seja, “esse saber não pode ser expropriado do trabalhador sob pena de descaracterizar-se o próprio processo pedagógico”. Desse fato, conclui o autor, não há como separar o planejamento e a execução da atividade pedagógica, como ocorre na esfera da produção material. É importante enfatizar que não se trata apenas de separar o planejamento da execução, mas da própria divisão social do trabalho, na qual o planejamento fica sob responsabilidade do capital e sua execução pertencente ao trabalhador. Por outro lado, a restrição da aplicabilidade do modo de produção capitalista na escola se dá, principalmente, em virtude de o *saber historicamente acumulado* não ser um mero instrumental da atividade do professor, mas pelo fato de ele próprio funcionar como matéria-prima da produção pedagógica. Por isso, argumenta Paro, este saber “não pode alienar-se do processo de produção”.

Em síntese, Paro (2012), constata que o aluno entra na escola como objeto e sujeito da educação, e, por isso, o produto da atividade pedagógica pode ser consumido ao mesmo tempo da sua produção, mas também este consumo vai além desse processo. Se considerarmos o aluno apenas como objeto, como fez Saviani (1991), de fato, a produção e o consumo da atividade educativa ocorrem simultaneamente, uma vez que o aluno está consumindo a aula durante a sua produção. Por outro lado, se considerarmos o aluno também como sujeito, a produção e o consumo se separam. Portanto, o produto do trabalho pedagógico vai além da sua produção, porém de forma relativa. Por fim, Paro (2012) busca demonstrar que, pela natureza dos saberes envolvidos no processo de produção pedagógica, o modo de produção capitalista não pode ser generalizado na escola.

Faz-se necessário analisar com mais calma o caráter desses dois saberes apresentados por Paro (2012), os quais acabamos de expor. Primeiro, o saber enquanto instrumento, em que Paro (2012) considera como um meio, se assemelha, na verdade aos conhecimentos que foram expropriados do trabalhador e apropriados pelo capital, tais como os métodos e técnicas que pertenciam ao trabalhador. Este conhecimento, embora tenha sido expropriado pelo capital, e é

parte importante do processo de trabalho, não é ele que modifica, de fato, o objeto de trabalho. O que modifica o objeto de trabalho são os *meios de trabalho*, na forma de instrumentos, ferramentas e máquinas. A frente apontaremos que este saber, ao contrário do que defende Paro (2012), pode sim ser separado do ato da produção pedagógica, pelo menos em parte.

Contudo, Paro (2012), considera que o saber, enquanto conhecimento historicamente acumulado, atua como *matéria-prima* no processo de produção pedagógica. Ora, vimos, também, que Paro (2012, p. 186) considera que o objeto do processo pedagógico é o aluno e este “enquanto objeto da educação, [...] assume também esse caráter de matéria-prima”. Conclusão, Paro (2012) considera tanto o *aluno* quanto o *conhecimento historicamente acumulado* como a *matéria-prima* do processo pedagógico. Evidentemente que aqui há uma contradição, visto que a atividade pedagógica não atua simultaneamente transformando duas coisas distintas, a saber: *o aluno e o conhecimento historicamente acumulado*. Além disso, considerar que o conhecimento historicamente acumulado seja uma matéria-prima, implica que a atividade do professor é transformar essa matéria-prima, isto é, transformar ou modificar tal conhecimento, o que, evidentemente, não faz nenhum sentido. Vimos, no capítulo anterior, que o papel da educação escolar, numa perspectiva ontológica, é a transmissão desses conhecimentos aos alunos e não a sua transformação ou modificação. O que se modifica ou é transformado, que se enfatize, é a consciência do aluno, melhor, nas palavras do próprio Paro (2012), o que se modifica ou é transformado é “a personalidade viva do educando”.

Desse modo, concordamos com Paro (2012) que o objeto ou a matéria-prima do processo pedagógico é o aluno, este, através da atividade pedagógica, é que se modifica ou tem sua consciência transformada, a partir da aquisição dos novos conhecimentos, valores, comportamentos, etc. Porém, os conhecimentos ou saberes historicamente acumulados não funcionam como matéria-prima, conforme defende Paro (2012). Logo, pergunta-se: qual sua funcionalidade, então?

Vimos no capítulo dois que Marx, ao expor o processo de trabalho ou o processo de produção material, identificou que este processo é composto pelo próprio *trabalho*, como uma atividade direcionada por uma finalidade, *objetos e meios de trabalho*. O *objeto de trabalho* diz respeito a tudo que incide o trabalho humano, o qual pode ser dividido em matéria-natural ou matéria-prima. O *meio de trabalho*, por seu turno, são os objetos ou os instrumentos que se interpõem entre o homem e o objeto do trabalho, ou seja, são as ferramentas utilizadas pelo trabalho para transformar ou modificar o objeto de trabalho. Para Marx (1983a, p. 229) o meio de trabalho são os órgãos utilizados pelo trabalhador, os quais “ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural”.

Ora, os conhecimentos historicamente acumulados, por meio da mediação do professor, é que transformam ou modificam a consciência do aluno. Portanto, esses conhecimentos historicamente acumulados não funcionam como matéria-prima, conforme alude Paro (2012), mas eles atuam como um *meio* ou uma *ferramenta* sobre a consciência ou conduta do aluno, modificando-a⁴⁰.

Conclui-se, portanto: a produção pedagógica tem como objeto de sua atividade o aluno; o meio ou instrumento pelo qual ela transforma ou modifica este aluno é através dos conhecimentos acumulados e decantados pela humanidade ao longo da história. Formalmente, o produto ou resultado dessa atividade é a aula. Porém, analisando seu conteúdo, conforme Paro (2012), o resultado da atividade pedagógica é o aluno modificado, ao se apropriar dos conhecimentos, valores e atitudes, fruto do processo pedagógico.

Vale a pena notar que, tanto Saviani (1991), de forma mais resumida, quanto Paro (2012), este ampliando a proposta iniciada por aquele, analisaram, a seu modo, o conteúdo do processo de produção pedagógica. Em outros termos, eles examinaram de forma geral a natureza do processo de produção pedagógica, trazendo, aqui e acolá, alguns exemplos de instituição de ensino público ou privado para aclarar ou justificar suas argumentações. A conclusão que ambos chegaram é que, pela natureza específica do processo de produção pedagógico, a qual tem alguns aspectos em comum com o processo produtivo da esfera da produção material, mas com pontos nodais distintos, não se pode generalizar o modo de produção capitalista na escola. Ou seja, a escola, pode somente de forma limitada e

⁴⁰A psicologia histórico-cultural, na qual teve como um dos principais teóricos Vigotski, aponta justamente esse aspecto, isto é, a forma pela qual o ser humano interfere na personalidade de outra pessoa utilizando justamente os signos. Considera-se como signos todas as formas de linguagens simbólicas, como por exemplo os conhecimentos acumulados historicamente. Segundo essa psicologia existe uma similaridade entre a utilização do instrumento na modificação da natureza externa, o objeto de trabalho, e o signo na modificação da natureza interna do indivíduo. De acordo com Tuleski e Eidt (2016, pp. 43-44 – grifos nossos), “[...] a possibilidade de autorregulação do comportamento ou a capacidade de dirigir voluntariamente e colocar a seu serviço suas funções psíquicas decorre de um **processo de INTERNALIZAÇÃO das relações exteriores**, sociais. Pela regulação da conduta alheia exercida por meio dos signos (diversas formas de linguagem simbólica) ou processos de significação no interior de atividades sociais compartilhadas, cria-se em cada sujeito singular a condição de recriar internamente tais dispositivos externos (essencialmente culturais) e colocá-los a seu dispor, em forma de autoestimulação”. – “Para Vigotski (idem), a linguagem oral não é apenas a execução de uma reação ante um sinal sonoro, como ocorre nos animais. No ser humano ela possui um caráter essencialmente ativo. Para isso foi necessário desvendar o modo como estão imbricados o **fabrico de instrumentos e a criação de signos na história humana**. *Há uma similaridade entre a atividade mediadora que envolve o emprego de ferramentas e a que envolve o emprego de signos, uma vez que as duas possuem função instrumental*. A diferença existente entre as duas atividades refere-se à sua orientação: **enquanto a primeira delas dirige-se aos objetos externos dados na natureza, alterando-os e modificando-os, a segunda dirige-se ao próprio homem, modificando sua própria conduta, seus processos psíquicos ou os de outras pessoas**. O signo dirige-se para dentro, portanto para o psiquismo próprio ou alheio. Não obstante, as duas atividades mediadoras possuem nexos entre si, uma vez que o domínio da natureza e o domínio de si estão inter-relacionados tanto na filogênese quanto na ontogênese. ‘Tanto uma como a outra, denominamos, em seu conjunto, com o termo de função psíquica superior ou conduta superior’”

periféricamente, reproduzir alguns aspectos do modo de produção capitalista⁴¹. Não foi à toa que ambos os autores afastaram, de início, a contraposição entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo como perspectiva de análise da educação escolar. Saviani (1991), por um lado, argumenta que essa contraposição, como vimos, inviabiliza a articulação entre os trabalhadores das instituições de ensino privadas e públicas, propondo, para tanto, que o foco da análise, para evitar essa problemática, deverá ser a partir das categorias de trabalho material e trabalho não-material, visto que, tanto os professores das instituições públicas de ensino quanto das instituições privadas, são classificados, na acepção do autor, na categoria trabalho não material. Paro (2012), por outro lado, busca justificar, através do seu exame da natureza da produção pedagógica, que a educação escolar se situa no nível da superestrutura política, jurídica e ideológica. Por isso, ela só se manifesta, no nível da estrutura econômica, apenas de forma restrita.

É importante registrar, que ambos os autores, trouxeram contribuições importantes para a compreensão dos elementos constitutivos do processo de produção pedagógica, como por exemplo, o objeto de trabalho da atividade educativa, o papel do educando neste processo e os saberes aí presentes. Estes elementos servirão para a análise que faremos a seguir, sobre a especificidade da educação escolar na produção e reprodução ampliada de capital. Na nossa concepção, é justamente esse aspecto que os dois autores não realizaram, ou seja, não avançaram, usando toda a extensão de Marx, sobre a forma pela qual a educação escolar pode e é utilizada como ferramenta de conservação e valorização do capital.

Apesar dos dois autores partirem de Marx, julgamos que a análise que eles realizaram da natureza da produção pedagógica contradiz o próprio método elaborado por Marx, uma vez que eles expuseram o processo geral da produção pedagógica e, em seguida, buscaram aplicar essa análise à realidade concreta, sem as mais significativas mediações. Para tanto, seria necessário avançar o estudo que eles fizeram na direção de uma instituição de ensino pública ou privada, de forma separada. Afirmar, pois, que a escola só pode reproduzir de forma restrita o modo de produção do capital sem realizar o exame pormenorizado desse processo, é uma contradição em termos, se pensarmos a produção de conhecimento a partir do método dialético de Marx. Desse modo, os autores não examinaram como esse processo ocorre, por exemplo, em uma instituição de ensino privado, cujo objetivo é a valorização de capital. Eles apenas

⁴¹ Essa limitação, contudo, não implica numa barreira ou impedimento, mas o que se coloca, sobretudo Paro (2012), é que não se pode generalizar a subordinação real da atividade do professor ao capital, dado a natureza da produção pedagógica.

afirmam que a contraposição entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo não é correta para se entender o caráter da produção pedagógica. No entanto, eles não negam que o trabalho do professor de uma instituição privada de ensino produz mais-valia e, como tal, serve como momento de reprodução do capital. Além disso, também não examinaram a própria instituição de ensino privado, em seus detalhes, como processo de valorização de capital. Em suma, eles estudaram a natureza geral da produção pedagógica e, desse estudo, passaram a fazer inferência da limitação da escola enquanto reprodução do modo de produção capitalista, sem, no entanto, examinar sua forma.

Marx (1983a), no Capítulo V de *O capital*, expôs a categoria do trabalho em geral, ou seja, aquele trabalho presente em qualquer forma de reprodução social. Ali, ele constata as características deste trabalho, isto é, o objeto de trabalho, os meios de trabalho e o próprio trabalho, como atividade orientada a um fim. Ao finalizar a exposição de cada um desses elementos, Marx (1983a, p. 151) afirma que “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo”. Contudo, em uma nota de rodapé, Marx (1983a, p. 151) argumenta, lapidarmente, que aquela “[...] determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista”. Dessa forma o próprio Marx enfatizou que a definição de trabalho produtivo a que ele havia chegado naquele momento era insuficiente para se fazer a crítica ao modo de produção capitalista. Por isso, em seguida, ele passa a apresentar a natureza do trabalho que produz mais-valia e valoriza o capital, isto é, ele passa a exposição da forma pela qual o trabalho, no modo de produção capitalista, é utilizado como ferramenta de valorização do capital.

Nessa perspectiva, julgamos que o exame da natureza da produção pedagógica em geral, realizado pelos dois autores, tem importância na medida em que nos ajuda a compreender os elementos mais simples que compõem aquele processo. No entanto, carece de uma análise da sua forma, enquanto momento de reprodução de capital. Pretendemos, portanto, examinar esse aspecto nos tópicos seguintes, isto é, apontar como o modo de produção capitalista se apresenta no ramo do ensino, especialmente em instituições de ensino privado.

5.1 O processo cíclico de valorização do capital na forma dinheiro

Defendemos, no segundo capítulo deste trabalho, que o professor de uma instituição privada de ensino, pelo fato de ele está produzindo mais-valia, é caracterizado como trabalhador produtivo, na perspectiva do capital. Nesse sentido, sua atividade não se diferencia da atividade

de qualquer outro trabalhador que também esteja valorizando capital. Cabe, então, completar aquela análise, mostrando que o papel da educação escolar privada é, também, valorizar e expandir o capital.

A escola privada, é importante frisar, está localizada no âmbito das teleologias secundárias. Em vista disso, sua função social é buscar orientar as objetivações singulares dos indivíduos nas suas decisões entre alternativas e, por consequência, contribuir para que os indivíduos singulares tenham acesso aos conhecimentos, valores, técnicas, etc, produzidos pelo seu gênero.

Contudo, para o capitalista que investiu numa fábrica de ensinar, por mais que ele procure cumprir, de certa forma, a função social da educação na reprodução societária do capital, o principal objetivo dele é valorizar e aumentar seu capital. Em vista disso, examinaremos esse aspecto, segundo duas perspectivas: *nos casos em que o capitalista investe em uma instituição de ensino privada; e quando o capitalista investe na produção de pacotes educacionais visando sua venda para instituições de ensino pública e/ou privada*. Pode ocorrer, no entanto, que nos dois casos sejam executados pelo mesmo capitalista ou por capitalistas diferentes, não importam esses casos específicos.

Para essa análise, utilizaremos como principal referência o Livro II de O capital de Marx, editado e publicado por Engels. Em seu trabalho como editor do Volume II de O capital, Engels encontrou um material extensivo produzido por Marx, sobretudo após 1867. No Livro I, Marx expôs a forma geral do capital: $D - M - D'$. No livro II, ele aprofunda a análise dessa forma, buscando mostrar como a circulação do capital tem como objetivo o aumento do seu valor. É importante registrar que neste livro, Marx trata de categorias já analisadas no Livro I, porém com níveis de abstrações distintas. Todavia, no Livro II, ele ainda não se refere ao processo de produção global, no qual está presente a concorrência entre os diversos capitalistas. Ele busca apreender, portanto, as “formas em seu estado puro” e, por isso, pressupõe que as mercadorias são vendidas por seus valores, ocorrendo em situações invariáveis. Desse modo, na exposição que ele fez neste livro II, não está presente o conjunto dos capitalistas, mas o capitalista individual, razão pela qual nossa a nossa abordagem terá o mesmo parâmetro.

Comentamos, na Introdução deste trabalho, que Marx planejava publicar três livros sobre a crítica da economia política (livros I, II e III) e um quarto livro sobre a história da teoria da mais-valia. Em vida, contudo, conseguiu publicar apenas o Livro I: *O capital – Crítica da Economia Política*, no qual ele expôs *o processo de produção do capital*. Coube, então, a seu companheiro e amigo Engels, a edição e publicação dos livros II e III. Interessa-nos, para a abordagem que iremos fazer neste capítulo, alguns temas tratados no Livro II: *O capital –*

Crítica da Economia Política, em que Marx apresenta *o processo de circulação do capital*. Vale notar que Marx expôs as formas que o capital assume em seu ciclo de valorização e realização. Com efeito, não se trata de compreender a circulação de mercadorias no mercado de mercadorias, mas a circulação do capital em seu processo cíclico. Além disso, vale a pena enfatizar, Marx dividiu a exposição do capital metodologicamente em três volumes, como já sinalizamos em outro momento, em que no Livro I, ele tratou da *produção de capital*, no Livro II, da *circulação de capital*, e, no Livro III, do *processo global da produção capitalista*.

Como frisamos, essa foi a forma metodológica com que Marx expôs o conjunto da crítica do modo de produção capitalista, porém não podemos enxergar essa exposição como algo estático, imóvel, ou seja, como uma fotografia. Para entender o capital, defende Marx, devemos compreendê-lo como algo em movimento, através dos seus processos cíclicos, nos quais ele se apresenta ou manifesta ora como capital-dinheiro⁴², ora como capital-produtivo e ora como capital-mercadoria. Essas são as formas de manifestação que o capital assume em seu processo de valorização, portanto, em seu movimento, conforme o próprio Marx aponta:

O capital, enquanto valor que se valoriza, abrange não só relações de classe, mas determinado caráter social que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. E um movimento, um processo de circulação por diferentes estágios que, por sua vez, novamente abrange três formas diferentes do processo de circulação. Só pode, por isso, ser entendido como movimento e não como coisa em repouso. Aqueles que consideram a autonomização do valor como mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração in actu. O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais se mantém e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumenta (MARX, 1983b,p. 78).

Essas três formas do capital - capital-dinheiro, capital-produtivo e o capital-mercadoria - são apenas formas que um mesmo capital assume em seu processo cíclico de valorização, no qual o seu valor adiantado não apenas se conserva, mas se valoriza. Marx denomina o capital que assume essas três formas, em seu processo de conservação e valorização, de *capital industrial*. Vale ressaltar, todavia, que capital industrial, aqui tratado por Marx, não se refere apenas e tão somente ao capital restrito à indústria, ao setor produtivo da esfera da produção material, mas a qualquer capital que busque se valorizar. Desse modo, todo capital que seja explorado de modo capitalista, isto é, que seja valorizado por meio do mais-

⁴² Nas traduções de O capital aqui no Brasil, há nomenclaturas distintas para a forma do dinheiro enquanto capital. Nas traduções das editoras Boitempo e Abril cultural, essa nomenclatura aparece como capital-monetário. Já a tradução de O capital realizada pela Editora Civilização Brasileira, traduz justamente por capital-dinheiro. Preferimos utilizar essa última nomenclatura, uma vez que moeda e dinheiro são categorias distintas, conforme exposição de Marx nos capítulos II e III do Volume I de O capital.

trabalho tendo como resultado um valor a mais, é capital industrial, independente se referirmos a uma escola ou uma fábrica de salsicha.

Aquela forma geral do capital, $D - M - D'$, apresentada por Marx no capítulo IV do volume I d'O capital, é exposta, agora, a partir das formas pelas quais o capital se metamorfoseia em seu processo de valorização. Marx descreve esse movimento do capital visando sua valorização a partir de três perspectivas distintas, ao decompor no cíclico⁴³ do capital-dinheiro, o cíclico do capital-produtivo e o do capital-mercadoria. Lembrando que, em cada um desses cíclicos, o capital se metamorfoseia naquelas três formas referidas linhas acima: forma dinheiro, forma produtiva e forma mercadoria. Para cada cíclico do capital, ele analisa sua função e especificidade, dentro do seu movimento de valorização. Apesar de ser o mesmo objeto de estudo, o capital industrial, cada cíclico, no entanto, apresenta elementos próprios, enquanto esconde características de outros cíclicos. As três formas do capital, analisadas por Marx, podem ser sintetizadas na seguinte forma:

$$\overbrace{D-M...P...M'-D' \cdot D-M...P...M'-D' \cdot D-M...P^{44} \dots etc.} \\ \underbrace{\hspace{10em}}_{\text{O capital-dinheiro}^{45} \text{ é o primeiro cíclico apresentado por Marx, a partir da forma:}}$$

$D-M...P...M'-D'$. Este cíclico se apresenta em três estágios, sendo que dois deles ocorrem na esfera da circulação- $D-M$ e $D'-M'$, e um na esfera produtiva - P . No primeiro estágio, o possuidor de dinheiro, o comprador, vai ao mercado de mercadorias e no mercado de trabalho para efetuar compras, e seu dinheiro se converte em mercadoria: $D - M$. No segundo estágio, o capitalista consome produtivamente as mercadorias compradas no estágio anterior, de tal forma que ele obtenha um valor maior do que seus elementos de produção. Por fim, no terceiro e último estágio, o capitalista agora retorna ao mercado de mercadorias como vendedor, visando a transformação da mercadoria, produzida no estágio anterior, em dinheiro, configurando a última etapa desse cíclico, sob a forma $M-D$.

⁴³ Cíclico significa as fases ou etapas que o capital irá percorrer no seu processo de valorização, no qual o início e o fim do cíclico, em sua forma, são coincidentes. Assim, por exemplo, o cíclico do capital-dinheiro (D), inicia e termina por ele mesmo: $D - D$; O cíclico do capital-produtivo (P): $P - P$; Cíclico do capital-mercadoria (M): $M - M$.

⁴⁴ D - Dinheiro adiantado no início do processo; M - Mercadorias compradas no mercado de mercadoria e mercado de trabalho para ser consumida produtivamente; P - Mercadoria M em seu processo de produção. Além disso, P indica que o processo de circulação do capital foi interrompido; M' - Mercadoria resultante do processo produtivo P , acrescido de um valor novo, ou seja, um valor maior do que seus elementos de produção; D' - Capital final, contendo um valor maior do que o capital inicial.

⁴⁵ Não analisaremos os demais cíclicos do capital industrial: o cíclico do capital produtivo e os cíclicos do capital mercadoria, visto que, para o nosso objeto de estudo, necessita-se apenas da análise do cíclico do capital na forma dinheiro. Sua análise já é o suficiente para demonstrar a forma pela qual o capital aplicado no ramo do ensino se valoriza e se reproduz tal qual ocorre no ramo da produção material.

Examinaremos agora, então, cada estágio do capital-dinheiro separadamente, buscando extrair a função específica de cada um deles no processo de valorização do capital. O primeiro estágio, portanto, é caracterizado pela transformação do dinheiro em mercadoria: D-M. Essa forma apresenta, ao mesmo tempo, uma relação qualitativa e quantitativa. A relação qualitativa ocorre justamente quando dinheiro muda de forma, assumindo a forma mercadoria, visto que a forma D-M expressa a troca entre uma determinada quantia de dinheiro por uma quantidade de mercadorias. Examinando o conteúdo material dessa troca, temos que o comprador, ou seja, o representante do capital, trocou seu dinheiro por duas mercadorias específicas: meios de produção (Mp) e força de trabalho (Ft). Logo, temos que $M = M_p + F_t$. Desse modo, o dinheiro foi dividido em duas partes para comprar mercadorias em mercados diferentes. A mercadoria meios de produção (Mp) foi adquirida, por meio da compra, no mercado de mercadorias, e a mercadoria força de trabalho (Ft) foi comprada no mercado de trabalho. Vale a pena acrescentar, ainda, que os meios de produção (Mp), se dividem nas seguintes mercadorias: meios de trabalho (instrumentos de trabalho, máquinas, equipamentos, etc.); objetos de trabalho (matéria natural, matéria-prima, etc.); e materiais auxiliares.

Por seu turno, a quantidade de meios de produção que deve ser comprada pelo capitalista deve ser correspondente a massa de força de trabalho adquirida. Isso implica, por exemplo, que o capitalista não pode (ou não deve) comprar força de trabalho em excesso, em que os meios de produção disponíveis não sejam suficientes para a sua atuação durante determinado período de tempo. Caso isso ocorra, o capitalista está pagando por uma força de trabalho paralisada, portanto, sem estar produzindo e valorizando o capital, pelo contrário, ela está consumindo capital. Além disso, esta relação quantitativa entre meios de produção e força de trabalho é determinada, em última instância, pela quantidade de mais-trabalho excedente a ser gasto por determinado número de trabalhadores. Neste sentido, afirma Marx

D $-M_{M_p}^{F_t}$ expressa, portanto, não só a relação qualitativa que determinada soma de dinheiro, por exemplo 422 libras esterlinas é, convertida em meios de produção e força de trabalho mutuamente correspondentes, mas também uma relação quantitativa entre as partes do dinheiro despendidas em força de trabalho FT e em meios de produção MP, uma relação de antemão determinada pela soma de mais-trabalho excedente a ser despendido por determinado número de trabalhadores (MARX, 1983b, p. 26).

Marx, nesse ponto, reforça sua ideia desenvolvida no Volume I de O capital, na qual o capital, em seu processo de valorização, se divide, de um lado, nos fatores objetivos, os meios de produção (Mp) e, de outro, nos fatores subjetivos, a força de trabalho (Ft). Desse modo, para que a conversão do capital-dinheiro em capital-mercadoria se transforme em fatores do processo produtivo, pressupõe-se, de início, a separação entre meios de produção, nas mãos

do capitalista, e força de trabalho, pertencente ao trabalhador. Nesse sentido, o capital-dinheiro, no seu primeiro processo de conversão, terá que ser distribuído necessariamente entre $D - M_p$ e $D - Ft$. Dessa distribuição, acrescenta Marx, para que $D - Ft$ se torne um ato social, é necessário que os meios de produção (M_p), os fatores objetivos do capital produtivo, já existam enquanto capital diante da força de trabalho. Isso implica que, necessariamente, o capitalista deve transformar, primeiramente, a parte do seu capital-dinheiro em meios de produção ($D - M_p$), e, em seguida, efetuar a conversão da parte do capital-dinheiro em força de trabalho ($D - Ft$), para não correr o risco desta última conversão ficar paralisada por falta de meios de produção. Porém, por outro lado, ressalta Marx, para que a produção se realize em sua forma capitalista, é necessário que o capital ou a personificação do capital reserve certa quantia em dinheiro para pagar o salário dos seus trabalhadores. Além disso, para que a transformação do capital-dinheiro em capital-mercadoria ocorra, é necessário, como vimos em capítulos anteriores, que a produção capitalista esteja desenvolvida, o que pressupõe os fatores objetivos da produção de um lado, e a força de trabalho livre e expropriada dos seus meios de produção, de outro.

A função, destarte, do primeiro estágio do capital-dinheiro é sua transformação em capital-mercadoria, ou seja, a mutação de capital em seus fatores objetivos e subjetivos de produção. Em outros termos, quando D é transformado em $D - M_p$ e $D - Ft$, as condições objetivas e subjetivas para que ocorra o processo produtivo (P), estão dadas. E, desse modo, somente nessas condições a produção, capitalistamente falando, poderá ser iniciada. O fim desse primeiro estágio coincide, portanto, com o início do segundo estágio, que é o próprio capital produtivo (P).

Dadas as condições objetivas e subjetivas para que ocorra a produção capitalista, passemos, então, a analisar a função do capital produtivo (P), no cíclico do capital-dinheiro. Este cíclico, formalmente, apresenta a seguinte expressão: $D - M - D$. Ou seja, ele inicia com a compra $D-M$, transformação do dinheiro em mercadoria, e finaliza com a venda $M-D$, a transformação da mercadoria em dinheiro. Porém, examinando mais de perto essa expressão temos, na verdade, que entre a compra e a venda de mercadorias há uma interrupção deste processo em P . Extraíndo $D - M_{M_p}^{Ft} \dots P$ da expressão $D-M \dots P \dots M'-D'$, vemos que a circulação do capital foi interrompida em P , passando para uma nova fase, fora desse processo de circulação, a fase do capital produtivo, para que seus elementos constitutivos sejam consumidos produtivamente. O capital na forma-dinheiro, assim, é transformado em capital na forma produtiva por meio da conversão do dinheiro na forma de capital em mercadoria $D - M$. O valor

que antes se expressava na forma de dinheiro, é materializado e conservado, no capital produtivo, em sua forma natural, em seus elementos constitutivos.

No segundo estágio, pois, o movimento se apresenta como $D - M_{MP}^{FT} \dots P$. Os pontos (...) indicam duas questões: primeiro, a circulação do capital foi interrompida e esta interrupção é o que caracteriza o processo produtivo das partes constitutivas do capital; segundo, o processo cíclico continua, ou seja, a mercadoria comprada no primeiro estágio está em processo de transformação em uma outra mercadoria. Nesse consumo produtivo das mercadorias compradas na fase anterior, a força de trabalho tem uma especificidade frente aos meios de produção. Ela tem a capacidade de produzir um valor equivalente à sua subsistência e de produzir um valor a mais, por meio do mais-trabalho, como já apontamos no segundo capítulo.

Marx enfatiza que, independentemente da forma social da produção (escravista, feudal ou capitalista), os trabalhadores e os meios de produção sempre constituem os fatores objetivos e subjetivos do processo produtivo. Porém, se eles estiverem separados, são fatores de produção apenas em potencial. Por isso, para que haja produção, esses fatores devem ser articulados. Desse modo, a forma específica dessa articulação distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura social. No modo produção capitalista, a separação entre o trabalho livre e os meios de produção tem seu ponto de partida. A combinação desses fatores, através da exploração da força de trabalho e a produção de mais-valia, é o que caracteriza esse modo de produção.

A função do capital-produtivo, portanto, no cíclico do capital-dinheiro, é o consumo produtivo das suas partes constitutivas (meios de produção e força de trabalho), buscando convertê-las em uma massa de produtos com valor maior do que suas próprias partes constitutivas. Essa massa de valor maior só é possível porque a força de trabalho é uma das partes constitutivas do capital e, como tal, é consumida para além do seu tempo de trabalho correspondente ao período que ela produz o valor equivalente à sua subsistência. Esse mais-trabalho é o período que a força de trabalho está produzindo um valor novo ou um valor a mais do que aquele que constitui as condições objetivas e subjetivas do trabalho: a *mais-valia*. O mais-trabalho da força de trabalho, diz Marx (1983b, p. 33), “é o trabalho grátis do capital e constitui, por isso, para o capitalista, mais-valia, um valor que não lhe custa nenhum equivalente”.

No final desse segundo estágio, no qual houve o consumo produtivo das partes constitutivas do capital, surge uma nova mercadoria, produzida durante o processo produtivo (P). Após esse processo, a circulação do capital passa para a sua terceira e última fase. Esta fase é caracterizada pela conversão da mercadoria em dinheiro (M-D), completando, então, o cíclico

do capital-dinheiro, que teve seu início determinado pela conversão do dinheiro em mercadoria (D-M).

No entanto, a nova mercadoria, surgida do processo produtivo, se apresenta, formalmente, por M' , que representa a soma dos elementos constitutivos do capital, contidos no valor inicial, no momento da conversão do dinheiro (D) em mercadoria (M), acrescida de um valor novo, representado por m , produzido durante o tempo de trabalho excedente. Assim, essa nova mercadoria pode ser expressa da seguinte forma: $M' = M + m$. O valor novo, expresso em sua forma natural por m , é produzido pelo mais-trabalho, se convertendo, após a venda, em uma mais-valia.

A nova mercadoria M' , resultante do processo produtivo P, tem duas características. Primeiro, ela é agora a forma pela qual o valor do capital se manifesta, ou, nas palavras de Marx (1983b, p.34), “o capital tem de executar função de mercadoria”. Em segundo lugar, esse capital na forma de mercadoria foi valorizado na fase anterior, durante o consumo produtivo, na segunda fase de circulação do capital. Em vista disso, a nova mercadoria M' é material e valorativamente diferente da mercadoria M, comprada na primeira fase do processo cíclico. Ela é materialmente diferente em razão da modificação dos seus elementos constitutivos durante o processo produtivo. Valorativamente diferente em função da incorporação de trabalho novo fruto, também, do processo produtivo P.

A terceira e última fase do ciclo do capital-dinheiro é caracterizada, portanto, pela conversão da mercadoria valorizada, na fase anterior, em dinheiro. Assim, a quantidade de mercadorias M' , como portadora de capital valorizado na fase produtiva, necessita passar pela sua última metamorfose $M' - D'$, em toda sua extensão, para que o ciclo do capital se complete. Quando o capitalista realiza $M' - D'$, resalta Marx, ele realiza tanto o valor do capital adiantado quanto o valor novo ou a mais-valia. Isso implica que a mercadoria M' ($M + m$), precisa ser completamente reconvertida em dinheiro. Como M' foi valorizada no processo produtivo, logo, ao se converter, aparece também como dinheiro acrescido de valor, quando se compara com a quantia de dinheiro trocado por mercadoria no início do processo, ou seja, temos agora, na última fase, dinheiro na forma de D' , no qual ele representa D mais um dinheiro novo d. Temos, então, no final do processo, que D' é composto pelo valor do capital adiantado, inicialmente, na circulação (D), reconvertido em mercadoria M, acrescido de um novo valor, resultado da reconversão de m em d. Assim, concluímos que esta última fase tem como determinação a conversão de $M' - D'$, ou $M' (M + m) - D' (D + d)$. O cíclico do capital-dinheiro, portanto, em seu conjunto, tem a seguinte expressão: $D - M_{MP}^{FT} \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$.

Em síntese, o capital em seu processo de conservação e valorização, passa por três estágios, em que cada um deles se apresenta com roupagens ou características distintas. Primeiro, ele aparece como dinheiro. Depois, se metamorfoseia no processo produtivo e, por fim, assume a roupagem de mercadoria para concluir seu cíclico, voltando a sua forma inicial, que era o dinheiro. No interior desse movimento o capital, não só se conserva, como cresce, aumentando sua grandeza de valor. Evidentemente, tanto no início quanto no final, a forma que o capital assume é a mesma: D. Todavia, como explicitamos, o capitalista não lança seu capital no mercado para, no final do processo, ou do cíclico, retirar a mesma quantidade de dinheiro adiantado inicialmente. Ele busca justamente que o seu dinheiro D', obtido no final do processo, seja maior do que o dinheiro D, adiantado no início do cíclico.

É importante ressaltar, no entanto, duas características desse processo pelo qual o capital transcorre visando sua valorização. Em primeiro lugar, essa expressão pressupõe uma mercadoria, ou seja, que o resultado do processo produtivo esteja objetivado trabalho humano em um produto ou uma coisa material. Em consequência disso, para que o capital complete o seu cíclico, essa mercadoria nova (M') ainda terá que passar por algumas etapas até ser convertida em dinheiro. Ela passa pela fase da distribuição, ou seja, do seu transporte do lugar de produção até o local ou os locais de comercialização. E, por último, ela terá que passar por esse processo de comercialização para poder completar seu cíclico. Não entraremos, todavia, no debate da distribuição da mais-valia entre os ramos do capital, o qual Marx abordará no Volume III de O Capital. O importante dessa discussão é apenas assinalar que, entre o processo produtivo e o consumo final da mercadoria, há um espaço de tempo entre eles. Em outras palavras, a produção e o consumo estão separados. Consumo aqui, não no sentido do consumo produtivo, mas no consumo individual do comprador da mercadoria, após ser vendida no mercado.

Aqui reside a primeira especificidade da educação escolar privada enquanto processo de valorização de capital, por parte do capitalista que vai investir seu dinheiro numa instituição de ensino ao invés de investir numa fábrica na esfera da produção material. A seguir, abordaremos as formas pelas quais o capital se reproduz na esfera do ensino e da educação escolar.

5.2 A produção de mais-valia na esfera da educação escolar: o caso da venda de ensino e de mercadoria-pacote-educacional

Vimos, na análise que fizemos do cíclico do capital que, para ele se valorizar, deve passar necessariamente por três fases. Inicia seu estágio pelo dinheiro em forma de capital se convertendo em mercadoria. Em seguida, a circulação é interrompida mas a mudança de cíclico continua, na qual o capital passa a assumir a feição de capital produtivo. Aqui ele se valoriza, assumindo, no final, uma nova roupagem, ou seja, o capital se mostra, agora, em seu aspecto natural, sob a forma-mercadoria, convertendo-se novamente em dinheiro. Do ponto de vista formal, o cíclico do capital pode ser expresso, em seus extremos, por $D - D$, ou seja, qualitativamente, os extremos desse processo não se diferenciam, visto que dinheiro, do ponto de vista de sua qualidade, não se distingue. O que, na verdade, surge é uma diferença em sua quantidade, uma vez que, em qualquer situação, o capitalista busca, no final do processo, uma quantia de dinheiro maior daquela que foi adiantado no início. Assim, do ponto de vista da sua qualidade os extremos podem ser representados por: $D - D$. Do ponto de vista da quantidade, temos: $D - D'$, no qual $D' > D$. Esse aspecto é indiferente em qual esfera o capitalista investiu seu dinheiro, se numa escola privada ou numa fábrica de salsicha.

Examinaremos novamente o cíclico do capital-dinheiro, porém na perspectiva do capitalista investidor em instituição de ensino privado, o qual denominaremos de capitalista do ensino. Em seguida, abordaremos o cíclico do capital dinheiro no processo de venda de pacotes educacionais. A primeira fase ou estágio desse cíclico, como vimos, inicia pela conversão de dinheiro, na forma de capital, em mercadoria. O capitalista do ensino, portanto, vai ao mercado de mercadoria e mercado de trabalho realizar suas compras, ou seja, efetuar a metamorfose $D - M$. Essa troca se caracteriza, na verdade, por $D - M_p$ e $D - F_t$.

Formalmente, não há diferença nessa conversão de dinheiro em mercadoria, em relação àquela conversão que analisamos no cíclico do capital-dinheiro, numa perspectiva geral. Todavia, se analisarmos o *conteúdo* dessa primeira conversão, encontraremos algumas diferenças importantes que no processo produtivo, fará toda a diferença. Trata-se, na verdade, das mercadorias compradas no mercado de mercadorias, ou seja, a compra dos meios de produção (M_p). Naquele momento, identificamos que o capitalista compra meios de produção, os quais se dividem em meios de trabalho-MT (instrumentos, máquinas, ferramentas, prédios, entre outros), objetos de trabalho-OT (matéria natural, natureza não modificada, e matéria-prima, natureza modificada por trabalho pretérito, matéria auxiliar). No processo produtivo, a força de trabalho (F_t), mediada pelos instrumentos de produção, sob gerência do capitalista, transforma o objeto de trabalho em um novo produto, uma coisa separada do processo de produção, ou seja, uma nova mercadoria.

Contudo, essa compra, na perspectiva do investidor de uma instituição de ensino, ocorre de forma diferente. O capitalista do ensino vai ao mercado de mercadoria realizar sua compra D -Mp. Todavia, em relação aos meios de trabalho, o capitalista compra prédio, equipamentos escolares, entre outros. Porém, ele não efetua a compra do principal *meio de trabalho* pelo qual modificará o objeto de trabalho da produção pedagógica, ou seja, aquele conhecimento enquanto meio de trabalho que transforma a personalidade do aluno faz parte do trabalhador do ensino. Veremos, contudo, que esse conhecimento enquanto *meio de trabalho*, que pertence ao professor, está sendo rebaixado e esvaziado. O que importa, por enquanto, é o fato de que o proprietário do ensino não efetua a compra desse instrumento de trabalho, visto que, ao efetuar a compra da força de trabalho, este *conhecimento-instrumento* já vem incluso. Além disso, o capitalista também não efetua a compra do objeto de trabalho (OT), a matéria-prima, objeto de transformação da força de trabalho, isto é, o objeto de trabalho do professor. Essa matéria-prima ou o objeto do ensino, como vimos anteriormente com Saviani e Paro, é na verdade o aluno. O capitalista do ensino não compra sua matéria-prima, pelo contrário, o próprio aluno-cliente é quem realiza a conversão D – A, dinheiro convertido em aula. Desse modo, o investimento que o capitalista de ensino deve fazer na aquisição dos meios de produção para produzir seu capital deve ser relativamente menor do que o investimento de um capitalista da esfera da produção material, que deve dispor de uma quantidade maior de capital para aplicar na compra de meios de produção e objetos de trabalho.

É justamente essa especificidade do conteúdo da compra, executada pelo capitalista de ensino na primeira fase do cíclico, que impactará o segundo e terceiro estágios do capital-dinheiro. O segundo estágio, como vimos, é caracterizado pelo consumo produtivo das partes constitutivas do capital: meios de produção e força de trabalho. Nessa segunda fase, há também consumo produtivo das partes constitutivas do capital de ensino. O capitalista de ensino, a partir da sua gerência, consome os meios de produção e a força de trabalho visando aumentar seu capital aplicado inicialmente. Aqui ele explora, igualmente, a mercadoria força de trabalho comprada no primeiro cíclico, o professor. Esses trabalhadores terão que trabalhar certo período do tempo pelo qual foram contratados para pagar o equivalente aos seus salários e outro período do tempo será consumido na forma de mais-trabalho, isto é, trabalho a mais em que se produzirá mais-valia. É exatamente neste momento que o capital do capitalista do ensino é valorizado e, portanto, seu valor é aumentado.

Contudo, do ponto de vista do conteúdo, esse processo se diferencia daquele da esfera da produção material. O final ou o resultado do capital-produtivo nesta esfera da produção é um produto no qual foi cristalizado trabalho humano, portanto, uma nova

mercadoria, um objeto separado da esfera da produção. Marx (1983a, p. 42), se referindo ao produto P oriundo da esfera produtiva argumenta que ele “[...] é considerado como uma coisa material diferente dos elementos do capital produtivo, como um objeto que possui existência separada do processo de produção, uma forma útil distinta dos elementos da produção”.

Na esfera do capital do ensino, essa segunda fase, de certa forma, se imbrica com a terceira fase, ou seja, a produção e o consumo coincidem. Em vista disso, o capital não se metamorfoseia na mercadoria, isto é, não há, materialmente, objetivação material de trabalho humano, ou seja, não foi cristalizado trabalho em nenhum objeto ou coisa. Marx reconhece, inclusive, esse aspecto ao afirmar, na sequência da citação acima, que há ramos da indústria em que o resultado do processo produtivo não é um objeto novo e, portanto, não é uma mercadoria. Na esfera da produção material, o resultado da produção ou o objeto tem como característica, do ponto de vista do capital, um valor de uso e valor, portanto, elementos fundamentais que imprimem propriedades à mercadoria. Na esfera da produção do ensino privado, o que ocorre, na verdade, a própria atividade é que lhe confere um efeito útil e o seu resultado se materializando diretamente em valor. Valor este, conservando a parte que foi adiantada e aumentada em seu processo produtivo. O efeito útil, reconhece Marx, só pode ser consumido no ato da produção, no caso específico, no ato da produção pedagógica. Razão pela qual, não podemos conceber a separação entre a produção e consumo, quando nos referimos formalmente à esfera da produção do ensino privado. Desse modo, o que é útil ou tem como qualidades úteis, não é o valor de uso ou o produto da atividade pedagógica, mas o que Marx considera útil é a própria atividade pedagógica. Assim, o que se vende, na prática, não é um produto ou uma coisa separada da produção, mas a própria atividade pedagógica. Nesse exato sentido, ao mesmo tempo que a produção pedagógica está ocorrendo o seu consumo, pelo aluno-cliente, está também se efetivando e, simultaneamente, está havendo conservação e valorização de capital.

Cabe examinar esse aspecto por outro lado, isto é, como se determina, então, o valor de troca do *efeito útil* da atividade produtiva do ensino. Argumenta Marx que, assim como ocorre na esfera da produção material, a determinação do valor de troca ocorre, da mesma forma, na esfera da produção do ensino. Assim, o valor de troca, portanto, do efeito útil da produção pedagógica é “[...] determinado, como o das demais mercadorias, pelo valor dos elementos de produção consumidos para obtê-lo (força de trabalho e meios de produção) somados à mais-valia, criada pelo mais-trabalho dos trabalhadores empregados [...]” (MARX, 1983b, pp. 42-43) no ensino.

Antes de seguirmos, é importante fazermos um esclarecimento acerca das últimas duas citações que expusemos. Nelas Marx, na verdade, está se referindo a um ramo específico

da indústria de comunicação. Aqui, como pudemos ver nos textos citados, ele defende a ideia segundo a qual o trabalho nesse ramo industrial se caracteriza pelo seu *efeito útil* e não pela materialização de um valor de uso. Em outros escritos, como por exemplo, nos Grundrisse, no *Capítulo VI Inédito de O capital*, assim como no seu livro IV, sobre a história das teorias da mais-valia, ao se referir a esfera dos serviços ou do ensino, Marx também defende que a atividade ali desenvolvida não produz um valor de uso ou uma coisa, mas que sua própria atividade é considerada como um *efeito útil*. Em razão disso, sentimo-nos autorizados a fazer essa análise ampliada para o ramo industrial da produção pedagógica, visto que o resultado dessa atividade, também, não ocorre a produção de um valor de uso, mas a própria atividade é considerada, em si, como útil ou tendo *efeito útil*. Além disso, em ambos os casos, não há produção de um valor de uso, mas a passagem direta do capital produtivo para o capital na forma dinheiro, elidindo a transformação do capital em mercadoria.

Em síntese, temos, neste caso, que, ao mesmo tempo em que o processo produtivo pedagógico está ocorrendo, o seu resultado, o produto-aula⁴⁶, não passa pela forma-mercadoria ou o capital-mercadoria, sendo objetivado diretamente na forma de dinheiro valorizado ou a forma capital-dinheiro.

Desse modo, se formalmente, na esfera da produção material, temos a expressão $D - M_{MP}^{FT} \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$, em que M_p = meios de trabalho (M_t) e objetos de trabalho (O_t), na esfera da produção do ensino temos formalmente a seguinte expressão: $D - M_{MP}^{FT} \dots P - D' (D + d)$. Percebe-se, portanto, que o capital do ensino privado não se manifestou, formalmente, na *forma-mercadoria*, ele saiu diretamente do processo produtivo P para se manifestar na forma de *capital-dinheiro valorizado*.

Como vimos no item anterior, Saviani e Paro têm concepções diferentes acerca do resultado do trabalho pedagógico. Para o primeiro, o resultado do processo pedagógico é a *aula*, tendo em vista que, neste processo, a produção e o consumo coincidem. Paro, todavia, amplia este conceito, mostrando que, do ponto de vista do conteúdo, o resultado da produção pedagógica vai para além da aula, visto que, para ele, há sim separação entre o ato de produzir e de consumir no tocante ao processo de ensino. No entanto, do ponto de vista formal ou, melhor

⁴⁶ Denominamos produto-aula, com Marx (2004, p. 18), a própria atividade produtiva pedagógica, visto que, no *Capítulo VI Inédito de O capital*, ele aponta que a categoria *serviço* “não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade”. Poucas linhas depois dessa passagem, Marx considera a educação, entre outras atividades, também como serviços. Desse modo, o que o cliente-aluno está consumindo, ao fazer sua compra, não é uma coisa ou um produto com qualidades materiais, mas a própria atividade pedagógica do professor, em seu processo de produção de capital do capitalista de ensino.

dizendo, na perspectiva do capitalista do ensino, e, portanto, do capital, de fato, o que ocorre nesse processo é que a produção e o consumo são coincidentes, em que o seu resultado é a aula. O que interessa ao capitalista do ensino, em última instância, não é o conteúdo da atividade pedagógica ou a qualidade do ensino, mas a valorização e expansão do seu capital. Muito embora que, para ele vender o seu produto-aula, busque oferecer algo de qualidade, segundo a perspectiva do capital, para que possa ganhar clientes-alunos na disputa entre outros capitalistas do ensino. Nesse sentido, assim como ocorre na esfera da produção material, ele, de algum modo, precisa oferecer um produto-aula minimamente satisfatório aos seus clientes-alunos.

Além disso, na esfera da produção material, como o resultado do processo produtivo é uma mercadoria e, como tal, necessita ser distribuída e comercializada, o capitalista produtor distribui sua mais-valia com outros capitalistas, como Marx aponta no Volume III de O capital. Porém, em relação ao ciclo do dinheiro do capitalista do ensino, como o resultado do processo produtivo é produzido e consumido ao mesmo tempo, o produto-aula não necessita ser distribuído e comercializado por outros capitalistas. Essa tarefa cabe, também, ao próprio capitalista produtor de ensino. Isso tem como consequência, para o capitalista produtor de ensino, que ele não precisa distribuir as quotas partes da mais-valia produzida no processo produtivo pedagógico com outros capitalistas.

O ciclo do capital do investidor do ensino, portanto, formalmente, se comporta como qualquer outro capital industrial, visto que inicia com dinheiro na forma de capital e finaliza como dinheiro conservado e valorizado: $D - D'$. Se diferencia, no entanto, nos seguintes aspectos: 1) no primeiro ciclo, o capitalista não compra objetos de trabalho, a matéria-prima na qual irá incidir o trabalho dos trabalhadores da educação, nem o principal meio de trabalho, o conhecimento historicamente produzido pela humanidade, que pertence ao professor; 2) a produção e o consumo da atividade pedagógica ocorre simultaneamente; 3) em consequência do item anterior, o capital não se transforma em mercadoria, sai diretamente do processo produtivo para se manifestar em capital-dinheiro valorizado; 4) o que o cliente-aluno compra e consome não é um produto físico, uma coisa, na forma-mercadoria, mas a própria atividade pedagógica, representando um efeito útil para o cliente-aluno; 5) O cíclico só passa, então, por duas fases, a transformação do dinheiro em mercadoria e sua reconversão, no processo produtivo, em capital na forma dinheiro valorizado.

Diante disso, concluímos que a principal questão não reside no fato de a educação escolar privada pode ser ou não uma mercadoria ou se ela apresenta limitações no tocante a reprodução da forma capitalista no seu interior. Mas que ela pode ser utilizada como ferramenta de conservação e valorização de capital, mesmo não passando por todas as fases do capital

industrial como ocorre na esfera da produção material. Contudo, formalmente, analisando a forma de manifestação do capital-dinheiro, ou seja, as formas ou metamorfoses que o capital assume em seu processo de valorização, na esfera da produção do ensino, o capital não se manifesta tal qual ocorre em outros ramos da produção. Essa sua especificidade, no entanto, não impede ou não limita o uso de uma instituição de ensino para a reprodução de capital.

Todavia, como já apontamos, essa é uma das formas pela qual o capitalista pode valorizar e aumentar seu capital no ramo do ensino. Buscaremos, então, apresentar a segunda especificidade em que o capitalista do ensino poderá valorizar seu capital por meio da produção de *pacotes educacionais* para ser comercializado com outras instituições de ensino ou para o consumidor individual. Nessa modalidade de investimento de capital, há semelhanças com o ciclo do capital geral, que o processo iniciado com D e finalizado por D', pode conter as três fases do cíclico do capital-dinheiro: transformação do dinheiro, na forma de capital, em mercadorias (Mp e Ft); consumo produtivo dos meios de produção (Mp) e força de trabalho (Ft), comprado na fase anterior, se materializando em uma *mercadoria-pacote-educacional*⁴⁷ - *MPE*', finalizando com a reconversão de *MPE*' em dinheiro valorizado. Aliás, que se enfatize, essa forma de investimento, devido as ferramentas tecnológicas e os portais da internet com estruturas de ofertas de cursos à distância, em suas diversas áreas do conhecimento, tem crescido muito nos últimos anos. Aqui os capitalistas buscam produzir, na verdade, mercadorias na forma de pacotes educacionais: treinamentos para professores, apostilas, ferramentas tecnológicas e softwares, instrumentais de avaliação, assessoria, e cursos de curta e média duração em diversas áreas do conhecimento. A venda dessas *mercadorias-pacotes-educacionais* é direcionada tanto para a esfera privada quanto para a pública, como veremos no item seguinte.

O importante, por enquanto, é apontar a similaridade desse investimento no ramo do ensino com o ciclo do capital geral. Nessa modalidade de investimento, a produção da *mercadoria-pacote-educacional* está separada do seu consumo. Porém, geralmente, os pacotes educacionais são produzidos por uma instituição privada e vendida, posteriormente, para outras instituições de ensino públicas ou privadas ou até mesmo para pessoas físicas. Para Marx (2004, p. 119), essas "[...] mercadorias existem separadamente do produtor, ou seja, podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo: por exemplo, livros, quadros,

⁴⁷*Mercadoria-pacote-educacional: Mercadoria*, pois, como qualquer outra, é constituída por um valor de uso e valor, além de ser produzida visando especificamente a sua troca; *Pacote*, uma vez que não se trata apenas de um elemento, mas um conjunto de serviços incluso dentro desse pacote, como treinamentos, livros, apostila, instrumentos de avaliação, assessoria e marketing empresarial, entre outros; *educacional*, pois se trata de serviços relacionados com o setor da educação, com ênfase na educação privada.

todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística do seu criador e executante [...]”. Acrescentamos os produtos educacionais, aos quais nos referimos linhas acima, no rol dessas mercadorias que “existem separadamente do produtor”, que “podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo”. Em vista disso, tão logo ocorra o processo *produtivo-educacional* (PE), tem-se uma nova mercadoria, a qual denominamos de *mercadoria-pacote-educacional*, visto que ela não se resume em apenas um produto, mas em um conjunto de serviços, tais como aulas-treinamentos, softwares, instrumentos avaliativos, portais, apostilas, entre outros.

Nessa perspectiva, o capital, agora, se manifesta sob a forma de *mercadoria-pacote-educacional*, contendo o valor dos seus elementos constitutivos, acrescentado por um novo valor, fruto do consumo produtivo da força de trabalho, na modalidade de profissionais da educação. A fase seguinte, e última fase do processo de cíclico do capital investidor em educação, é sua conversão em dinheiro valorizado – D’.

Temos, então, a forma desse cíclico representado pela seguinte expressão: $D - M_{MP}^{FT} \dots PE \dots MPE' - D'$ ⁴⁸. Entretanto, o *MPE'* não é apenas uma coisa ou um objeto, mas também algo sem uma materialidade física, como os softwares, treinamentos, instrumentais avaliativos, entre outros. Vale enfatizar, também, que embora formalmente essa expressão se assemelha ao ciclo do capital em geral, do ponto de vista do conteúdo há diferenças. Na esfera da produção material, como vimos, o capitalista transforma, na primeira fase, seu capital na forma-dinheiro em meios de produção e força de trabalho. Os meios de produção, por sua vez, se dividem entre meios de trabalho (instrumentos, máquinas, ferramentas, entre outros) e objetos de trabalho (matéria natural e matéria prima). De posse dos elementos objetivos do processo produtivo, os meios de produção, de um lado, e dos elementos subjetivos da produção, a força de trabalho, de outro, o capitalista efetua o processo produtivo ao gerenciar a força de trabalho a agir sobre os objetos de trabalho por meio dos instrumentos de trabalho. Na esfera do capital do ensino vendedor de pacotes educacionais, o capitalista, ao transformar o seu dinheiro em meios de produção, efetua a compra de meios de trabalho (ferramentas tecnológicas, softwares, prédios, entre outros). Porém, ele não realiza a compra do conhecimento enquanto *meio de trabalho*. Aqui, portanto, o meio de trabalho não é comprado pelo capitalista, como ocorre na esfera da produção material, nem é o consumidor-cliente, como ocorre na primeira especificidade da educação como espaço de reprodução do capital. O meio de trabalho, na verdade, pertence à

⁴⁸ D, capital inicial na forma-dinheiro; PE, capital produtivo-educacional, cujo consumo produtivo visa a confecção de uma nova mercadoria-educacional; MPE, mercadoria-pacote-educacional nova, produzida na etapa anterior, pelo capital produtivo-educacional; D', capital valorizado.

própria força de trabalho, que é o seu conhecimento. O que é vendido no mercado de ensino, sob a forma de *mercadoria-pacote-educacional*, é o próprio conhecimento, ou o saber enquanto meio de trabalho que será repassado para o pacote educacional no momento do consumo produtivo, na forma de treinamentos, apostilas, softwares, ferramentas digitais, e etc.

Vimos que Saviani e Paro apontam que essa modalidade de investimento só reproduz o modo de produção capitalista de forma limitada, visto que, ao contrário do que ocorreu na esfera da produção material, em que houve a apropriação dos instrumentos de trabalho e do conhecimento do trabalhador pelo capital, aqui não é possível se apropriar do conhecimento dos profissionais da educação. Os autores supracitados recorrem, inclusive, à citação de Marx já referida no início deste capítulo, segundo a qual ele afirma que nestes casos a “[...] produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada [...]” (MARX, 2004, p. 119).

Ocorre, entretanto, que o capital, conforme Marx mostrou em vários de seus textos, busca sistematicamente transformar todas as atividades humanas, a natureza, e o próprio trabalho, em espaço de reprodução ilimitada de capital. Consideramos, portanto, que há uma conexão entre esses dois aspectos, isto é, o capital que valoriza o seu dinheiro através da fábrica de ensinar busca se apropriar das *mercadorias-pacotes-educacionais*, produzidas por outros capitalistas⁴⁹. Essa *mercadoria-pacote-educacional*, por sua vez, ao facilitar o parcelamento e a divisão do trabalho pedagógico, favorece a diminuição de gastos com a força de trabalho do professor e, conseqüentemente, a precarização do trabalho docente, semelhante ao que ocorreu com os trabalhadores da esfera da produção material.

Mostramos a forma pela qual o capital se reproduz no ramo do ensino, seja na modalidade de ensino ofertado em instituições privada, seja na modalidade de vendas de pacotes educacionais. Apresentaremos, a seguir que, além da educação escolar ser um espaço de produção de capital, essa produção e reprodução ocorre de forma ilimitada, sem encontrar nenhuma barreira ou limite para sua expansão.

5.3 As instituições de ensino privado e a produção ilimitada de capital

Marx (1983a), no Volume I de *O capital*, especificamente na Seção IV, *A produção da mais-valia relativa*, mostrou que a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual,

⁴⁹ Pode ocorrer que uma mesma instituição de ensino, seja vendedora do ensino-aula e produtora de pacotes educacionais, tanto para consumo próprio quanto para a venda para outros capitalistas do ensino.

entre o pensar e o executar, foi fundamental para o capital se tornar a forma hegemônica de reprodução social. Este processo iniciou na cooperação simples e finalizou com a implementação da grande indústria, na qual o trabalho do trabalhador foi parcelado e especializado em tarefas específicas, de tal forma que o trabalhador individual perdeu o planejamento da sua atividade, esta passou a ser domínio e monopólio do capital. A divisão do trabalho em parcelas, cada vez mais em etapas específicas, representou a subordinação real do trabalho ao capital e a desqualificação do trabalhador. Aqui, ele foi expropriado dos meios de produção e do processo de planejamento da sua atividade.

Desse modo, o trabalhador, que antes planejava e executava sua atividade e controlava todo o processo de trabalho, inclusive os instrumentos de trabalho, com a subsunção real do trabalho ao capital, passou apenas a executar uma pequena parte da totalidade dos trabalhos exigidos para produzir determinada mercadoria. Em vista disso, argumenta Saviani (1991, p. 83), a “objetivação do trabalho no processo industrial próprio das sociedades capitalistas tem justamente a seguinte característica: em lugar de subordinar o processo de trabalho ao trabalhador, ela subordina o trabalhador ao processo de trabalho”. Para o autor, o parcelamento ou a divisão em parcelas da atividade pedagógica, tal qual ocorreu com o trabalho na esfera da produção material, não pode ser aplicada na esfera do ensino, visto que a produção e o consumo da produção pedagógica ocorrem simultaneamente, como já apontamos anteriormente. Saviani utiliza-se de um caso concreto, em que se buscou separar o planejamento e a execução da atividade pedagógica para demonstrar que não se pode aplicar esse modelo na esfera do ensino. Ao analisar a pedagogia tecnicista introduzida no Brasil pela ditadura empresarial-militar, a partir de 1964, Saviani (1991, pp. 82-83) defende que:

No limite, o anseio da pedagogia tecnicista é garantir a eficiência e a produtividade do processo pedagógico independentemente dos trabalhadores da educação. A eficiência do ensino seria garantida pela racionalização, pelo planejamento do processo sob o controle de técnicos supostamente habilitados, passando os professores a plano secundário, isto é, subordinando-os à organização ‘racional’ dos meios. Com isso, foi possível introduzir, também no ensino, a rotatividade da mão-de-obra de forma semelhante ao que ocorre nas empresas capitalistas. Daí, a crença na possibilidade de substituição de professores sem prejuízo do processo, como se fosse possível substituir um professor numa disciplina em pleno semestre letivo sem que isso acarretasse nenhum prejuízo para o aprendizado, por parte dos alunos, da referida disciplina!

Em razão disso, argumenta Saviani (1991, p. 83):

No entanto, a ênfase no planejamento visava exatamente isto, ou seja, acreditava-se que se a programação fosse bem feita, se os objetivos fossem claramente operacionalizados, sua realização dependeria da troca de agentes já que o novo agente se integraria no mesmo processo executando operações previamente definidas

e começando no ponto exato onde havia cessado a ação de seu antecessor, sem solução de continuidade. Esta visão tecnocrática se manifestou através de um conjunto de mecanismos tais como a instrução programada, o tele-ensino, o micro-ensino, o ensino por computador, as máquinas de ensinar, o enfoque sistêmico, enfim, uma série de instrumentos pedagógicos surgidos nos últimos 20 anos, inspirados todos nessa mesma concepção pedagógica.

Faz-se necessário apontarmos algumas considerações dessas citações de Saviani. Em primeiro lugar, o autor está utilizando um exemplo de aplicabilidade de organização do trabalho da esfera da produção material sobre a produção pedagógica, segundo o qual buscou-se utilizar das mesmas estratégias da divisão do trabalho daquela esfera da produção no âmbito da atividade pedagógica. Assim como ocorreu com o trabalhador da esfera da produção material, a atividade do professor foi secundarizada, visto que a proposta tecnicista implementada pelo governo federal objetivava a eficiência do ensino por meio da “racionalização” e o “planejamento do processo sob o controle de técnicos supostamente habilitados”. Porém, argumenta Saviani, como a atividade do professor não pode ser dividida ou parcelada e substituída a qualquer momento, esta aplicação se torna, na prática, inviável, e, portanto, o modo de produção capitalista só pode ocorrer aí de forma limitada.

Percebe-se, desse modo, que o autor está fazendo uma analogia da prática adotada na esfera da empresa capitalista ligada a esfera da produção material, que tem como finalidade a produção de mais-valia, com uma atividade da esfera da produção pedagógica de uma instituição de ensino pública, que tem como objetivo o ensino, visto que a pedagogia tecnicista, apesar de ter contemplado as esferas pública e privada, teve como foco a educação pública⁵⁰. Além disso, essa proposta foi pensada pelo Estado brasileiro sob influência da *Teoria do Capital Humano – TCH*⁵¹, na qual se defendia que os países em desenvolvimento deveriam direcionar esforços na educação, sobretudo na modalidade de ensino profissional e técnico, como forma de superar seu subdesenvolvimento.

Em outras palavras, Saviani defende que, pelo fato do Estado, através da política educacional, ter implementado (ou tentado implementar) sem sucesso a forma de organização do trabalho da empresa capitalista no âmbito do sistema público de ensino, provaria que o modo de produção capitalista só ocorreria aí apenas de forma limitada. Acontece, no entanto, que não podemos comparar duas instituições de ensino com objetivos distintos para apontar a inconsistência de se aplicar a mesma forma organizativa em ambas. Que o Estado, de fato,

⁵⁰ A pedagogia tecnicista, a qual Saviani se refere, teve como base a Lei de nº 5692/1971, do período da Ditadura empresarial-militar.

⁵¹ Importante contextualização histórica e teórica da introdução da *Teoria do Capital Humano* aqui no Brasil, encontra-se em Frigotto (2015).

tentou aplicar, naquilo que Saviani e outros autores denominaram de pedagogia tecnicista, as mesmas estratégias utilizadas na empresa capitalista é incontestável. Porém, repitamos, não se pode, daí, tirar conclusões de limitação da reprodução do modo de produção capitalista se estamos nos referindo a instituições com objetivos distintos. A análise estaria correta, todavia, se o autor tivesse analisado separadamente a aplicabilidade da forma organizativa da empresa capitalista em uma instituição de ensino privada e numa instituição de ensino pública. Daí, poder-se-ia chegar a algum resultado referente ao efeito da aplicação do modo de produção capitalista sobre estas instituições.

O que estamos buscando demonstrar, na verdade, é que temos que analisar a aplicabilidade da organização do trabalho de uma empresa capitalista no âmbito de uma instituição privada de ensino, na qual tem em comum com a empresa capitalista, a busca de valorização de capital.

Paro (2012), constata que a atividade pedagógica contém dois saberes: saber instrumentalizado, que permite a execução da atividade pedagógica, diz respeito aos métodos e técnicas de ensino; e saber historicamente acumulado, este sendo caracterizado como a própria *matéria-prima* do ensino. Pela natureza de cada um deles, também não se poderia generalizar o modo de produção capitalista no âmbito da escola. Assim como Saviani, Paro também defende que não há espaço para divisão e o parcelamento da atividade pedagógica, sob o risco de descaracterizá-la.

Saviani (1991) e Paro (2012) talvez tenham razão quando afirmam que o trabalho pedagógico não pode ser parcelado ou subdividido, visto que, na esfera do ensino, não se pode separar o pensar e o executar, ou seja, o planejamento não pode ficar “sob o controle de técnicos supostamente habilitados, passando os professores a plano secundário, isto é, subordinando-os à organização ‘racional’ dos meios” (SAVIANI, 1991, p. 82). Isso é verdade, contudo, se restringirmos a atividade pedagógica do professor simplesmente ao processo de execução, ou seja, ao momento em que ele está ministrando sua aula.

Desse modo, examinando esse processo mais de perto, percebe-se que há espaços para que se possa pensar o parcelamento da atividade pedagógica, em que o papel do professor, se não é secundarizado, é, com certeza, limitado. Com efeito, ao analisar a produção pedagógica em seu conjunto, não se restringindo ao momento da sua execução, percebe-se que o planejamento, incluindo o plano de aula e os materiais pedagógicos a serem utilizados, pode não ser função específica do professor que irá ministrar a aula, mas de outro profissional da educação ou mesmo de um software ou uma ferramenta digital. Neste caso, o saber enquanto instrumento (elaboração de um plano de aula e os exercícios a serem trabalhados em sala de

aula, incluindo os métodos e técnicas de ensino), pode ser transferido, se não em sua totalidade, mas uma parte para os programas de computadores disponibilizados sob a forma de software e ferramentas digitais. Como também, pode ser planejado por técnicos educacionais, na forma de pacotes, cabendo ao professor apenas a sua execução. De forma semelhante a proposta avaliativa (na sua concepção diagnóstica, formativa e mensurativa), pode também ser pensada por técnicos e executada por outras pessoas e/ou ferramentas digitais. Resta ao professor, nesse sentido, a execução da aula, que foi planejada por outras pessoas ou programas de computadores. Dessa forma, o saber enquanto instrumento, diferentemente do que defende Saviani (1991) e Paro (2012), pode ser separado e dividido, em parte, do ato de produção pedagógica. Nesta perspectiva, é correto afirmar que há sim espaço de se expropriar o conhecimento do professor, transferindo-o para outros profissionais da educação ou programas de computadores, como softwares educacionais e ferramentas digitais, disponibilizados em portais da internet.

Dito de outra maneira, na produção pedagógica pode sim ocorrer a expropriação do conhecimento do professor (conhecimento enquanto instrumental do processo pedagógico) e, por consequência, a implementação do parcelamento da sua atividade pedagógica. Esse processo representou historicamente a subordinação real do trabalho ao capital e a desqualificação do trabalhador. Desse modo, pode-se afirmar que, ao se introduzir esta prática na produção pedagógica, o trabalho do professor também passa por um processo de desqualificação, reproduzindo, portanto, o modo de produção capitalista no âmbito da atividade pedagógica. Veremos, no tópico seguinte, que é justamente isso que vem acontecendo nas instituições de ensino privado e, em alguma medida, nas instituições de ensino pública, quando adquirem os ditos pacotes educacionais. Estes pacotes educacionais, em grande medida, contribuem para este processo de divisão e parcelamento da atividade do professor, visto que, neles já vêm preparados o planejamento, (aqui incluí o plano de aula, os conteúdos a serem ensinados, as atividades a serem encaminhadas para os alunos, elaboração de estudos, elaboração de slides, quando necessário, entre outros) e o processo avaliativo, com banco de questões previamente montado, disponível, inclusive, na forma de softwares e ferramentas digitais. Alguns pacotes educacionais incluem também assessoria educacional, formação/treinamento de professores, propostas de reorganização da escola e da sala de aula.

Paro (2012) avança em relação a Saviani (1991) ao apontar que, além do conhecimento enquanto instrumento do processo pedagógica, existe o conhecimento enquanto

*matéria-prima*⁵², necessário e presente no ato da produção pedagógico, no qual ele defende que é justamente o caráter desse conhecimento que restringe a generalização do modo de produção capitalista na escola. De fato, este conhecimento não pode ser alienado do professor sob o risco de descaracterizar o processo de ensino, visto que este só tem sentido caso o consumidor-aluno, no ato da aula, aprende ou internalize algo novo, isto é, adquira novos conhecimentos. Evidentemente, isso só é possível em função do conhecimento teórico do professor, que é transmitido no momento da aula. Neste caso, de fato, se dificulta a generalização do modo de produção capitalista na escola.

Contudo, há duas questões importantes a serem consideradas. Em primeiro lugar, como apontamos linhas acima, o parcelamento e a divisão das atividades no âmbito da produção pedagógica, propiciada em grande medida pela compra da *mercadoria-pacote-educacional*, de certa forma, minimiza o peso e a importância do conhecimento do professor no momento da aula, visto que o processo pedagógico, inclusive o material a ser utilizado (livros, apostilas, questões, exemplos e etc) até a sua execução passa a ser pensado por outros técnicos, no qual o papel do professor é apenas de executar.

Em segundo lugar, a formação técnica desse docente, referente aos conteúdos e temáticas específicas da sua área de conhecimento, ou seja, os conhecimentos universais, historicamente acumulados ao longo da história da humanidade, vem sendo sistematicamente rebaixados, fragmentados e, de certa forma, negados nos cursos de formação inicial e continuada de professores. Martins (2010, pp. 20-21), ao examinar a formação docente atrelada a atividade produtiva, defende que a formação inicial de professores vem sendo impactada pelos novos “paradigmas” da educação, no qual a “teorização objetiva, geral e universal da história, passa a ser ocupada pelas descrições fenomênicas e pelas interpretações consensuais presentes em representações mentais primárias (locais, imediatas e fortuitas) com as quais a realidade passa a ser identificada”. Essa formação pragmática do docente, na prática, defende a autora, ao desqualificar o conhecimento universal sistematizado ao longo dos tempos, material por excelência da atividade docente, tem como consequência a própria negação do ato de ensinar. Em consequência disso, a autora defende que

[...] a linha distintiva entre a escola como *locus* do exercício profissional e a escola como *locus* que deva preparar filosófica, teórica e metodologicamente o professor para esse exercício vai se diluindo de modo cada vez mais rápido e mais cedo na formação inicial do professor. As dimensões técnicas da prática de ensino passam a ocupar um lugar central, em detrimento de seus próprios fundamentos. Privilegia-se a *forma* mutilada de *conteúdo*! (MARTINS, 2010, p. 22)

⁵² É oportuno lembrar que este conhecimento, conforme apontamos anteriormente, na verdade se refere ao conhecimento enquanto *meio de transformação e modificação da personalidade do aluno*, e, portanto, ele não é a matéria-prima da produção pedagógica. Esta matéria-prima ou o objeto da atividade do professor é o aluno.

Essa diluição da “linha distintiva entre a escola como *locus* do exercício profissional e a escola como *locus* que deva preparar filosófica, teórica e metodologicamente o professor” passa também pela articulação entre a teoria e a prática. Essa articulação, todavia, tem como premissa exaltar a prática em detrimento da teoria, isto é, uma formação “[...] centrada na resolução de problemas práticos imediatos e o manejo das situações concretas do cotidiano escolar, enfim, que privilegia a *forma* em detrimento do *conteúdo*, deixando implícita a falaciosa frase: ‘na prática a teoria é outra!’” (MARTINS, 2010, pp. 22-23).

Em virtude disso, a formação docente, inicial e continuada, passa por um processo de aligeiramento, rebaixamento de conteúdo, em que o pratíssimo assume preponderância, via reestruturação dos programas dos cursos de licenciatura⁵³, tanto das instituições de ensino de nível superior pública quanto das privadas. Esse cenário pelo qual a formação docente vem se fragmentando é agravado ainda mais com a introdução de cursos de licenciaturas na modalidade de ensino à distância.

Desse modo, o conhecimento historicamente acumulado, como defende Paro (2012), mesmo sendo imprescindível, vem sendo negligenciado ou, melhor dizendo, sistematicamente rebaixado, esvaziado de conteúdo e aligeirado, impactando negativamente na formação docente. Desse modo, entendemos que há uma articulação entre ambos os conhecimentos, isto é, na medida em que o conhecimento enquanto instrumento pode ser pensado e executado de forma separada, o conhecimento produzido historicamente pela humanidade é desvalorizado, visto que cabe ao professor a execução de um conteúdo pensado por outros profissionais ou equipes técnicas. Esta articulação, portanto, possibilita a reprodução de forma generalizada do modo de produção capitalista no âmbito da escola, quando se busca a produção de mais-valia e, dessa forma, a valorização do capital.

A função do professor, então, se restringe a ministrar sua aula, cabendo as demais tarefas, planejamento, definição de conteúdo e avaliação, a outros profissionais da educação ou programas digitais, retirando-lhe o controle de parte do processo pedagógico. Em razão disso, o capital se apodera, também, de parte da atividade de ensino, transmutando processos semelhantes ocorridos na esfera da produção material para a produção pedagógica e, com isso,

⁵³ Conforme propõe a estratégia 15.6 do atual Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024, Lei de nº 13005/2014). Ver também a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, na qual aprovou novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Estas novas diretrizes de formação de professores devem ter como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual foi aprovada recentemente e tem como referência os novos paradigmas da educação, conforme apontado por Martins (2010).

possibilitando sua reprodução ilimitado do ramo do ensino privado. Aqueles pacotes educacionais, melhor dizendo, a *mercadoria-pacote-educacional*, ao qual nos referimos no item anterior, cumprem exatamente esta função de substituir, em parte, a tarefa do professor, limitando seu espaço de atuação e, de certa forma, expropriando parte do seu conhecimento instrumental, transferindo-o para as ferramentas digitais, assim como favorece o rebaixamento ou esvaziamento do conhecimento enquanto matéria-prima da prática docente.

Pode-se comprovar esse processo quando se analisa os pacotes educacionais vendidos pelas empresas capitalistas do ensino, na forma de software ou de portais da internet. Nestes pacotes educacionais, encontram-se os planejamentos da atividade pedagógica, incluindo planos de aulas de todo o conteúdo e referentes as áreas do conhecimento que será ministrado durante o período letivo. Além disso, estes pacotes educacionais incluem, também, o processo avaliativo sob a forma de instrumentos de avaliação de rendimento, com questionários elaborados conforme o planejamento. Ademais, em alguns casos, os professores recebem treinamentos para executarem sua atividade de acordo com o planejamento e os instrumentos avaliativos. Alguns portais, inclusive, disponibilizam até as projeções das aulas para os professores utilizarem.

Em síntese, nesses pacotes estão inclusos, sob a forma de softwares ou ferramentas digitais, o livro didático a ser utilizado, na forma física ou digital, o planejamento das aulas de acordo com o livro adotado, projeções dos conteúdos abordados em cada aula, um banco de dados referente a todas os itens postados no livro didático, além de bancos de questões de ENEM e vestibulares, quando se trata, neste caso, do ensino médio. O papel do professor, nessa perspectiva, é drasticamente diminuído, restringindo a sua tarefa a executar o planejamento disposto no pacote educacional, assim como a montar (não mais elaborar) a sua avaliação de acordo com o banco de questões também disponível no referido pacote. Inclusive, a correção do processo avaliativo é repassada para outras pessoas ou programas de computadores. Neste caso, mesmo que de forma limitada, o professor deixa de acompanhar o desenvolvimento de cada aluno individualmente. Desse modo, assim como ocorreu com o trabalhador da esfera da produção material, o conhecimento do professor está sendo expropriado, ao ser transferido para os programas de computadores, em que o professor passa, também, a exercer apenas parte do processo, que antes ele executava toda ou quase toda a tarefa. Assim, o papel de planejar e executar sua atividade pedagógica está sendo expropriada pelo capital, com a introdução dos ditos pacotes educacionais. Em consequência, a atividade docente, assim como ocorreu com o trabalhador da esfera da produção privada, está sendo desvalorizada.

5.4 Reprodução ilimitada de capital no âmbito do ensino: o caso dos sistemas de ensino

Esses aspectos levantados no item anterior podem ser constatados quando se examina os *sistemas de ensino privado*⁵⁴, os quais vem surgindo no Brasil, com mais ênfase a partir da década de 1990. Esses *sistemas de ensino privado* têm como finalidade a produção de *mercadorias-pacotes-educacionais* e ferramentas pedagógicas para serem vendidas em todo território nacional. Esses sistemas de ensino, ligados em sua maioria ao capital financeiro, são também grandes fornecedores de livros didáticos para as instituições de ensino públicas, através do *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), e instituições de ensino privadas. Na verdade, é importante frisar que, em muitos casos, na compra do livro didático já estão inclusos os demais itens do pacote educacional. Entre os *sistemas de ensino privado* e, como apontamos, vendedores de livros didáticos, se destacam os seguintes: Grupo espanhol Santillana, Rede Pitágoras, Objetivo, Pearson, Positivo e Abril Educação.

Frisamos, todavia, que não pretendemos fazer uma análise pormenorizada desses grupos, mas apontar os elementos contidos nas *mercadorias-pacotes-educacionais* produzidos e vendidos por eles, os quais corroboram com a tese defendida acima da expropriação do trabalho do professor, como forma de reprodução ilimitada do capital sobre o ramo do ensino.

O grupo Santillana, conforme disposto em seu sítio⁵⁵, vende pacotes pedagógicos e serviços educacionais para instituições de ensino privadas e públicas. Estes pacotes educacionais são divididos em três categorias: *Didáticos* (soluções completas, livros/coleções), *Complementares* (Idiomas, Socioemocionais e Literatura) e *Adicionais* (Avaliações e Mercado Público). O pacote *Didático* é destinado para as instituições privadas, e oferece os seguintes serviços: *Soluções completas* (Sistema Farias Brito – SFB), Compartilha, Sistema UNO – Educação, Kepler e Novo Pintaguá; e Livros e Coleções (Editora Moderna). O pacote *Avaliações*, sob o nome de *Avalia Educacional*, se destina a analisar e produzir relatórios das

⁵⁴ É importante fazer um esclarecimento acerca do termo *sistema de ensino*. Na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, foram estabelecidos apenas três sistemas de ensino: *Sistema de ensino municipal; Sistema de ensino estadual e do Distrito Federal; e Sistema de ensino federal*. Cada um desses sistemas de ensino tem seu campo de atuação e de competência bem definido, em que todas as instituições de ensino pública ou privada estão inseridas. Desse modo, a rigor, não existe sistema de ensino privado, conforme a legislação em vigor. Ocorre, todavia, que as empresas capitalistas vendedoras de pacotes educacionais ou que ofertam ensino privado utilizam o termo sistema de ensino designando que estas instituições trabalham em rede e que, portanto, fornecem um conjunto de serviços, na forma de pacote educacional, para outras instituições de ensino por meio da venda pelo mecanismo da franquia, conforme aponta estudo de Oliveira (2009). Daí utilizarem, também, o termo sistema de ensino.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.santillana.com.br/nossas-solucoes>. Acessado em 20 de junho de 2021.

avaliações externas visando subsidiar na tomada de decisões às instituições de ensino públicas e privadas frente ao resultado das avaliações externas de que tais instituições participam. Visando exclusivamente as instituições de ensino públicas, encontra-se a venda de Livros didáticos pela Editora Moderna, em que a escola ou o sistema de ensino adotando-o terá acesso um pacote educacional visando subsidiar a atividade docente.

Para efeito de nosso trabalho, destacaremos alguns desses serviços produzidos e vendidos às instituições de ensino públicas e privadas. No rol dos serviços vendidos às instituições de ensino privadas, destaca-se o Sistema Farias Brito (SFB) e o Sistema UNO. No *sítio*⁵⁶ da Santillana, aponta que o sistema SFB busca ofertar uma “Educação inovadora e de alta qualidade que prepara os alunos para os principais vestibulares e também para a vida, despertando o talento de cada um”. Nessa perspectiva, o seu propósito é “orientar o aluno a liderar pelo caminho da educação, independentemente do destino que ele escolher”. Contudo, logo em seguida, apresenta um rol de resultados conseguidos por seus alunos em diversos vestibulares, notas máximas no ENEM, com destaque para os primeiros lugares conquistados por seus alunos nos cursos de medicina. Fica claro, então, que o SFB aponta, logo no início, que seu objetivo, na verdade, é vender uma *mercadoria-pacote-educacional* de qualidade, segundo a lógica do mercado, se assemelhando a busca de um produto competitivo da esfera da produção material.

Dentro dos serviços ofertados pelo SFB, encontram-se: *Assessoria de Performance Completa, Assessoria Administrativa e Assessoria Pedagógica*. Ainda no *Sítio* da Santillana é destacado que o SFB oferece recursos digitais, tais como: Proposta de redação; Videoaulas EM; simulador de testes; plataforma, livros, recursos e interações; avaliações bimestrais; Banco de questões; e objetos digitais. Esses serviços são ofertados para os alunos desde a Educação Infantil ao Ensino Médio e Pré-vestibular. No final da página há um link direcionando exclusivamente para o SFB. No *Sítio* SFB⁵⁷, as três categorias acima são desdobradas em outras cinco, a saber: *Currículo, Avaliações, Gestão, Assessoria de Performance e Resultados*. Interessa aqui destacar os aspectos contidos na categoria *Currículos e Avaliações*. No tocante ao *Currículo*⁵⁸, pouco se tem sobre essa temática. Contudo, apresenta-se um rol de recursos e serviços que podem ser acessados por professores, alunos e coordenadores escolares. Assim, apresenta como recursos importantes os *slides de aulas*, “prontos para serem utilizados pelo

⁵⁶ Disponível em: <https://www.santillana.com.br/nossas-solucoes/sfb>. Acessado em 20 de junho de 2021.

⁵⁷ Disponível em: <https://sistemafb.com.br/>. Acessado em: 24/09/2021.

⁵⁸ Disponível em: <https://sistemafb.com.br/solucoes-educacionais/curriculo/lms-plataforma-de-conteudos/>. Acessado em: 24/09/2021.

professor em suas aulas”, além de simulados digitais do ENEM com relatórios personalizados e “ferramentas de personalização de avaliações com correção automática”. No campo *Avaliação*⁵⁹, destaca-se que o núcleo de avaliação disponibiliza “aos alunos, professores e gestores simulados impressos e digitais que contam com *correções inteligentes* e indicadores de desempenho” (grifos nossos). No rol de serviços ofertados no campo avaliação, encontram-se: bancos de questões, avaliações bimestrais, simulador de testes, avaliação integrada de aprendizagem, simulados formato ENEM e simulados de vestibulares paulistas. Percebe-se aqui que parte da atividade pedagógica do professor está sendo transferida para as ferramentas digitais, tais como slides de aula, elaboração e correção de avaliação, com “*corretores inteligentes*”, e simuladores de testes.

Em seu *Sítio*, o Santillana aponta que o *Sistema UNO – Educação* é direcionado para “escolas privadas de educação básica que buscam inovar em suas práticas de ensino e de aprendizagem”, além de ser “um projeto educacional completo que contempla soluções integradas e tecnológicas”. No *Sítio*⁶⁰ do *Sistema UNO-Educação* é destacado que, no Brasil, o Sistema contempla mais de 450 escolas parceiras com aproximadamente 130 mil alunos. O *Sistema Uno – Educação* oferta às suas escolas parceiras quatro serviços: *Recursos de aprendizagem, ambientes digitais, serviços educacionais e avaliações*. Os *Recursos de aprendizagem* são direcionados para os alunos, professores, escolas e famílias, correspondentes a educação básica e a cada série da educação infantil ao nível médio. Destaca-se para o fato de que, no ensino médio, o professor terá acesso aos módulos dos alunos e aos resumos preparados para a projeção em sala de aula. No tocante aos *ambientes digitais*, é ofertado um *espaço multimídia, plataforma Uno e um espaço Maker*. Em relação ao *Espaço Multimídia*, o Sistema Uno-Educação busca espelhar a sala de aula, buscando ampliá-la para as mídias digitais.

No que se refere aos *serviços educacionais*,⁶¹ é apontado que “professores e gestores pedagógicos recebem uma formação contínua e significativa, por meio de eventos e assessorias especiais”. Esse processo é executado por meio de *Congressos de Diretores e Formação de Professores*. Em relação a formação docente, o *Sistema Uno-Educação* destaca que é ofertada “para as escolas uma formação pedagógica que parte da reflexão para a prática. Sempre antenados nas maiores tendências globais da educação e alinhados à premissa da nossa

⁵⁹ Disponível em: <https://sistemafb.com.br/solucoes-educacionais/avaliacoes/>. Acessado em: 23/09/2021.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.unoeducacao.com/sobre-o-uno/>. Acessado em: 23/09/2021.

⁶¹ Disponível em: <https://www.unoeducacao.com/nossa-solucao/servicos-educacionais/>. Acessado em 24/09/2021.

legislação vigente, abordamos temas relevantes para construir propostas educacionais inovadoras”.

No tocante à *avaliação*, é proposto um serviço digital para os estudantes do ensino médio, integrado a plataforma Uno, que tem como objetivo que o aluno receba, na hora, a correção automatizada da avaliação realizada; além disso, é proposto aos alunos simuladores online e simulados do Enem.

Em relação às instituições públicas de ensino, o grupo Santillana atua por meio de três programas: *Avalia educacional* (ofertado para instituições de ensino públicas e privadas); *Aprova Brasil*, direcionado para as crianças dos anos iniciais; e a *Editora Moderna*, por meio da venda de livros didáticos ao programa PNLD do Governo Federal. Ao adquirir o livro didático, a escola ou o sistema de ensino terá acesso a alguns recursos pedagógicos disponibilizados no *Sítio* da Editora Moderna. Justamente neste *Sítio*, encontra-se a proposta mais resumida e clara da perda do controle da atividade pedagógica pelo professor ou do saber enquanto instrumento. Logo de início, se identificam claramente propostas educacionais referentes ao *planejamento, execução/prática e avaliação*. Em relação ao campo *planejamento*⁶², entre as dez ferramentas digitais ofertadas, a ferramenta *Planejador de Aula* se destaca das demais, visto que nela o professor insere algumas informações e o seu plano de aula, em poucos minutos, estará pronto para ser executado. Informações essas, tais como: data de aplicação da aula, nome da escola, turma e o livro didático adotado da coleção Moderna; objetivos, conteúdos, avaliações e estratégia. Vale ressaltar que estas informações já estão disponíveis na plataforma, a tarefa do professor é apenas a de escolher o tema da aula, por sua vez, os objetivos, conteúdos, avaliação e estratégia estão correlacionados e, também, disponíveis ao professor. Elaborado o Plano de Aula, por meio da ferramenta digital *Planejador de Aula*, vem a etapa seguinte: executar o planejamento, ou seja, o momento da aula. Aqui, o professor terá a sua disposição outra ferramenta digital, disponibilizada no campo *prática*⁶³, denominada *Aulas Prontas para a Projeção*. As aulas já são previamente elaboradas, cabendo ao professor a execução dos elementos disponível no slide preparado e disponibilizado na ferramenta digital. Aqui, o saber ou o conhecimento do professor também é secundarizado, visto que cabe a ele apenas o papel de executor do processo pedagógico. Por fim, no momento de verificar se os alunos assimilaram as informações repassadas na aula, o docente, também

⁶² Disponível em: <https://www.moderna.com.br/modernamigos/ensino-medio/#planejamento>. Acessado em: 23/09/2021.

⁶³ Disponível em: <https://www.moderna.com.br/modernamigos/ensino-medio/#pratica>. Acessado em: 23/09/2021.

terá acesso a outra ferramenta digital. Trata-se do campo *avaliação*⁶⁴, no qual o professor tem a sua disposição três ferramentas digitais: *caderno de questões do Enem*; *Banco de redações Enem*; e *Banco de questões para montar a prova*. Por meio dessa ferramenta, o professor insere algumas informações relacionadas a avaliação que ele pretende realizar, tais como: turma, assunto, descritores, logo da escola, etc. Em seguida, ele terá a avaliação montada na forma de PDF ou doc. Dessa forma, o professor não elabora sua avaliação de acordo com sua turma, apenas escolhe as questões disponíveis previamente na plataforma digital, na qual os seus dados podem ser inseridos pelo próprio professor ou por outros profissionais do ensino. O papel do professor, então, é apenas de executor de um planejamento e uma proposta avaliativa que já estavam pré-definidos nas ferramentas digitais.

Percebe-se, portanto, que no conjunto dessas ferramentas digitais busca-se retirar o papel do professor como planejador, diminuir seu papel enquanto executor e avaliador de uma proposta pedagógica. Desse modo, ao transplantar o conhecimento dos profissionais da educação para as ferramentas digitais e softwares, o capital expropria, em parte, o conhecimento do professor e, com isso, facilita sua valorização por meio de uma instituição de ensino, tanto como vendedor de pacotes educacionais ou como capitalista vendedor de produto-aula. O capitalista do ensino, desse modo, na busca de valorização do seu capital, ao transformar seu capital em meios de produção e força de trabalho, efetua, também, a compra de pacotes educacionais produzidos por outros capitalistas⁶⁵. Estes pacotes educacionais, como mostramos, diminui o papel do professor e, em consequência, desvaloriza a força de trabalho.

Esse processo, no contexto da pandemia em razão da covid 19, parece ter acelerado, sobretudo nas instituições de ensino privado de nível superior. Com o ensino remoto, devido a pandemia, entidades sindicais e jornais têm noticiado e denunciado medidas adotadas pelos capitalistas de ensino, tais como demissão em massa de professores, diminuição de carga horária, seguida de aumento de trabalho devido a superlotação das salas virtuais. Segundo noticiou o *Sítio*⁶⁶ de notícias G1, faculdades paulistas chegaram a demitir mais de 1.600 professores durante os primeiros meses da pandemia, ao mesmo tempo em que lotaram salas virtuais com até 180 alunos. O *Sítio* também destaca o fato de que muitos desses professores foram demitidos e admitidos em seguida através do recurso de CNPJ/MEI, diminuindo os

⁶⁴ Disponível em: <https://www.moderna.com.br/modernamigos/ensino-medio/#avaliacao>. Acessado em: 24/09/2021.

⁶⁵ Abstrai-se o fato de que alguns dos sistemas de ensino vendedores de pacotes educacionais produzirem para suas próprias escolas e para a venda em outras instituições de ensino privada.

⁶⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml>. Acessado em: 24/09/2021.

gastos da empresa capitalista, ao reduzir encargos e, em consequência, retirando direitos dos profissionais da educação. Além disso, aponta o portal G1, os “cortes refletem não apenas nos índices de desemprego, mas na qualidade do ensino à distância: superlotação de salas virtuais e a substituição de educadores por ‘tutores’ como forma de reduzir a carga horária e salário dos docentes”.

Não temos como medir se esse processo é uma tendência do capital, algo circunstancial ou mesmo uma estratégia do capital da esfera do ensino de passar “a boiada da educação”, aproveitando o contexto pandêmico no qual estamos passando para “soltar uma granada” do capital no bolso dos trabalhadores da educação, retirando ainda mais seus direitos. No entanto, esse processo se encaixa no movimento maior do capital, no sentido de desvalorização do trabalho do professor por meio da sua desqualificação em virtude do processo de separação entre o planejamento e a execução da atividade pedagógica.

Nesse sentido, é importante ressaltar que antes da Pandemia, em dezembro de 2019, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, autorizou a ampliação de 20% para 40% das disciplinas na modalidade de Ensino à Distância (EAD) nos cursos de graduações presenciais. Ora, aumentar o ensino a distância, nos cursos de licenciatura presencial, não é apenas algo circunstancial, mas o caminho que vem sendo sistematicamente perseguido e conquistado pelos capitalistas do ensino para diminuir o controle do professor sobre sua sala de aula.

Além disso, os portais de notícia também denunciaram o fato de que as faculdades privadas estavam usando aulas gravadas por professores que haviam sido demitidos. Conforme denúncia do jornal *Brasil de Fato*, um grande grupo de ensino privado do país propôs usar as vídeo-aulas gravadas pelos professores, por meio de um aditivo contratual, por tempo indeterminado, mesmo após a sua demissão, conforme a cláusula segunda do documento:

‘Pelo presente Instrumento Particular o empregado cede ao empregador o direito de uso da sua propriedade intelectual, de que trata o presente instrumento, incluindo, o direito de sua imagem, de forma gratuita e sem limite de tempo, não se limitando ao período de duração do seu contrato de trabalho, inclusive as que figurar individualmente ou coletivamente, seja inclusive em campanhas institucionais ou publicitárias do empregador para todos os efeitos legais, observada a moral e os bons costumes, diz a segunda cláusula do documento⁶⁷.

O sindicato dos professores das instituições de ensino superior privado denunciou essa prática e alertou os profissionais da educação dessas instituições a não assinarem o tal aditivo. Porém, é preciso ficar atento, pois esse processo pode não ser algo circunstancial, mas,

⁶⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/21/universidades-privadas-querem-usar-aulas-gravadas-por-professores-mesmo-apos-demissao>. Acessado em: 23/09/2021.

de fato, pode representar o avanço do capital sobre o complexo da educação, no sentido de aproveitar todas as brechas para se valorizar.

Portanto, por todos os elementos analisados acima, podemos afirmar que as instituições de ensino privado têm uma dupla função. Em primeiro lugar, assumir o seu papel ontológico de influenciar os indivíduos em suas escolhas entre alternativas, de tal modo a prepará-los para os acontecimentos que ocorrerão ao longo de suas vidas. Em relação a este aspecto, evidentemente, essa educação busca formar o indivíduo para atuar nesta sociedade que tem como modo de reprodução social o capital. Em segundo lugar, o seu papel, na concepção do capital, é de conservar e valorizar o capital do capitalista de ensino. Em relação a este último papel, o capital tem buscado avançar ilimitadamente sobre a escola, em todos seus aspectos. Seja ofertando ensino, por meio das instituições de ensino privadas, seja ofertando pacotes educacionais, tanto para outras instituições de ensino privado quanto para as instituições de ensino públicas. Em ambos os casos, o capital, pelo menos por enquanto, tem conseguido avançar de forma satisfatória, sem nenhuma interrupção, inclusive com grandes transações nas bolsas de valores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou examinar o papel da educação escolar na produção de mais-valia e valorização de capital. Partindo das contribuições de Marx, sobretudo nos Livros I e II de *O capital*, apontamos duas formas pelas quais esta educação está a serviço da reprodução do modo de produção capitalista.

Para tanto, foi necessário demonstrar que o professor de uma instituição de ensino produz riqueza no modo de produção capitalista, isto é, produz mais-valia e valoriza capital; em consequência demonstrar que o capitalista que investe em uma instituição de ensino privado tem seu capital valorizado, assim como ocorre com um investidor que aplica seu dinheiro na esfera da produção material; por fim, concluir que essa reprodução do capital na esfera do ensino ocorre ilimitadamente.

Em relação ao primeiro aspecto, ou seja, ao fato de o professor de uma instituição de ensino privado produzir riqueza para o comprador da sua força de trabalho, isto é, produzir mais-valia, foi necessário discorrer, preliminarmente, sobre a própria gênese do valor. Este, por sua vez, foi exposto por Marx no primeiro capítulo de *O capital*. Vimos, então, que Marx identificou que a mercadoria é composta por valor de uso e valor. O valor de troca da mercadoria, por sua vez, é a forma de manifestação do valor ou, melhor dizendo, o valor se manifesta aqui na *forma-mercadoria*. Ao rastrear essa forma de manifestação, em suas determinações mais importante, chegamos, com Marx, a manifestação do valor na *forma-dinheiro*. O dinheiro, por conseguinte, para se desenvolver capitalisticamente, dinheiro assumindo a função de capital ou dinheiro na *forma-capital*, é trocado por mercadorias (mais especificamente duas mercadorias: *meios de produção e força de trabalho*), saindo da esfera da circulação de mercadoria e entrando na esfera da produção para, em seguida, ser trocada por dinheiro, voltando a esfera da circulação como dinheiro acrescido de valor. Essa valorização do capital, ou como dizia Marx, do valor que se valoriza, em que a “mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diversos de existência do próprio valor”, tem sua origem na exploração da mercadoria força de trabalho.

Portanto, na sociedade capitalista a riqueza é produzida pelos trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, no qual o valor de uso da sua mercadoria (força de trabalho) é consumida produtivamente para além do tempo de produção de sua subsistência. Esse tempo a mais em que o capitalista consome a mercadoria força de trabalho, o tempo de trabalho excedente ou o mais-trabalho, é o período

pelo qual os trabalhadores produzem a mais-valia e, dessa forma, valorizam o capital, aumentando a riqueza do proprietário dos meios de produção.

Esse fato é de suma importância para nossa pesquisa, visto que Marx introduz uma nova categoria, isto é, a definição de trabalho e trabalhador produtivo para o capital. Trabalho produtivo, então, é aquele trabalho desenvolvido coletivamente visando a produção de mais-valia e, portanto, valorizando o capital. Nestes termos, concordando com Marx, defendemos que toda atividade humana que tem como objetivo a produção de mais-valia é trabalho produtivo para o capital e, em consequência, os indivíduos que desenvolvem essa atividade são *trabalhadores produtivos*. Nessa perspectiva, defendemos que, do ponto de vista do capital, os professores que vendem sua força de trabalho para o capitalista do ensino são *trabalhadores produtivos*, visto que eles estão produzindo a riqueza para o proprietário da sua força de trabalho.

Importante ressaltar, pois, ao afirmamos que os professores são considerados *trabalhadores produtivos* quando estão cumprindo a função de produção de mais-valia, que essa afirmação só pode ser vista de forma relativa, isto é, estamos levando em consideração o ponto de vista do capital. A educação escolar, todavia, ontologicamente, não deixa de cumprir sua função social, conforme Lukács, de orientar adequadamente os indivíduos em suas práxis singulares. Essa função social da educação, numa perspectiva ontológica, sempre terá como mediação a totalidade social em cada reprodução societária.

Em síntese, simultaneamente à produção de mais-valia pelos professores de uma instituição de ensino, a educação escolar também está cumprindo sua função social na reprodução societária visando adequar ou influenciar os indivíduos nas suas decisões entre alternativas. Frisa-se, porém, que não foi objeto dessa tese analisar a função social da educação escolar na sociedade reprodutiva do capital, razão pela qual não aprofundamos o seu estudo. Contudo, reconhecemos sua importância sobretudo para aqueles e aquelas que defendem uma nova forma de sociabilidade em que a função social de todos os complexos sociais, inclusive o complexo da educação, não tenham como finalidade a reprodução de um sistema societário desumano, mas pelo contrário, que estes complexos estejam a serviço de uma sociedade emancipada das garras do capital e de toda forma de propriedade privada dos meios de produção.

Afirmar que os professores de uma instituição de ensino privado são trabalhadores produtivos na acepção do capital, todavia, não é o suficiente para compreender o papel da educação escolar como espaço de valorização de capital. Dito de outras palavras, precisa-se mostrar, então, como uma instituição de ensino privada valoriza e aumenta o capital do

capitalista do ensino. Para tanto, partiu-se do Livro II de Marx, em que ele apresenta a circulação de capital, isto é, as formas pelas quais o capital assume em seu processo de valorização, identificando que, no ramo do ensino, o capitalista da educação pode valorizar seu capital de duas maneiras distintas.

Marx (1983b) aponta que o capital, ou o dinheiro na forma de capital, ao se valorizar, assume três formas: forma-dinheiro, forma-produtiva e forma-mercadoria. A expressão que representa a valorização do capital passando por essas três formas é a seguinte: $D - M_{MP}^{FT} \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$. Ao trocar seu dinheiro na forma de capital D, pelas mercadorias meios de produção e força de trabalho (M), na primeira fase, o capital assume a forma-produtiva ao sair da circulação de capital e entrar na fase produtiva P. Desse processo produtivo surge uma nova mercadoria M', na qual contém o valor dos seus elementos constitutivos (M), acrescida de um novo valor (m). Essa nova mercadoria, após sair do processo produtivo, entra na sua última fase, que é justamente sua (re)conversão em dinheiro. Porém, esse dinheiro é constituído de o valor inicial D, mais um novo valor d. Esse valor novo representado por d é justamente a mais-valia que é produzida pela força de trabalho durante o trabalho excedente ou o mais-trabalho. É nesse período, portanto, que a mercadoria força de trabalho produz a riqueza do capitalista.

Contudo, ao analisar a particularidade de um capitalista que investe seu capital no ramo do ensino, encontram-se elementos em comum e distintos desse processo descrito logo acima. A forma geral de valorização do capital, independente do ramo da aplicação, é a seguinte: $D - M - D'$. Em que D representa o capital inicial aplicado; M a troca do capital por mercadoria; D', capital valorizado. Este processo é comum a qualquer ramo de valorização de capital, seja na esfera da produção material, seja na esfera do ensino. No ramo do ensino, contudo, há uma diferença substancial, em que o capital produtivo, em seu momento de consumo produtivo das mercadorias compradas na primeira fase, não passa pela forma-mercadoria, se cristalizando diretamente na forma de capital valorizado. Desse modo, a expressão que representa essa particularidade é a seguinte: $D - M_{MP}^{FT} \dots P - D' (D + d)$. Portanto, o capital que é investido no ramo do ensino só assume duas formas, a *forma-dinheiro e forma-produtiva*, ao invés das três formas como ocorre na esfera da produção material. Por isso, defendemos que o mais importante da discussão não é a problemática segundo a qual a educação escolar é ou não, pode vir a ser ou não, uma mercadoria. O principal elemento a ser analisado é a forma pela qual ela, a educação escolar, está a serviço da reprodução do capital. Contudo, sustentamos, a partir de Marx, que em seu processo de valorização, o capital que é investido no ramo do ensino não passa ou não assume a *forma-mercadoria*. O que o capitalista

do ensino vende, para seus alunos-clientes, de fato é a *aula*. Esta por sua vez, é considerada uma mercadoria, visto que ela tem um valor de uso, ou seja, um efeito útil, e um valor, expresso pelo seu valor de troca, pago por seus alunos-clientes. Porém, como vimos, a produção e o consumo dessa aula não se separam, ou seja, na medida em que ela está sendo produzida, seu comprador, os alunos-clientes, estão consumindo-a. No final do processo, não há materialização de trabalho humano em nenhum objeto ou coisa, mas a masterização de um conhecimento novo na consciência dos alunos-clientes. Por isso, é correto afirmar que a educação escolar é, de fato, um espaço de produção de riqueza do capitalista individual, porém, sem passar por todas as formas de manifestação do capital como ocorre na esfera da produção material.

A segunda forma pela qual a educação escolar pode reproduzir o capital não é pela venda direta do ensino, na forma de mercadoria-aula, mas pela produção de uma nova mercadoria, a *mercadoria-pacote-educacional*, na qual a sua produção e consumo ocorrem de forma separada. Aqui o capitalista investe seu dinheiro na produção de um produto educacional, visando sua venda para outros capitalistas do ensino, além, também, de visar o setor público. Também, neste caso, o capitalista transforma seu dinheiro em mercadorias para serem consumida produtivamente, transformando-a em uma nova mercadoria, constituída de seus elementos constitutivos acrescidos de um valor novo m . Em seguida, esta mercadoria é vendida no mercado de ensino, para outras instituições de ensino públicas e privadas. A forma geral, então, do processo cíclico desse capital é, pois, esta: $D - M_{MP}^{FT} \dots PE \dots MPE' - D'$. Esta forma se assemelha a expressão do processo cíclico do capital da esfera da produção material. Se diferencia, no entanto, pelo fato de que o capitalista, na primeira conversão do capital em mercadorias (meios de produção e força de trabalho), não efetua a compra do conhecimento ou meio de trabalho que compõe a nova *mercadoria-pacote-educacional*, isto é, os conhecimentos ou saberes historicamente acumulados. Esse conhecimento ou saber pertence ao trabalhador do ensino, que vendeu sua força de trabalho. O capitalista, ao fazer uso produtivamente desse trabalhador, efetua a transferência desse conhecimento específico do trabalhador da educação para os pacotes educacionais, na forma de vídeo-aulas, treinamento de professores e demais profissionais da educação, apostilas, livros didáticos, programas de computadores e ferramentas digitais.

Essas duas particularidades pelas quais o capital se valoriza na esfera do ensino privado, estão articuladas, visto que o capitalista que vende ensino, na forma da mercadoria-aula, ao buscar baixar os custos da sua produção, sobretudo do valor da força de trabalho, efetua a compra de *mercadorias-pacotes-educacionais*, de outros capitalistas do ensino. Estas *MPE's* permitem que certas tarefas, que seriam executadas pelo professor, possam ser parceladas e

divididas, possibilitando que outras pessoas, ou até mesmo programas de computadores e/ou ferramentas digitais, elaborem parte das atividades dos professores, como o planejamento da aula, a elaboração de slides, elaboração de questões e o processo avaliativo. Nesse caso, resta ao professor a aplicabilidade da aula.

Neste aspecto, Saviani (1991) e Paro (2012) defendem, a partir de perspectivas diferentes, embora dialogando em alguns aspectos, que o modo de produção capitalista só pode se reproduzir no âmbito do ensino de forma limitada e periféricamente. Defendemos, todavia, ideia contrária aos dois supracitados autores. Em primeiro lugar, defende Saviani (1991), essa limitação se dá pelo fato de a natureza da produção pedagógica ocorrer de forma simultânea ao seu consumo, isto é, ao mesmo tempo em que está se produzindo a aula, o aluno está consumindo-a.

Saviani (1991) considera, então, que a produção pedagógica se resume a execução de uma aula. Todavia, sabe-se que a produção pedagógica é o resultado de um processo mais complexo, que envolve a escolha do conteúdo ou conhecimento a ser transmitido, o seu planejamento, execução (a aula em si) e, também, o processo de verificação do conhecimento ministrado. Em razão disso, defendemos que há sim espaço, mesmo que relativo, de separação entre o planejamento e a execução da atividade pedagógica. Fato semelhante do que ocorreu no surgimento do capitalismo, quando esta separação entre o planejamento e a execução, entre o pensar e o agir, foi fundamental para a subordinação real do trabalho ao capital. Portanto, por este prisma, ou seja, pela natureza da produção pedagógica, o qual, em parte, seu processo de planejamento, execução e avaliação, pode ser pensado separadamente, o capital pode se reproduzir, aí, de forma ilimitada, não encontrando nenhuma barreira ou obstáculo para seu crescimento por meio da produção de mais-valia.

Paro (2012), por outro lado, aponta que a limitação do capital no ramo do ensino ocorre sobretudo pelo fato de o conhecimento ou saber enquanto *matéria-prima* (vimos na verdade que esse saber não é a matéria-prima da produção pedagógica, mas um meio pelo qual se modifica a natureza do aluno) do ensino não poder se alienar do processo de ensino ou ser expropriado do professor. Ocorre, todavia, como mostramos, que esse conhecimento, cujo momento crucial da sua apropriação se dá no âmbito da formação inicial de professores, mais especificamente nos cursos de licenciatura, vem sendo sistematicamente esvaziado, fragmentado e pragmatizado. Desse modo, defendemos que há articulação entre esses dois aspectos, isto é, a medida em o conhecimento, enquanto instrumento da produção pedagógica, é parcelado e dividido em tarefas específicas, no qual ao professor resta a execução da sua aula, o conhecimento do professor, ou a sua formação na perspectiva de se apropriar dos

conhecimentos historicamente acumulados e decantados ao longo da história da humanidade, é esvaziado, possibilitando assim, por seu turno, o controle maior do capital sobre os trabalhadores do ensino e, em consequência, possibilitando a sua reprodução de forma ilimitada. Frisa-se que a apropriação do conhecimento dos trabalhadores, conforme Marx mostrou em *O capital*, foi uma das formas pela qual o trabalho foi subsumido pelo capital e, portanto, possibilitando seu crescimento ilimitado por todas as dimensões da sociabilidade.

Concluimos, portanto, que a educação escolar, na perspectiva do capital, está sendo utilizada, como outros espaços da sociabilidade, como momento de valorização e produção de riqueza para o capitalista. Esse processo ocorre tanto pela venda de ensino, quanto pela produção e venda de mercadoria na forma de pacote educacional. Este último, é direcionado tanto para as instituições de ensino pública quanto privada. Por isso, é importante, em pesquisas futuras, que se aponte o papel da venda dessa mercadoria sob a forma de pacote educacional às instituições públicas de ensino e em qual sentido o capital está utilizando desse processo para disputar o fundo público.

Por último, é importante frisar, defender que os professores das instituições de ensino privado são trabalhadores produtivos e, portanto, são produtores de riqueza para o capital, não dificulta, como defendia Saviani (1991), a articulação, organização e luta de todos os professores, tanto públicos quanto privados. Pelo contrário, ter clareza qual o papel que cada um assume na reprodução societária do capital, ajuda a clarear a tarefa de cada professor na luta contra o modo de produção do capital e, portanto, na construção de uma sociedade emancipada.

REFERÊNCIA

- BARBOSA, Régis; KOTHE, Flávio R. **A respeito da tradução de o capital**. In: MARX, Karl. O capital - crítica da economia política: O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. Tomo 1.
- DUAYER, Mario. **Apresentação**. In: MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ENGELS, Friedrich. **Prefácio**. In: MARX, Karl. O capital - crítica da economia política: O processo de circulação do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- ENGELS, Friedrich. **Introdução** – edição de 1891: In. MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FAUSTO, Ruy. **Sentido da dialética** – Marx: lógica e política. Tomo I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- FRIGOTTO, Gaudencio. **A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: Regressão Social e Hegemonia às Avessas**. Trabalho Necessário, V. 1, p. 206-233, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619>. Acesso em: 09/09/2021;
- GORENDER, Jacob. **Apresentação**. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. Tomo 1.
- GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- KONDER, Leandro. **Marx - vida e obra**. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LEHER, Roberto. **Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros**. Brasil de Fato, São Paulo, julho de 2015. Entrevista concedida a Felipe Albuquerque. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/32359/>. Acesso em: 01/07/2020.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIMA, M. F.; JIMENEZ, S. V. **O complexo da educação em Lukács**: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. Educação em Revista (UFMG. Impresso), V. 27, p. 73-94, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/XMB4cn5PgLxTt8T5VHvTRdc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21/03/2021.
- LOMBARDI, J.C. **A educação e a Comuna de Paris**: notas sobre a construção da escola pública, laica, gratuita e popular. In: ORSO, P. J.; LERNER, F.; BARSOTTI, P. (org.) A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade. São Paulo: Ícone Editora, 2002, p. 65 – 88.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social – I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social – II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista:** Sobre a Particularidade como Categoria da Estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e reprodução social:** a perspectiva da crítica marxiana. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia:** história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Difel, 1980.

MARX, Karl. **O capital - crítica da economia política: o processo de produção do capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983a. Livro I, Tomo 1.

MARX, Karl. **O capital - crítica da economia política: o processo de circulação do capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

MARX, Karl. **O capital - crítica da economia política: o processo de produção do capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, Tomo 2.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de o capital, resultados do processo de produção imediata.** 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia:** resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital** - Crítica da economia política: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINS, Lígia Márcia. **O legado do século XX para a formação de professores.** In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton. (org.). Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010.

NETTO, J. P. **Introdução ao método na teoria social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000150&pid=S0101-6628201100030000500027&lng=pt. Acessado em: 13/04/2020.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil.** *Educ. Soc.*, Campinas, Vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25/07/2021.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2012.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre a universidade.** São Paulo, Cortez – Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SGUISSARDI, V. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.** *Educação e Sociedade*, v. 29/105, p. 991-1022, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 12/07/2020.

SOUSA SOBRINHO, J. P. **O conceito de classe em o capital: o professor como proletário em Marx.** Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, 2014.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

TEIXEIRA, Francisco José. **O duplo caráter social do trabalho abstrato.** No prelo.

TULESKI, Silvana Castro; EIDT, Nadia Mara. **A periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores.** In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. (org.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice.* Campinas: Autores associados, 2016.